

Alex Luis dos Santos

IGREJA E PEDOFILIA

uma crítica cultural a partir dos mecanismos linguístico-avaliativos

Campos dos Goytacazes



Essentia
EDITORA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca campus Campos Centro. Setor de Processos Técnicos (IFF)

S237i Santos, Alex Luis dos
Igreja e pedofilia: uma crítica cultural a partir dos mecanismos linguístico-avaliativos / Alex Luis dos Santos. – Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2017.

136 p. il.

ISBN 978-85-99968-53-6

1. Pedofilia. 2. Crime sexual contra crianças. 3. Religião – Conduta. 4. Igreja católica. 5. Análise crítica do discurso. I. Título.

CDU 616.85836

Essentia Editora

Rua Coronel Walter Kramer 357, Parque Santo Antônio | Campos dos Goytacazes/RJ | CEP 28080-565
Tel.: (22) 2737 5648 | essentia@iff.edu.br | www.essentiaeditora.iff.edu.br

Tiragem: 500 exemplares | **Impressão:** Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME. | Tel.: (31) 3198 1100

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor	Jefferson Manhães de Azevedo
Pró-Reitor de Administração	Guilherme Batista Gomes
Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas	Aline Naked Chalita Falguer
Pró-Reitora de Ensino e Aprendizagem	Christiane Menezes Rodrigues
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Jose Luiz Sanguedo Boynard
Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação	Vicente de Paulo Santos de Oliveira

Conselho Editorial 2016

Adriano Carlos Moura
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Desiely Silva Gusmão Taouil
Edinalda Maria Almeida da Silva
Edson Carlos Nascimento
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
José Augusto Ferreira da Silva
Judith Maria Daniel de Araújo
Kissila da Conceição Ribeiro
Luciano Rezende Moreira
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Marcos Antônio Cruz Moreira
Maria Amelia Ayd Corêa
Maria Inês Paes Ferreira
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Roberto Moll Neto
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Consultivo

Adalberto Cardoso (IESP/UERJ)
Antonio Carlos Secchin (UFRJ)
Antonio José da Silva Neto (UERJ)
Asterio Kiyoshi Tanaka (UNIRIO e UFRJ)
Erica Maria Pellegrini Caramaschi (UFRJ)
Fernando Benedicto Mainier (UFF)
Fernando Pruski (UFV)
Francisco de Assis Esteves (UFRJ)
Gaudêncio Frigotto (UFF)
Hamilton Jorge de Azevedo (UFRJ)
Helder Gomes Costa (UFF)
Iná Elias de Castro (UFRJ)
Jader Lugon Junior (IFF/UERJ/SENAI)
Janete Bolite Frant (PUC/SP)
José Abdallah Helayël-Neto (CBPF/MCT)
Rodrigo Valente Serra (ANP)
Ronaldo Pinheiro da Rocha Paranhos (UENF)
Sérgio Arruda de Moura (UENF)
Vera Lucia Marques da Silva (FBPN)
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Equipe Editorial

Editor Executivo
Editora Científica
Revisão de língua portuguesa
Revisão técnica
Catalogação
Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Adriano Carlos Moura
Inez Barcellos de Andrade
Denise Rena Haddad
Regina Mara Conceição de Campos
Inez Barcellos de Andrade
Cláudia Marcia Alves Ferreira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Julgamento e apreciação</i> como <i>afeto</i> institucionalizado.....	20
Figura 2 - Tipos de <i>afeto</i>	22
Quadro 1 - Identificação dos tipos e subtipos de <i>apreciação</i>	24
Quadro 2 - Relação dos tipos de <i>apreciação</i> com processos mentais.....	25
Figura 3 - Ciclos de codificação da linguagem.....	26
Quadro 3 - Relação entre registro, semântica do discurso e léxico-gramática.....	27
Quadro 4 - Papéis e funções de fala.....	28
Gráfico 1 - Cômputo das expressões avaliativas para a <i>atitude</i>	38
Figura 4 - Momentos do social de acordo com Harvey (1996).....	65
Figura 5 - Relação cíclica e possível das instâncias cultural, social e imediata a partir d' <i>A Resposta da Igreja</i>	70

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
DIVULGAÇÃO TEÓRICA.....	17
Compreendendo o <i>Sistema de Avaliatividade (Appraisal System)</i>	17
O domínio da <i>atitude</i> : o eixo das opiniões positivas e negativas...19	
O <i>afeto</i>	21
O <i>juízo</i>	23
A <i>apreciação</i>	24
A <i>avaliatividade</i> como parte da metafunção interpessoal da linguagem.....	26
A Análise Crítica do Discurso.....	29
A ANÁLISE TEXTUAL: o discurso visto como um processo de linguagem.....	35
MODOS DE INTERAÇÃO SEGUNDO OS QUAIS FIGURA O DISCURSO COMO UM MOMENTO DE UMA PRÁTICA SOCIAL.....	49
Modos de agir e interagir.....	49
Modos de representar e ser.....	56
CRÍTICA CULTURAL: uma proposta nos moldes da análise crítica do discurso.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO A - Documentos complementares.....	91
ANEXO B - Documentos comprobatórios: categorização....	105

PREFÁCIO

Antes de começar a discorrer sobre o livro *Igreja e pedofilia: uma crítica cultural a partir dos mecanismos linguístico-avaliativos*, que a comunidade acadêmica terá a oportunidade de ler devido a esta relevante publicação, é importante destacar a trajetória do autor. Alex Luis dos Santos, hoje doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sempre demonstrou profundo interesse pelos estudos da linguagem, destacando-se pela excelente leitura e dedicação aos estudos desde sua graduação, ocorrida na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), quando tive a oportunidade de conhecê-lo e trilhar conjuntamente nos meandros da pesquisa. Dessa primeira aproximação, despontava um pesquisador cuidadoso, tenaz e meticuloso.

Das primeiras pesquisas, ainda na graduação, veio o mestrado, também concluído nessa instituição, em tempo hábil, cuja dissertação hoje está revigorada e transformada em livro para deleite da comunidade acadêmica.

Ao tratar de uma abordagem relativamente nova e de um tema extremamente relevante social, cultural e religiosamente, o livro demonstra seu potencial para além do campo da Linguística, pois associa Sistema de Avaliatividade, conforme apontado por Martin e White (2005), *Análise Crítica do Discurso*, de acordo com Fairclough (2003) e estudos da religião, sobretudo no que tange aos problemas relacionados aos escândalos de pedofilia no seio da Igreja Católica.

Dividido em quatro capítulos, todos com linguagem concisa, primando pela objetividade, o primeiro deles faz a revisão sobre o *Sistema de Avaliatividade*, com foco na *atitude*, em suas divisões inscritas nos textos — *afeto, julgamento e apreciação*. Também há a preocupação em demonstrar esse sistema como parte da metafunção interpessoal de M. A. K. Halliday e antevê a relação a ser estabelecida com a *Análise Crítica do Discurso*, o que é trabalhado nos próximos capítulos.

O segundo capítulo dedica-se à análise textual e à demonstração do discurso como um processo de linguagem. O terceiro, advindo da

proposta de Fairclough (2003), trabalha o discurso a partir da ideia de momentos de uma prática social, como modos de agir e interagir, e como modos de representar e ser. O quarto capítulo cinge o trabalho de maneira exitosa, trazendo uma crítica cultural, seguindo os moldes da Análise Crítica do Discurso, discutindo o material da Santa Sé que visa a responder aos problemas advindos de denúncias de pedofilia atribuída a clérigos.

Como se pode ver, o livro é leitura obrigatória por razões teóricas, mas também e sobretudo pela discussão que prima por uma avaliação criteriosa e respeitosa de um tema caro em todos os sentidos a uma instituição de profundas raízes, cujo valor social encontra-se assomado à própria vida social.

Por fim, deixo aos leitores os inúmeros outros importantes elementos que poderiam ser destacados na obra, mas que certamente não caberiam nesse momento de apresentação.

Cláudio Márcio do Carmo

*Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei,
atuando na Graduação e no Mestrado em Letras*

APRESENTAÇÃO

As relações entre o sacro e o profano atravessaram distintas situações ao longo dos séculos. Variaram de cultura a cultura e de época a época. Constituíram, sempre, um ponto nodal na vida social, econômica e cultural dos povos. O debate em torno dessas relações atravessa a história e também as várias Ciências Humanas, e da Religião. Este livro aborda uma pequena fatia dessas relações.

Foi tomada, portanto, a seguinte posição: a de tentar encarar de modo mais interdisciplinar, isto é, pelo prisma da Análise do Discurso anglo-saxônica e dos estudos da avaliação na linguagem essas relações a partir d' *A Resposta da Igreja* que avalia o envolvimento clerical em casos de pedofilia. A atualidade da questão e a relativa falta de clareza sobre o assunto levaram a esta posição. Tanto mais, na razão em que a temática desse envolvimento tem fundamental importância teórica e clínica para um adequado entendimento do processo de representação de sujeitos sociais, clérigos católicos em escândalos de pedofilia. Na atual conjuntura histórica vivida pelas religiões cristãs, representa, sem dúvida, um dos temas mais polêmicos.

As razões que justificam a relevância e o interesse pelo liame Igreja e pedofilia tornam patente a pertinência deste livro, tendo em vista, sobretudo, as necessidades apontadas nas diversas discussões que se têm feito nos anos recentes sobre as questões relacionadas à Análise do Discurso e aos estudos da avaliação na linguagem. Pode-se lamentar, conforme Maingueneau (2008), que “o discurso religioso continue a ser o parente pobre da análise do discurso [em todas as suas vertentes], ao mesmo tempo em que o fato religioso está particularmente presente no mundo contemporâneo”. Mas, especialmente, há poucos trabalhos que, como o que aqui se apresenta, tenham procurado construir do ponto de vista discursivo a relação entre religião e pedofilia.

Já do ponto de vista dos estudos da avaliação na linguagem essas razões possuem dois importantes argumentos. O primeiro diz respeito à contribuição científica prestada às aplicações ainda incipientes do

Sistema de Avaliatividade na América Latina. Trata-se de uma proposta teórica que, com amplo escopo de aplicação, ainda carece de trabalhos que divulguem seu potencial em descrever relações entre os recursos linguísticos utilizados por agentes sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere. O segundo, contíguo ao primeiro, reside no fato de que a investigação está interessada nas funções sociodiscursivas dos recursos de *atitude*, não simplesmente como formas através das quais o sujeito expressa seus sentimentos e postura, mas como meios que permitem que o mesmo adote posições de valor determinadas socialmente, e assim se filie, ou se distancie das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão, o que parece uma abordagem reconhecidamente profícua.

Assim, *Igreja e pedofilia: uma crítica cultural a partir dos mecanismos linguístico-avaliativos* representa uma contribuição de grande valia dentro dos estudos da Análise do Discurso, da Avaliatividade e das Ciências da Religião, e constitui uma obra singular no Brasil sobre o que foi talvez o maior escândalo da história contemporânea da Igreja Católica no mundo.

INTRODUÇÃO

Quais sejam as diferentes maneiras de se tratar o assunto, na academia ou fora dela, visualizar a religião simplesmente como uma benigna abóbada sagrada sobre a sociedade significa, como acredita Berger (1967), ignorar sua inserção social, sua historicidade e principalmente sua forma reconhecidamente humana, quer dizer, sua necessidade de se fazer por meio de pessoas.

A admissão dessa forma não desconhece o sentido metafísico das práticas ritualísticas creditado por seus membros, nem desvincula necessariamente do sistema de verdade de que fazem parte essas práticas para subjugar-las aos critérios mais racionais da ciência, mas não exige a religião do que ela própria considera, do ponto de vista cristão, essencialmente secular, primariamente humano, como por exemplo, a avareza, a soberba e a luxúria.

Ao longo dos dois últimos séculos, não poucos são os registros históricos que dão conta, como mostra Rendina (2012, p.176-192), da participação de clérigos católicos em casos de pedofilia. Após três anos da constituição do Reino da Itália, com uma sentença do Tribunal de Recursos de Milão, tornou-se público, em 30 de Abril de 1864, o caso do sacerdote Francesco Piccinotti, capelão de Corzano. Ele foi acusado do crime de libidinagem contra a natureza, previsto no artigo 425 do Código Penal Canônico.

Em outubro de 1994, na Irlanda, Brendam Smith, sacerdote, é acusado de abusos sobre menores, praticados durante os 40 anos de atividade pastoral, em Belfast, Dublin e nos Estados Unidos. O sacerdote irlandês, processado e preso pela Corte Britânica, é condenado por 17 casos confirmados. Contudo, durante a sua detenção, é admitida a sua responsabilidade em 74 casos anteriores e semelhantes.

Em 1995, na Áustria, o ex-seminarista Joseph Hartman confessa ter sido molestado pelo cardeal Hans Hermann Groer, arcebispo de Viena. O delito ocorre num período de tempo entre 1972 e 1976, quando o acusador tinha 15 anos e o prelado era o seu padre confessor na abadia

de Gottweig. O arcebispo renuncia depois de ter declarado inocência. Uma conferência episcopal, em março de 1998, declara a culpa de Groer.

No Alasca, em novembro de 2007, foi anunciado um acordo extrajudicial entre a Companhia de Jesus e 110 supostas vítimas de abusos sexuais, ocorridos entre 1959 e 1986, em 15 aldeias Yupik, referente a uma indenização de 50 milhões de dólares. Os termos do acordo não preveem um reconhecimento de culpa por parte dos jesuítas, mas apenas a indenização aos requerentes.

A difusão dos casos similares a esses e principalmente das novas denúncias tornadas públicas na primeira década do século XXI levou a Santa Sé, de que faz parte não somente o Romano Pontífice, mas também a Secretaria de Estado do Vaticano, o Conselho para os Negócios Públicos e os demais elementos da Cúria Romana, isto é, o conjunto de órgãos e pessoas que auxiliam o Romano Pontífice, a lançar em setembro de 2010 *A Resposta da Igreja*.

Essa resposta — objeto assente deste trabalho e disposta no *site* da Santa Sé em diferentes línguas, entre as quais o português — é construída por meio de textos identificados, a partir dos aspectos discursivos das formas de agir e interagir, como sendo uma carta circular, em que assina o prefeito do Vaticano; uma nota, do Diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé; e uma proferição, cuja autoria é atribuída ao atual Pontífice Emérito Joseph Ratzinger.

Considerando a disponibilidade dos textos em diferentes contextos sociais e linguísticos, é preciso dizer que a interpretação sobre os mesmos em diferentes países que se orientam e comunicam pelos sistemas linguísticos utilizados pode facilmente não corresponder às conclusões a que se chega com este trabalho. A temática da pedofilia na Igreja Católica apresenta nuances muito distintas e particulares nos diferentes países onde o tema foi polemizado e é tratado do ponto de vista discursivo¹.

Desse ponto de vista, caracterizadamente interdisciplinar, a Análise Crítica do Discurso, de acordo com Fairclough (2003), considera as presunções valorativas, isto é, as afirmações sobre o que é bom ou desejável, um importante elemento para a investigação social no nível do texto.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho, sob o nome *Divulgação teórica*, esboça o quadro teórico da *avaliatividade*, com foco no subsistema *atitude*, e a abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente a realizada por Fairclough (2003), na qual o autor

¹ Em se tratando do ponto de vista discursivo, da temática pedofilia na Igreja Católica e dos sistemas linguísticos utilizados n'*A Resposta da Igreja* não se encontrou algum trabalho com essa natureza.

cumpra a tarefa de ampliação do diálogo entre a ACD e a Linguística Sistemico-Funcional.

O interesse por esse quadro teórico promove, do ponto de vista dos estudos da avaliação na linguagem, dois importantes movimentos. O primeiro diz respeito à contribuição científica prestada às aplicações ainda incipientes do *Sistema de Avaliatividade* no Brasil. Trata-se de uma proposta teórica que, com amplo escopo de utilização, ainda carece de trabalhos que divulguem seu potencial em descrever relações entre os recursos linguísticos empregados por agentes sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere (ALMEIDA, 2010, p.13).

O segundo, contíguo ao primeiro, reside no fato de que a investigação está interessada nas funções sociais dos recursos de *atitude*, não simplesmente como formas através das quais representantes da Igreja expressam seus sentimentos e posturas, mas como meios que permitem que os mesmos adotem posições de valor admitidas socialmente, e assim se filiem ou se distanciem das comunidades de interesses associadas ao contexto de denúncias ao qual respondem.

O capítulo que se segue, segundo do trabalho e primeiro de análise, sob o nome *Análise textual: o discurso visto como um processo de linguagem*, tem como objetivo identificar a maneira e o campo atitudinal responsáveis pela expressão das avaliações positivas e negativas construídas nos textos que compõem *A Resposta da Igreja*, a fim de perceber o que acontece de modo geral nesse evento. Essa compreensão possibilita um mapeamento sistemático do ponto de vista segundo o qual os tópicos considerados relevantes, no conjunto de tudo o que se tem associado e dito sobre o envolvimento clerical em casos de pedofilia, são ponderados.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados seguem as orientações das sistemicistas Suzzane Eggins e Diane Slade para o tratamento da *avaliatividade*. Segundo Eggins e Slade (1997, p.138-140), a investigação das formas de avaliação no texto envolve a identificação, a categorização e a interpretação dessas formas. Essa categorização obedece ao inventário taxonômico para a *atitude* proposto por Martin e White (2005).

Ao partir da assunção que essa avaliação no texto, para que seja significativa do ponto de vista científico-social, precisa se conectar com as questões teóricas sobre o discurso, o terceiro capítulo deste trabalho, seccionado em duas partes e sob o nome *Modos de interação segundo os quais figura o discurso como um momento de uma prática social*,

tem como objetivo analisar o que e como os modos de interação fazem, representam e identificam n' *A Resposta da Igreja*, considerando as avaliações para a *atitude* abordadas no segundo capítulo.

A cada um dos modos de interação, quais sejam, agir e interagir, representar, e ser corresponde um tipo de significado. Aos modos de agir e interagir corresponde o significado acional que está associado metodologicamente à investigação dos gêneros discursivos. Essa investigação permite, na primeira parte do capítulo, a discussão sobre o que as pessoas estão fazendo e como os textos, enquanto plano material dos gêneros, as ajudam nisso.

Aos modos de representar e ser correspondem respectivamente os significados representacional e identificacional. Para o exame dos modos de representar, associado aos discursos, isto é, as formas particulares de representar parte do mundo, Fairclough (2003) sugere, como metodologia, a identificação do tema ou área da vida social em foco e do ponto de vista ou perspectiva sobre a qual esse tema é abordado.

A hipótese que se levanta, nessa parte, considera que *A Resposta da Igreja* seja, no modo particular de representar o envolvimento clerical em atos de pedofilia, uma reação voltada, numa linguagem mais laica, para a defesa, no sentido de tornar menor a gravidade, o constrangimento e a regularidade, quer dizer, a recorrência desse envolvimento.

Já para o exame dos modos de ser, o labor investigativo concentra-se no tipo de linguagem usado por uma pessoa ou por uma categoria particular de pessoa, quer dizer, concentra-se no estilo. O estilo diz respeito aos modos de ser ou processos de identificação em seus aspectos linguísticos e semióticos. Segundo Fairclough (2003, p.163), esses aspectos linguísticos implicam a envolvimento de recursos de vários tipos como, por exemplo, a entonação e o vocabulário.

Lemke (1998, p.53), ao associar os recursos linguísticos para a avaliação aos processos de identificação no texto, acredita que parte do que se faz quando se mobilizam os recursos avaliativos da linguagem é especialmente ajudar a “construir nossas próprias identidades, e as identidades dos outros, como agentes que acreditam e duvidam, desejam e detestam, e julgam a importância, a adequação, a usualidade, a compreensibilidade e a seriedade”².

² Tradução de: “It is certainly reasonable to suppose that part of what we do when we mobilize the evaluative resources of language is to help constitute our own identities, and the identities of others, as agents who believe and doubt, desire and detest, and judge importance, appropriateness, usually, comprehensibility and seriousness”.

A razoabilidade, do ponto de vista da antropologia cognitiva, da relação entre maneiras específicas de se portar, seja agindo, representando ou identificando, e teorias mais amplas, princípios orientacionais no nível da cultura que guiam essas maneiras eleva a discussão do quarto capítulo, sob o nome *Crítica cultural: uma proposta nos moldes da Análise Crítica do Discurso*, para além do evento social *A Resposta da Igreja*.

O objetivo desse último capítulo de análise é, então, identificar e discutir, com base na observação das maneiras específicas de agir, representar e identificar n' *A Resposta da Igreja* — abordadas no capítulo 3 — o modelo cultural que tem mais influência sobre essas maneiras.

Para Holland e Quinn (1987, p.4), modelos culturais são pressupostos, teorias em disputa sobre o mundo, que são amplamente compartilhados pelos membros de uma sociedade e que desempenham um papel relevante no entendimento desses membros sobre o funcionamento adequado desse mundo e sobre seus comportamentos nele.

Esses comportamentos que, de acordo com Fairclough (2003), ponderando a função metodológica do texto, podem ser conhecidos na prática textual, são instrutivos para um conhecimento mais apurado da relação atualmente estabelecida entre Igreja Católica, enquanto um índice de práticas religiosas, e sociedade.

Por fim, as considerações que concluem a discussão realizada nos quatro capítulos que integram esta obra dão nota, de forma sumária, dos resultados obtidos com a consecução dos objetivos nesta parte definidos. O que se segue são as referências bibliográficas e os anexos divididos em duas seções: a primeira, de caráter complementar, põe a ver o material de análise que dá forma a *A Resposta da Igreja*, identificando esse material em termos de texto 1, texto 2 e texto 3; a segunda, de caráter comprobatório, aduz a categorização dos itens linguístico-avaliativos, indicada por Eggins e Slade (1997) para a abordagem da *avaliatividade*.

DIVULGAÇÃO TEÓRICA

COMPREENDENDO O SISTEMA DE AVALIATIVIDADE (*Appraisal System*)

O termo “avaliação” é, segundo Hunston e Thompson (2003, p.5), reconhecidamente “escorregadio”, isto é, pouco regular em termos de reconhecimento e tratamento dentro dos estudos da linguagem: há uma tradição bem estabelecida na análise do discurso de usá-lo para se referir a padrões textuais num nível de formulações mais amplas, quer dizer, além da sentença; por vezes também é utilizado com um foco mais restrito na análise de expressões lexicais da atitude emocional do escritor ou falante.

Para esses sistemicistas ingleses, a avaliação (*evaluation*) é um conceito complexo que envolve as expressões de atitude ou postura do falante ou escritor que por meio delas demonstra um ponto de vista ou um sentimento sobre entidades ou proposições (HUNSTON; THOMPSON, 2003). Segundo Martine White (2005, p.38), opiniões sobre “entidades são canonicamente atitudinais e envolvem pensamentos positivos e negativos; opiniões sobre proposições, por outro lado, são canonicamente epistêmicos e envolvem graus de certezas”¹. O primeiro tende a ser feito lexicalmente e o último gramaticalmente.

Martin e White (2005), cujo trabalho consubstancia grande parte do que foi desenvolvido a partir da década de 80 sobre a avaliação no texto, apresentam tipos e subtipos de atitudes que abrangem o processo avaliativo. Esse processo é apresentado sobre a rubrica *Appraisal System (Sistema de Avaliatividade)* e refere-se aos “recursos semânticos usados para negociar emoções, julgamentos e valorações, junto dos recursos requeridos para ampliar e engajar essas avaliações”² (MARTIN, 2003, p.145).

¹ Tradução de: “Opinions about entities are canonically attitudinal and involve positive and negative feelings; opinions about propositions on the other hand are canonically epistemic and involve degrees of certainty”.

² Tradução de: “(...) semantic resources used to negotiate emotions, judgments, and valuations, alongside resources for amplifying and engaging with these evaluations”.

Cumpra explicitar nesse ponto que a palavra sistema é de suma importância, não se tratando, como esclarece Vian Junior (2007, p.108), de uma teoria, mas um conjunto, “um sistema de opções em nível semântico discursivo³ à disposição dos usuários que, no nível léxico-gramatical, será instanciado em um texto pelos mecanismos linguísticos de avaliação dos quais a língua dispõe”.

O *Sistema de Avaliatividade*, assim denominado e entendido, considera um potencial de significados avaliativos disponíveis no sistema linguístico que envolvem, por conseguinte, questões relacionadas à filogênese e à ontogênese para que o nível logogenético se desenvolva do ponto de vista do funcionamento linguístico (VIAN JUNIOR, 2007, p.103).

Em outros termos isso significa, consoante Martin e White (2005), que uma cultura, referindo-se ao ambiente político-social ou o vasto aparato que dá o propósito e o significado, a partir de uma necessidade, ao texto⁴, em estado de evolução (filogênese), prevê um contexto social para o desenvolvimento linguístico do indivíduo (ontogênese).

Ademais o indivíduo que se encontra no seu desenvolvimento prevê recursos para a instanciação⁵ de desdobramentos de textos (logogênese). Nesse sentido, as mudanças na língua são entendidas, de acordo com Martin e White (2005, p.26), como “expansões de um significado potencial, uma característica-chave dos sistemas semióticos [e, portanto, dos mecanismos avaliativos] que se adaptam aos novos ambientes e ao material discursivo”⁶.

No *Sistema de Avaliatividade*, esses mecanismos avaliativos obedecem a três domínios interacionais: a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação*. Em linhas gerais, a noção de *atitude* compreende a forma como os textos ativam pontos de vista positivos e negativos. A maneira como se julga o mundo, concebido no texto que se constrói, evidencia, em termos léxico-gramaticais, os tipos de atitudes que agem na interação verbal.

³ A noção de semântica do discurso será abordada mais à frente, todavia, cabe para o uso do termo nesse momento a seguinte explicação. Trata-se, do ponto de vista da Linguística Sistêmico-Funcional, de um estrato da língua que envolve aspectos da organização do discurso, ou seja, como as pessoas, lugares e coisas são introduzidos e relacionados no texto.

⁴ Essa perspectiva sobre cultura está ancorada inicialmente no trabalho desenvolvido pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1923). No entanto, como explica Carmo (2012b, p.68), para servir à abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional, o linguista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday toma como ponto de partida a leitura proposta por Firth (1937) do trabalho de Malinowski.

⁵ A noção de instanciação é de extrema importância para que se compreenda a relação entre *avaliatividade* (no nível do sistema) e avaliação (no nível do texto), isto é: o sistema linguístico é instanciado em forma de texto. Independentemente do tipo de texto que se produza ou dos valores inerentes a tais textos, qualquer um deles será uma instanciação de um sistema mais amplo.

⁶ Tradução de: “Language change in this model is read in terms of an expanding meaning potential, a key feature of semiotic systems as they adapt to new discursive and material environments”.

Diferentemente do domínio da *atitude* — que se realiza no eixo das opiniões — o *engajamento* está situado no eixo das negociações. O ponto de partida envolve um enfoque no direcionamento das vozes que se encontram no texto: de onde/quem partem e para onde/quem se dirigem e, mais importante que isso: quais vozes avaliam e quais são avaliadas (MARTIN; WHITE, 2005, p.35).

De resto, o *engajamento* está associado às origens das atitudes, ao labor de articulação das vozes que se manifestam no texto para a construção de opiniões. Daí a importância da noção de diálogo, que, como propõe Bakhtin (1997, p.295), “é a forma clássica da comunicação verbal” e, ademais, toda comunicação verbal prevê um posicionamento, quer seja de concordância, quer seja de discordância.

O fenômeno da *gradação*, por sua vez, refere-se à utilização de recursos léxico-gramaticais para expressar e ajustar o grau, ou o volume da intensidade das avaliações de *juízo*, *afeto* e *apreciação* — disponíveis no domínio da *atitude* — e o volume da intensidade dos recursos de posicionamento intersubjetivo — disponíveis no domínio do *engajamento* (MARTIN, WHITE, 2005, p.135).

Assim, o conceito de *gradação* pressupõe a existência de uma escala, ou contínuo, de intensidade virtual com valores que variam entre um polo constituído de termos que expressam avaliações socialmente consideradas como menos intensas e um polo constituído de valores que indicam avaliações consideradas mais intensas.

O DOMÍNIO DA *ATITUDE*: O EIXO DAS OPINIÕES POSITIVAS E NEGATIVAS

O domínio da *atitude* ocupa um lugar central no processo avaliativo, já que revela os tipos e níveis em que a *avaliatividade* é desenvolvida e expressa no texto. Conforme Martin e Rose (2003, p.22), a *atitude* tem a ver com a avaliação das coisas, com a avaliação do caráter das pessoas e com a avaliação dos sentimentos dos escritores/falantes. Isso significa que esse domínio abrange três regiões semânticas: a estética, a ética e a emoção respectivamente.

Cada região semântica dessas possui uma taxonomia correspondente. A emoção relaciona-se ao *afeto*, a ética associa-se ao *juízo* e a estética à *apreciação*. A relação entre as regiões semânticas pode ser percebida na figura 1 que apresenta a centralidade do *afeto* no domínio atitudinal.

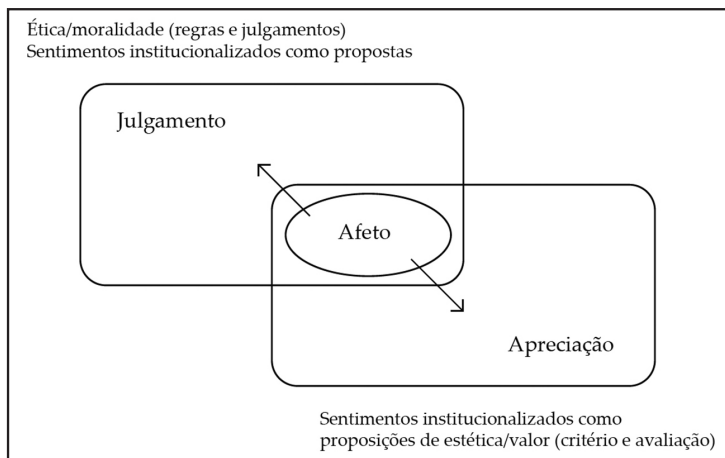


Figura 1 - Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado
[adaptado de Martin e White (2005, p. 45)⁷]

Enquanto um recurso semântico utilizado para demonstrar as emoções, o *afeto* diz respeito às avaliações pautadas nos sentimentos dos falantes/escritores, indicando como se comportam emocionalmente em relação às pessoas, às coisas, aos objetos e aos acontecimentos (MARTIN, 2003, p.148).

Trata-se do registro desses sentimentos que podem ser positivos ou negativos: sente-se feliz ou triste; confiante ou ansioso, interessado ou entediado. As características do *afeto* indicam que as pessoas possuem bons e maus sentimentos que são manifestados de forma explícita ou implícita⁸.

Macken-Horarik (2003, p. 298) lembra que a avaliação implícita, de qualquer tipo, é identificada no nível do texto através de certo tipo de enriquecimento lexical, o que significa uma sutil inferência ou uma linguagem figurada. Martin (2003) prefere chamar essa forma de avaliação como *tokens de atitude*⁹. Para o linguista, tais avaliações são mais difíceis de detectar, uma vez que seu significado é transferido e não literal. Ikeda (2006, p.1881), por sua vez, trata essas avaliações em termos de evocações:

⁷ Ao propor *juízo* como sentimentos institucionalizados como propostas e *apreciação* como sentimentos institucionalizados como proposições, Martin e White (2005) tomam a ideia de “proposta” enquanto normas que indicam o modo pelo qual as pessoas devem ou não se comportar e “proposições” enquanto pontos de vistas que devem ser tomados como aceitáveis, melhores sobre aquilo que se avalia.

⁸ Quando as avaliações são realizadas diretamente no texto, ou seja, quando é codificado um valor positivo ou negativo que pode ser intensificado para mais ou para menos, são consideradas explícitas. Já quando as avaliações são consideradas indiretas, implicadas ou sugerem uma interpretação do ouvinte/leitor, elas são implícitas.

⁹ O termo *token* é traduzido no glossário da Linguística Sistêmico-Funcional como ‘característica’. Todavia a tradução de *token de atitude* por característica de atitude não parece satisfatória por não esclarecer o conceito proposto por Jim Martin. Destarte, adota-se o uso de *token de atitude* para referir à avaliação implícita.

A interpretação de tipos de *Appraisal* evocados depende pesadamente das inferências feitas pela audiência do texto. Como todas as análises de *Appraisal*, a classificação dessas evocações envolve um grau de subjetividade e precisa ser entendida como situadas em contextos culturais específicos. Por isso, essas instâncias de *Appraisal* podem ter múltiplas interpretações.

Já em relação ao *juízo*, pode-se dizer que esse recurso constrói linguisticamente as avaliações sobre o comportamento das pessoas. Ele transmite a maneira pela qual as pessoas realizam suas opiniões sobre moralidade, veracidade, capacidade, normalidade e assiduidade, tendo em vista a cultura na qual vivem e as experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais.

Nesse sentido, quando alguém diz: *Os manifestantes mineiros estão sendo inexoráveis*, o critério mais provável pelo qual se avalia o comportamento das pessoas que estão manifestando pode ser associado — desconsiderando o contexto, essencial para a classificação — à assiduidade, que no arcabouço taxonômico da *atitude* recebe o nome de *juízo de tenacidade*.

O terceiro e último recurso semântico da *atitude* é a *apreciação*. Por meio dela são construídas as avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos. Esse recurso é considerado por Eggins e Slade (1997, p.125) um importante expediente atitudinal disponível, uma vez que se refere ao modo pelo qual os escritores/falantes avaliam o texto (oral ou escrito) ou o processo (algum evento) dentro de situações em que estão envolvidos.

O AFETO

Para a identificação do *afeto*, Martin e White (2005, p.46-49) sugerem seis fatores que devem ser levados em consideração:

- a) sentimentos são considerados culturalmente positivos ou negativos: os positivos são aqueles agradáveis de se experienciar, e os negativos, ao contrário, são aqueles desagradáveis de se sentir;
- b) sentimentos são o resultado de emoções: as emoções envolvem alguns tipos de manifestações paralinguísticas ou, ainda, mais internamente experienciadas (as emoções) como um tipo de processo mental contínuo. Isso significa que todas as

variações não propriamente linguísticas — o tom, o timbre, a intensidade da voz, os fatores anatômicos do aparelho vocal, as pausas — caracterizam a expressão do *afeto* numa interação oral;

- c) sentimentos são resultantes de alguma reação externa: os sentimentos são realizados diretamente por reação a algum fenômeno, como por exemplo, um dia nublado ou por uma atitude tomada por alguém;
- d) sentimentos obedecem a uma escala de gradação: tanto os sentimentos menos intensos quanto os mais intensos acontecem devido ao fato de que as emoções se dão por meio de lexicalizações que seguem uma escala que varia em uma intensidade baixa, média e alta. Dessa maneira é importante considerar a distinção entre dizer ter raiva e dizer ter ódio;
- e) sentimentos envolvem intensões assim como reações: os sentimentos são relacionados a estímulos mais irrealis (*stimulus irrealis*) que reais. Gramaticalmente, essa distinção é interpretada como uma oposição entre o desiderativo (“eu gostaria de”) e os processos mentais de emoção (“eu gosto de”);
- f) a variação final da tipologia de *afeto* agrupa as emoções em três conjuntos, conforme é apresentado na figura 2:

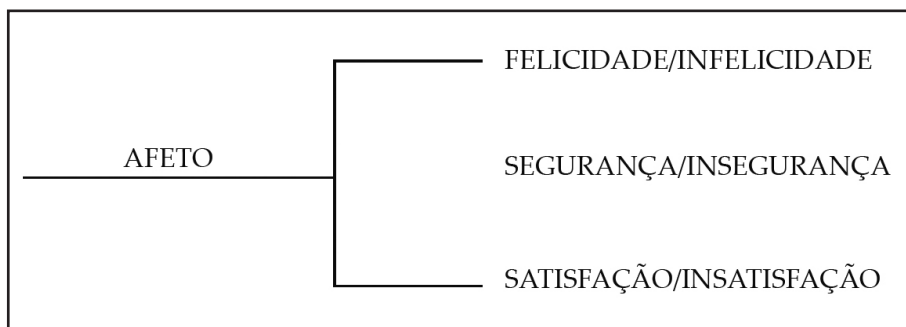


Figura 2 - Tipos de afeto

Conforme assumido no *Sistema de Avaliatividade*, o *afeto* do tipo *In/felicidade* diz respeito aos sentimentos relacionados ao coração, tais como tristeza, odiosidade, raiva e amor. Assim, quando o cardeal Joseph Ratzinger — ainda Papa Bento XVI — diz na proferição que integra o material de análise deste trabalho: *Sofrestes tremendamente e por isso sinto profundo desgosto*, ele aduz na forma da expressão “desgosto” a ocorrência desse tipo de *afeto* caracterizado, no específico exemplo,

por sentimento mapeado do estado de tristeza.

O *afeto* do tipo *In/segurança*, por seu turno, cobre os sentimentos relacionados ao bem-estar social: ansiedade, temor, confiança. Segundo Martin e White (2005, p.49), nas sociedades cuja configuração simbólica possui a figura materna como insígnia de abrigo e amparo, a essa figura estariam associados os sentimentos desse tipo.

Por fim, o *afeto* do tipo *In/satisfação*, último desse recurso semântico, abrange os sentimentos pautados nas expectativas criadas com os objetivos pessoais: tédio, desprazer/desagrado, atenção, alegria. Esses sentimentos geralmente estão associados às atividades cotidianas em que se busca a consecução de propósitos mais individuais.

O JULGAMENTO

A avaliação do comportamento das pessoas é realizada no *Sistema de Avaliatividade* pelo *juízo*. Desse modo, esse recurso semântico é arquitetado com base em padrões comportamentais que indicam o que é aceitável, regular, aprovável ou não.

Em outras palavras, a aprovação ou condenação do comportamento de alguém que está sendo julgado é balizada, na maioria das vezes, por normas e valores sociais já vigentes e entendidos como norteadores para uma boa conduta. O que está em foco, portanto, é o caráter de alguém, o quanto essa pessoa se aproxima das expectativas e exigências do meio em que está inserido o julgador (MARTIN; WHITE, 2005, p.52).

Essas expectativas e exigências são sistematicamente codificadas em dois grupos: *estima social* e *sanção social*. Para Martin e White (2005, p.52-53), o primeiro tende a ser policiado pela cultura oral, por meio de fofocas, boatos, brincadeiras e histórias de vários tipos. O segundo, por sua vez, concretiza-se por meio de éditos, regras, regulações, leis sobre como se comportar de acordo com a Igreja e o Estado principalmente.

De acordo com os autores, o reconhecimento desses grupos indica que há duas realidades no que concerne às penalidades que pode sofrer o indivíduo julgado negativamente: a depreciação social, quando se trata da *estima* e, mais gravemente, a penalização jurídica, quando se trata da *sanção*.

Os critérios que diferenciam avaliações do tipo *juízo* e que sustentam os subtipos desse recurso semântico são sistematizados, segundo Martin (2003, p.156), em cinco perguntas:

Normalidade: o comportamento do indivíduo é pouco usual, especial?

Capacidade: o indivíduo é capaz, competente?

Tenacidade: o indivíduo é dependente, esforçado?

Veracidade: o indivíduo é verdadeiro, sincero, franco?

Propriedade: o indivíduo é ético, honesto?

Compreendem o grupo da *estima social* os tipos *normalidade*, *capacidade* e *tenacidade*. Já os tipos *veracidade* e *propriedade* enquadram-se no grupo *sanção social*. Nos trabalhos iniciais sobre os tipos de *julgamento* desenvolvidos principalmente por Iedema, Feez e White (1994), esses tipos eram denominados: *destino*, *resolução*, *verdade* e *ética*, que foram transformados em seguida por Martin (2003) em: *normalidade*, *tenacidade*, *veracidade* e *propriedade* respectivamente.

A APRECIACÃO

A *apreciação* integra o eixo das opiniões positivas e negativas ao tomar por foco as formas linguísticas pelas quais se avalia e atribui significados de caráter estético a objetos, coisas e fenômenos em geral. Martin e Rose (2003, p.37) afirmam que esse recurso semântico abrange as avaliações sobre shows, filmes, livros, obras de arte, fenômenos da natureza, relacionamentos, entre outros.

Martin e White (2005, p.56) dividem esse recurso semântico em três tipos: *reação*, *composição* e *avaliação*. A explicação sobre cada tipo pode ser mais bem compreendida com o quadro 1, no qual são apresentados, com base em Carvalho (2006), além dos tipos, os subtipos, a pergunta chave para a identificação do tipo e adjetivos exemplificativos retirados, alguns, dos textos que compõem *A Resposta da Igreja*.

Categoria	Subcategoria	Perguntas-chave	Adjetivos positivos
Valoração	<i>Relevância</i> (avaliar a relevância de um objeto conforme convenções sociais)	Levanta questões importantes? Vale a pena?	ampla, justo, significativa, comprometida
	<i>Originalidade</i> (avaliar a singularidade e inovação de um objeto conforme convenções sociais)	Traz contribuições novas?	diferente, atualizado, distinto

Quadro 1 - Identificação dos tipos e subtipos de *apreciação* (continua)
Baseado em Carvalho (2006)

Categoria	Subcategoria	Perguntas-chave	Adjetivos positivos
Reação	<i>Impacto</i> (descrever o impacto emocional de um objeto sobre alguém)	Mexe comigo?	chamativo, atraente, divertido, fascinante
	<i>Qualidade</i> (avaliar a qualidade de algo)	Gosto disso?	amadurecido, adorável, esplêndido
Composição	<i>Proporção</i> (descreve um objeto/processo quanto a sua proporcionalidade)	É bem elaborado?	orgânico, harmonioso, incoerente, inconsistente
	<i>Complexidade</i> (descreve um objeto/processo quanto aos seus detalhes)	A ordem é adequada? É difícil de entender?	intenso, ordenada, claro, simples

Quadro 1 - Identificação dos tipos e subtipos de apreciação (conclusão)
Baseado em Carvalho (2006)

O quadro 2, por sua vez, contribui para a explicação que se faz sobre os tipos de *apreciação*, ao relacioná-los, conforme Martin e White (2005), com os processos mentais¹⁰ de que fazem parte:

Apreciação	Tipo de processo mental	Exemplos de processos mentais
<i>Valoração</i>	Cognição	Entender, refletir, acreditar
<i>Reação</i>	Afeição	Gostar, odiar, desejar
<i>Composição</i>	Percepção	Observar, escutar, reconhecer

Quadro 2 - Relação dos tipos de apreciação com processos mentais
[adaptado de Martin e White (2005, p. 57)]

As ações que se dão no fluxo do pensamento, isto é, os processos mentais, quando associados à percepção, decorrem mais propriamente de estímulos sensoriais, como mostram os exemplos da quarta linha da terceira coluna do quadro 2. Já aqueles associados à afeição possuem um caráter afetivo característico, conforme os exemplos da terceira linha da mesma coluna. Por fim, os relacionados à cognição têm uma inclinação maior às ideias, conceitos, teorias que se atribuem a um dado objeto, assim como os exemplos da segunda linha da terceira coluna.

¹⁰ Processos são elementos ou grupos verbais. Processos mentais são elementos verbais que se referem ao sentir, à representação do nosso mundo interior. Segundo Halliday (1994, p.112), esse tipo de processo diz respeito às ações que se dão no fluxo do pensamento (consciência).

A AVALIATIVIDADE COMO PARTE DA METAFUNÇÃO INTERPESSOAL DA LINGUAGEM

Na Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), a linguagem é concebida como um sistema sociossemiótico que envolve três ciclos de codificação, também chamados de estratos: um de significados, um de fraseados e outro de letras/sons. É relevante, neste ponto, estabelecer a relação entre os estratos da linguagem e os níveis de realização linguística.

Primeiramente, tem-se em um nível micro, o estrato grafo-fonológico (letras/sons). Em um segundo plano, tem-se o nível da oração, que é realizada pela léxico-gramática (fraseados) e, por fim, em um terceiro nível, o semântico-discursivo (significados), localizado em um nível de abstração que está além da oração. A disposição desses estratos, conforme preceitua a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1994), é apresentada na figura 3:

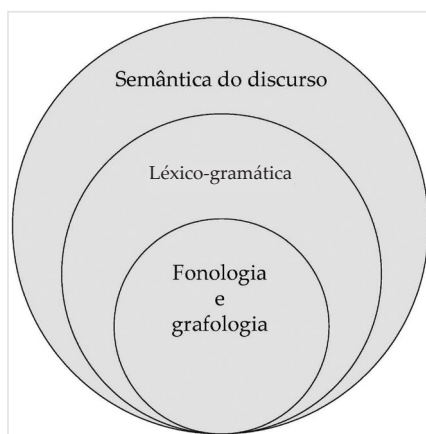


Figura 3 - Ciclos de codificação da linguagem

[adaptado de Martin e White (2005)]

O *Sistema de Avaliatividade*, conforme apresentado na alínea 1.1, localiza-se no estrato da semântica do discurso e é realizado, em termos lexicais e gramaticais, no estrato da léxico-gramática, oralmente ou escrito, de acordo com a interação que se desenvolve, pelo estrato grafo-fonológico.

Ao utilizar um léxico avaliativo quando avalia algo, o escritor/falante parte de sistemas semânticos que são realizados léxico-gramaticalmente de forma a reforçar, ampliar ou minorar aquilo que avalia. Pode-se dizer, assim, que o *Sistema de Avaliatividade* caracteriza-

se como um sistema interpessoal no estrato da semântica do discurso que está articulado, simultaneamente, a outros dois sistemas — *Negociação* e *Envolvimento* — e, em um nível superior, em abstração, está relacionado à variável de registro¹¹ *relações*.

A variável *relações* refere-se, conforme explica Halliday (1985, p.12), à “natureza dos participantes [comunicativos], aos seus estatutos e papéis (...), incluindo as relações de caráter permanente e temporário, os tipos de papéis discursivos que assumem no diálogo”¹². Com isso importa saber que o escritor/falante, na interação em que está inserido, sob a perspectiva da troca, ou seja, do significado interpessoal, reconhece os aspectos interativos do discurso (*negociação*), assim como a escala de solidariedade/intimidade entre os participantes (*envolvimento*), para posicionar-se avaliativamente (*avaliatividade*).

A observância da relação entre o *registro*, a *semântica do discurso* e a *léxico-gramática* dentro do arcabouço teórico da LSF é facilitada com o quadro 3:

Registro	Semântica do discurso	Léxico-gramática
Relações	Negociação Avaliatividade Envolvimento	Léxico avaliativo

Quadro 3 - Relação entre registro, semântica do discurso e léxico-gramática

O significado interpessoal, em que faz parte a *avaliatividade*, o *envolvimento* e a *negociação*, no nível da *semântica do discurso*, é um dos três significados assumidos no entendimento systemicista de língua enquanto um sistema sociosemiótico, multifuncional, em que o escritor/falante tem a possibilidade de fazer escolhas léxico-gramaticais para alcançar propósitos diversos.

De acordo com Halliday (1994, p.23), além do significado interpessoal, associado à construção de relações entre os participantes da interação verbal, outros dois significados ocorrem de forma simultânea no uso da língua: o ideacional, ligado à representação de objetos e ações, e o textual, que funciona na estruturação, na organização textual da mensagem para torná-la compreensível. Esses significados correspondem, portanto, às respectivas metafunções:

¹¹ O “registro” pode ser definido como o que se está falando no momento, dependendo do que se está fazendo e da natureza da atividade em que a linguagem está funcionando. Segundo Halliday (1978, p.111), o registro está associado à configuração de recursos semânticos que o membro de uma cultura, tipicamente, associa com um tipo de situação.

¹² Tradução de: “(...) to the nature of participants, their statuses and roles (...), including permanent and temporary relationship of one kind or another, both the types of speech roles they are talking on the dialogue”.

ideacional, interpessoal e textual.

Esse modo de compreender o funcionamento e as possibilidades de uma língua considera a observação razoável de que a língua satisfaz as necessidades humanas e é organizada funcionalmente respeitando esses imperativos. Assim sendo, a maneira como é organizada, tão quanto as escolhas linguísticas que dessa organização participam, obedecem e contentam essas mesmas necessidades.

A metafunção ideacional está centrada no conteúdo do discurso, ou seja, quais atividades são realizadas, o que e como são representados os participantes dessas atividades. Martin e Rose (2003) explicam que essa metafunção revela como os escritores/falantes constroem suas experiências de realidade, material e simbólica, no discurso.

Sob esse olhar, a língua é vista como um instrumento capaz de construir a maneira como se concebe o mundo, ponderando a escolha dos *processos* (ações), dos *participantes* (pessoas ou coisas associados às ações) e das *circunstâncias* (indicadores que dão noções de tempo, modo, lugar, entre outros) (HALLIDAY, 1994, p.106).

A metafunção interpessoal, de que faz parte a *avaliatividade*, ressalta, mais intensamente, o caráter da interatividade da língua, o que significa que o escritor/falante aduz linguisticamente sua relação com outras pessoas, suas atitudes em relação a elas e também em relação ao conteúdo da mensagem.

Para operacionalização, essa metafunção se organiza em torno dos papéis e funções de fala, o que implica, por um lado, dar algo (bens e serviços ou informações), e, por outro, pedir algo. Assim sendo, pode-se dizer que as relações de poder se articularão na interação verbal a partir da maneira como os interactantes articulam suas avaliações dentro de dois movimentos próprios do significado interpessoal: oferta ou pedido de informação (proposições) e oferta ou pedido de bens e serviços (propostas) (HALLIDAY, 1994, p. 70). O quadro 4 é instrutivo para essa compreensão:

Papel de fala	Função de fala	Função semântica	Resposta pressuposta
Oferecer bens e serviços	Oferecimento	Propostas	Aceitar ou recusar a oferta
Pedir bens e serviços	Pedido		Cumprir ou rejeitar o pedido
Oferecer informações	Declaração	Proposições	Concordar ou discordar da declaração
Pedir informações	Interrogação		Responder ou ignorar a interrogação

Quadro 4 - Papéis e funções de fala

[adaptado de Almeida (2010, p.23)]

A terceira e última metafunção é a textual. Segundo Halliday (1994, p. 37), o significado textual, associado a essa metafunção, é o que “dá à oração o caráter de mensagem”. O significado textual é descrito em termos da coesão e da organização temática. A última se articula em torno de dois sistemas: (a) estrutura temática: combinação de tema e rema, nessa ordem; e (b) estrutura de informação: combinação entre informação dada e informação nova.

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O texto, no qual acontece a *avaliatividade*, para que seja significante do ponto de vista científico-social, tem que se conectar, de acordo com Fairclough (2003, p.3), com questões teóricas sobre o discurso, e ser visto, por conseguinte, como elemento fundamental para a compreensão e explicação de um evento social¹³.

Disso, é possível expandir o ato avaliativo enquanto um modo segundo o qual as pessoas, por meio dos textos, agem e interagem em áreas particulares da vida social e acionam em eventos sociais em que estão envolvidas teorias, esquematizações coletivas, enraizadas em práticas de grupos de pessoas socioculturalmente definidas, ou seja, *modelos culturais* (GEE, 1999, p.60).

Para D’Andrade (1987), o modelo cultural é composto por uma variedade de processos e estados mentais, como: percepções, crenças, emoções, desejos, intenções e decisões. Esses processos e estados mentais podem ser conhecidos por meio de avaliações discursivamente materializadas em textos a partir de uma prática social específica.

Essa consideração sobre os textos está acoplada a uma tradição de Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, para a qual o discurso consiste no uso da linguagem como prática social. Pode-se dizer, conforme Magalhães (2005), que a ACD confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica, desenvolvidos na década de 1970, ampliando em escopo e em produtividade os estudos a que se filia¹⁴.

Compreender o discurso como uso da linguagem como forma de prática social significa considerá-lo um modo de ação historicamente

¹³ Um evento social, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p.22), pode ser definido como “acontecimentos imediatos individuais ou ocasiões da vida social”. Tradução de: “Events are individual, immediate happenings and occasions of social life”.

¹⁴ Segundo Fowler (1996, p.3), a Linguística Crítica (LC) emergiu no final dos anos 70 como uma linguística instrumental, baseada no uso, na linha proposta por Halliday, desenvolvendo uma análise do discurso público, isto é, aquele produzido em jornais, revista, noticiários, entre outros. O intento da LC era o de chegar à ideologia codificada, quer dizer, o significado implicitamente por detrás de proposições.

situado que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Significa, ademais, entendê-lo como “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91).

Para Fairclough (2003, p.28), ao considerar textos como partes de eventos sociais, em que se incluem processos, pessoas, objetos, significados, tempos e lugares, o que se realiza é uma postura que considera duas coisas: a) olhar para os textos em termos de três aspectos de significados, a saber, ação, representação e identificação, de maneira a observar como esses significados são instanciados linguisticamente, e b) fazer uma ligação entre estruturas sociais mais abstratas, como por exemplo o sistema econômico, com os eventos sociais mais concretos, de modo a compreender como gêneros, discursos e estilos são articulados no texto.

Segundo Fairclough (2003, p.27), a admissão da multifuncionalidade de um texto implica reconhecer sua capacidade de funcionar como uma prática discursiva, ou seja, de simultaneamente representar feições do mundo (o mundo físico, o mundo social e o mundo mental), relações entre participantes em eventos sociais, e atitudes, desejos e valores.

O autor explica que o discurso figura conforme os três aspectos de significados como parte de práticas sociais, na seguinte relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. As práticas sociais podem ser entendidas como “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados dentro de áreas particulares da vida social”¹⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p.25).

A cada um dos modos de interação corresponde um tipo de significado. Aos modos de agir corresponde o significado acional que está associado aos gêneros; aos modos de representar, o significado representacional que se associa aos discursos; aos modos de ser, o significado identificacional que compreende os estilos.

Uma forma de agir é uma questão de gêneros. Pode-se, portanto, distinguir diferentes gêneros como diferentes formas de (inter)ação discursiva — uma nota que articula o diretor da sala de imprensa da Santa Sé, por exemplo, é uma forma de ação. Nessa perspectiva, gêneros são maneiras de agir, “atividades com propósitos e estágios reconhecidos, nas quais os participantes se engajam como membros de

¹⁵ Tradução de: “Social practices can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular areas of social life”.

nossa cultura”¹⁶ (EGGINS; SLADE, 1997, p.56).

Uma forma de representar é uma questão de discurso, uma vez que se podem distinguir diferentes discursos, que devem representar a mesma área do mundo, ou um mesmo objeto, de diferentes perspectivas ou posições. Nesse sentido, o discurso pode ser entendido, de modo mais abstrato, como um tipo de semiose no âmbito da língua, ou, de modo mais concreto, como uma forma particular de representar parte do mundo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26). Assim, um mesmo objeto de avaliação, por exemplo a imprensa que divulga o possível envolvimento de clérigos em casos de pedofilia, pode ser representada de modo diferente em diferentes discursos produzidos no âmbito eclesiástico.

As representações, sociais, já que pressupõem a diversidade de origens e a possibilidade de transformação na sociedade, enquanto um sistema de valores, ideias e práticas (MOSCOVICI, 1976, p.13), têm recebido, conforme informa Vala (1993, p.359), diferentes percepções conceituais em diversas áreas do conhecimento.

Essas percepções, segundo o mesmo autor, tendem a destacar os aspectos psicossociológicos, como a crença e a opinião — tratados em Moscovici (1976) — e os aspectos antropológicos e sociológicos, por exemplo as ideologias e as diferenças culturais. Sob quaisquer dessas percepções, a representação “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binômio indivíduo-sociedade” (VALA, 1993, p.360).

Destarte, Celani e Magalhães (2002, p.321) denominam representações à cadeia de significações, construídas nas constantes negociações entre os participantes da interação verbal e as “significações, as expectativas, as intenções, os valores e as crenças referentes às: a) teorias do mundo físico; b) normas, valores e símbolos do mundo social; c) expectativas do agente sobre si mesmo como ator em um contexto particular”.

Hall (1997, p.2), sem embargo, acrescenta que a representação deve ser compreendida como “parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre os membros de uma cultura”¹⁷. Envolve, portanto, conforme o autor, o uso da linguagem, dos signos, das imagens que representam as coisas.

Assim, o ato de representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, “trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal

¹⁶ Tradução de: “A genre is a staged, goal-oriented, purposeful activity in which speakers engage as members of our culture”.

¹⁷ Tradução de: “Representación es una parte esencial del proceso mediante el cual se produce el sentido y se intercambia entre los miembros de una cultura. Pero implica el uso del lenguaje, de los signos y las imágenes que están por, o representan cosas”.

modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2009, p.216).

Por fim, o discurso, ao lado do comportamento corporal, ou seja, gestos e expressões faciais, por exemplo, notifica um modo particular de ser, um particular social ou identidades pessoais. De acordo com Castells (2006, p. 7), toda e qualquer identidade é construída. A principal questão diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece.

Fairclough (2003, p.27), tomando o princípio de que as identidades são construídas, propõe analisá-las com base nos estilos. Os estilos, para o autor, deflagram um tipo de linguagem usado por uma pessoa ou por uma categoria particular de pessoa. Um exemplo poderia ser o estilo de um tipo particular de arcebispo — ele pode usar um modo particular de recursos de linguagem que o identifica.

Essa possibilidade é reconhecida uma vez que “agentes sociais texturam textos, eles armam as relações entre os elementos do texto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22). Há, todavia, restrições estruturais nesse processo — por exemplo, a gramática de quaisquer línguas constrói certas combinações e ordenamentos das formas gramaticais canônicas, mas não outras.

Ademais, se o evento social é uma comunicação oficial aberta à imprensa, todavia dirigida especialmente a um grupo de profissionais e voluntários responsáveis pela proteção dos jovens nos ambientes eclesiais, há convenções gramaticais e do gênero proferição que especificam como deve ser organizado esse discurso e já induz a construção de uma identidade.

Essa organização discursiva, de que fazem parte as escolhas linguístico-avaliativas conferidas por agentes sociais, pode incluir presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções, reconhecidas em formas simbólicas, são ideológicas porquanto servem para sustentar ou contestar relações sistematicamente assimétricas de poder.

Isso denota que os recursos semânticos usados para negociar emoções, julgamentos e valorações funcionam em eventos sociais para a construção de formas simbólicas capazes de, alguma maneira, agirem sobre as relações de conflito assumidas com esses eventos.

As formas simbólicas significam “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p.79). Nessa concepção, a ideologia, tomada como significações/

construções do mundo físico, das relações e identidades sociais (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 117), opera como uma “série de mecanismos [em que se incluíam as instâncias avaliativas para a *atitude*] por meio dos quais o significado é mobilizado para a manutenção [ou objeção] de relações de dominação”¹⁸ (THOMPSON, 1984, p.63).

Outras visões sobre a ideologia e a maneira como opera são comuns nos estudos inclinados à relação linguagem e organização social. Assim, Ryan (1999, p.37) considera que “o termo ideologia descreve as crenças, atitudes e hábitos de sentimento que uma sociedade inculca a fim de gerar uma reprodução automática de suas premissas estruturantes”¹⁹. O autor ainda afirma que a ideologia é o que preserva o poder social na ausência da coerção direta.

Thompson (1990) elenca cinco modos gerais de operação da ideologia, dentro dos quais certas estratégias são reconhecidas. O autor não objetiva sistematizar todas as maneiras de operacionalização da ideologia, nem mesmo acredita numa relação independente desses modos. Ele postula, todavia, que “esses modos podem sobrepor e reforçar um ao outro, e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar em outros modos”²⁰ (THOMPSON, 1990, p. 60).

Assim, Thompson (1990) apresenta os cinco modos: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Por meio da *legitimação*, relações de dominação são estabelecidas, sendo representadas como justas e dignas de apoio. Por meio da *dissimulação*, essas relações são estabilizadas e sustentadas de maneira a ofuscá-las ou negá-las.

Na *unificação*, relações de dominação são instituídas pela construção simbólica da unidade. Essa construção pode envolver a adoção de um referencial padrão partilhado, ou o engendramento de símbolos de identificação coletiva. Já na *fragmentação*, essas relações são sustentadas não por unificar indivíduos em uma coletividade, mas por segmentá-los, uma vez que, se unidos, poderiam ser capazes de montar e efetivar desafios para grupos dominantes.

O último modo pelo qual a ideologia opera é denominado *reificação*. Nesse modo, uma situação transitória é representada como permanente, ocultando seu caráter sócio-histórico, isto é, transitório.

¹⁸ Tradução de: “Ideology operates, not so much as a coherent system of statements imposed on a population from above, but rather through a complex series of mechanism whereby meaning is mobilized (...), for the maintenance of relations of domination”.

¹⁹ Tradução de: “The term ideology describes the beliefs, attitudes, and habits of feeling which a society inculcates in order to generate an automatic reproduction of its structuring premises. Ideology is what preserves social power in the absence of direct coercion”.

²⁰ Tradução de: “I do not want to claim that these five modes are the only way in which ideology operates, or that they always operate independently of one another; on the contrary, these modes may overlaps and reinforce one another, and ideology may, in particular circumstances, operate in other ways”.

A ANÁLISE TEXTUAL o discurso visto como um processo de linguagem

A análise textual, com foco em particular nos mecanismos linguístico-avaliativos que apontam para a maneira como se realiza a *atitude*, é útil e até certo ponto necessária em estudos de âmbito social. Isso se dá, conforme advoga Fairclough (1995, p.209), em função de quatro razões reconhecidamente importantes do ponto de vista socioconstrucionista que informam sobre o estatuto do texto.

A primeira, teórica, pressupõe os textos enquanto formas específicas de ação social, o que significa ser capaz de agir, de transformar o meio sob o qual é produzido. Essa razão tem-se feito acompanhar por uma 'virada linguística'¹ na teoria social e considera o papel fundamental da linguagem e de sua práxis na constituição dos sentidos das experiências (FAIRCLOUGH, 2001a, p.20).

A segunda, metodológica, é que os textos consistem em fontes de provas para fundamentar afirmações sobre processos, estruturas, comportamentos e relações sociais, daí a necessidade de se atentar para a mediação do texto na arquitetura e constituição da vida social.

Ademais, é lugar comum nas ciências sociais contemporâneas, segundo Fairclough (2001b, p.237), a concepção de que as entidades socialmente constituídas (instituições, organizações, agentes sociais etc.) são formadas por processos sociais a partir dos quais os sujeitos criam sentidos e relevância para suas ações. A eficácia desses processos é favorecida, de acordo com Jørgensen e Phillips (2002, p.61), pela efetividade dos discursos textualmente formalizados.

A razão histórica para a importância do texto, cuja análise torna-se, por conseguinte, essencial, é que os textos funcionam como que barômetros sensíveis das diversidades e movimentos sociais, o que faz supor que seu exame possa fornecer, numa abordagem diacrônica, indicadores potencialmente instrutivos de mudança social.

¹ A considerada 'virada linguística' na teoria social está, segundo Resende (2006, p.1076), na esteira de um processo concreto vivenciado nas práticas sociais contemporâneas: a vida social é cada vez mais mediada por textos e o papel destes é cada vez mais saliente e reconhecido em todos os campos da atividade humana, como por exemplo, na cultura e na política.

Essas mudanças não envolvem apenas a linguagem — podem abranger modificações de valores, costumes ou normas decorrentes, por exemplo, de descobertas científicas — todavia são constituídas de modo significativo por transformações nas práticas de linguagem (FAIRCLOUGH, 2001a, p.25).

Logo, o processo de mudança pode ser pensado em termos de fazer circular novos discursos por meio de textos. Isso significa “fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando, e se vendo nos termos dos novos discursos”² (FAIRCLOUGH, 2001b, p.233).

Por fim, a razão política se relaciona com os objetivos críticos, especialmente a compreensão e a denúncia dos modos textuais de legitimação de relações assimétricas de poder. As relações assimétricas de poder são aquelas que sustentam e promovem desigualdades nas condições de acesso e uso dos meios de emancipação.

Essa razão defende que em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas, no sentido de embaçadas deliberadamente, a ponto de saírem do campo de visão das pessoas. Assim, “a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas”³ (FAIRCLOUGH, 1985, p.747).

A análise textual orientada para a *avaliatividade* inclui, segundo Eggins e Slade (1997, p.138-140), a identificação, a categorização e a interpretação como estágios pertinentes de descrição linguística. Identificar e categorizar, sob essa orientação, implica reconhecer e distinguir, a partir de um inventário abrangente de categorias avaliativas, para dar significado, para impor ordem à complexidade dos dados, e para mapear as estruturas da opinião num conjunto econômico de traços semânticos.

A específica qualidade disso para a investigação em curso — qualidade essa tomada como objetivo — está em identificar a maneira e o campo atitudinal mais acionados responsáveis pela expressão das avaliações positivas e negativas construídas nos textos que compõem *A Resposta da Igreja*, a fim de perceber o que acontece de modo geral nesse evento.

Contudo, em função de suas dimensões relativas e contextuais, a análise semântica da *avaliatividade*, sob qual se projeta a *atitude*, será sempre menos clara do que a análise gramatical em termos de categorização. Isso se dá principalmente nos casos em que o elemento

² Tradução de: “Inculcation is a matter of people coming to ‘own’ discourses, to position themselves inside them, to act and think and talk and see themselves in terms of new discourses.”

³ Tradução de: “Hence, ‘critique’ is essentially making visible the interconnectedness of things”.

categorizado é um item lexical. Para Eggins e Slade (1997, p. 126), “o léxico é a área mais aberta da linguagem, uma vez que novos léxicos estão continuamente sendo introduzidos e seus significados frequentemente renegociados e alterados”⁴.

De acordo com Lemke (1998, p.39), “as classes semânticas de uma gramática são essencialmente *criptotípicas* (no sentido de WHORF, 1956) e inefáveis”⁵. Para Whorf (1956, p.92), classes semânticas criptotípicas são aquelas difíceis de serem definidas, categorizadas, chamam à atenção por sua natureza bastante oculta, enigmática.

A renegociação e alteração dos significados lexicais a partir do uso em diferentes interações orientam-se por sistemas semânticos e regras pragmáticas específicas. Sistemas semânticos, ou possibilidades de significados, e regras pragmáticas, isto é, convenções interacionais que preveem ou constroem essas possibilidades “constroem e pressupõem concepções culturais básicas sobre cosmologia, tempo, causalidade — sobre o mundo descrito e manipulado pela linguagem”⁶ (KEESING, 1979, p.14).

Na identificação da categoria atitudinal de um item lexical, adverbial ou processual, é necessário, portanto, considerar a maneira pela qual estão dispostos, quer dizer, como se dá a relação com a “vizinhança textual” ou co-texto⁷, assim como os aspectos contextuais como, por exemplo, os participantes, isto é, as pessoas envolvidas, e as normas interacionais definidas pelo gênero discursivo (EGGINS; SLADE, 1997, p.127).

A obtenção dos resultados da categorização se ajusta, assim, à triagem textual das instâncias atitudinais que, levando-se em conta o traço semântico, a colocação no texto e os aspectos contextuais, foram classificadas de acordo com o arcabouço taxonômico da *avaliatividade*. Essa classificação é importante, do ponto de vista da análise estatística, porque organiza e apresenta sistematicamente o levantamento quantitativo das instâncias identificadas.

Desse modo, o cômputo que realiza e demonstra o gráfico 1 favorece parcialmente os estágios indicados para a compreensão da

⁴ Tradução de: “The lexis is the most open area of the language, with new lexis being continually introduced into the language, and with the meaning of words continually under renegotiation and change”.

⁵ Tradução de: “The semantic classes of a grammar are essentially *cryptotypes* (in the sense of WHORF, 1956) and ineffable”.

⁶ Tradução de: “Semantic systems and pragmatic rules build on and presuppose basic cultural assumptions about cosmology, time, causality – about the world described and manipulated by language”.

⁷ A importância dada às relações co-textuais, na abordagem da Linguística Sistemico-Funcional, está também assinalada em Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p.17). Para os autores, “(...) é bastante útil investigar o ambiente do co-texto em que um dado termo ocorre. Isso dará uma indicação do significado do termo, e também de outros termos que estão relacionados com a colocação”. Tradução de: “Thus, it is quite helpful to investigate the environment of the co-text in which a given term occurs. This will give an indication of the meaning of the term, and also of the other terms that is related to through collocation”.

atitude, uma vez que aduz no eixo horizontal as categorias atitudinais presentes nos textos *in foco*, e no eixo vertical a porcentagem em que cada categoria aparece.

A identificação dessas categorias pelas quais se dá a expressão das avaliações positivas e negativas é facilitada no gráfico 1 pelo esclarecimento na parte superior direita das abreviações dispostas no eixo horizontal. Essa disposição reproduz sumariamente as formas atitudinais escolhidas pelos escritores textuais — no ANEXO B especificadas — e indica, em termos avaliativos, o que acontece n' *A resposta da Igreja*.

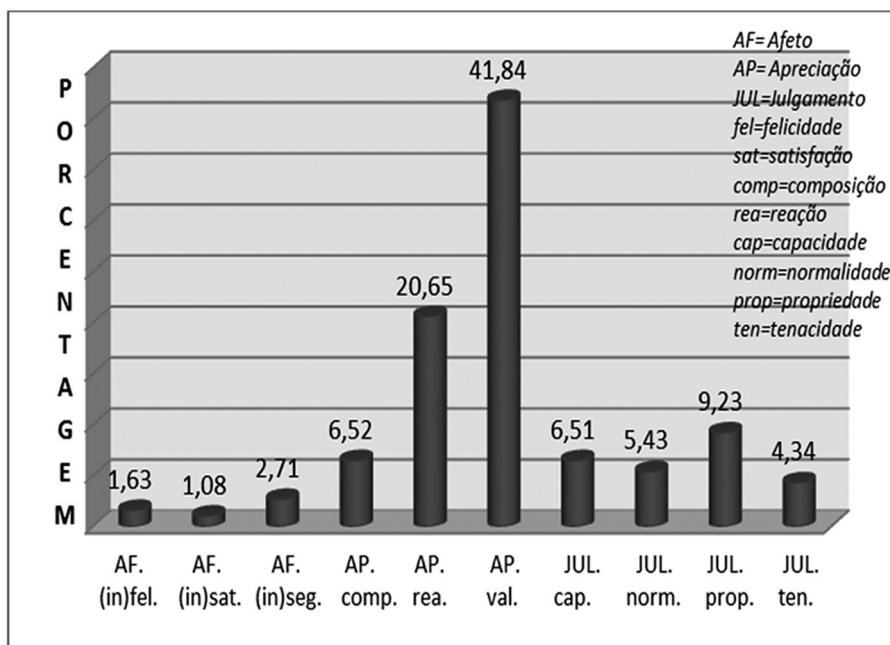


Gráfico 1: Cômputo das expressões avaliativas para a *atitude*

A observação dos dados sobreditos graficamente dá conta, entre outras coisas, do uso proporcionalmente maior das formas atitudinais que apontam para a *apreciação/valoração* (41,84%), enquanto subcategoria, e para a *apreciação* (69,01%), enquanto categoria. A *apreciação* acopla, além da *valoração*, as subcategorias *reação* (20,65%) e *composição* (6,52%).

A categoria *juízo*, em suas variáveis identificadas — *capacidade*, *normalidade*, *propriedade* e *tenacidade* —, posiciona-se, em termos quantitativos, logo após com aproximadamente 25,51% das formas atitudinais. Por conseguinte, o *afeto*, de que faz parte a *(in) felicidade*, a *(in) satisfação* e a *(in) segurança*, fica em terceiro com o valor

aproximado de 5,42% das expressões ou formas atitudinais.

A *atitude*, do ponto de vista da *apreciação* — categoria mais recorrente — confere ao objeto avaliado características próprias, segundo a percepção de determinados grupos ou pessoas (MARTIN, 2003, p.147). As características fazem-se próprias, como que indubitáveis, porquanto possuem valores institucionalizados, normalmente pelo Estado ou pela Igreja (MARTIN; WHITE, 2005, p.57). Conforme Eggins e Slade (1997, p.126), a *apreciação* se refere a como as pessoas institucionalmente avaliam um texto escrito ou oral, assim como avaliam um processo natural ou social.

Já a *valoração*, subcategoria predominante dentro da *apreciação*, representa, segundo Vian Júnior (2007, p.111), o que um determinado grupo, nomeadamente a Igreja Católica no contexto d'*A resposta da Igreja*, considera ou percebe como um valor social a ser seguido. Pode-se dizer também, como uma das propriedades distintivas, que as avaliações dentro da subcategoria *valoração* estão relacionadas aos processos mentais de cognição (entender, refletir, acreditar) (MARTIN, 2003, p.160).

Assim sendo, em detrimento de avaliações pautadas nos sentimentos dos escritores textuais — *afeto* — e de uma análise normativa do comportamento humano baseada em regras ou convenções institucionais — *juízo* — o que *A resposta da Igreja* configura relaciona-se à forma, à convenção, à aparência e ao valor de objetos concretos, a exemplo do relatório da legislação canônica — texto 2 —, ou abstratos, como, por exemplo, a consciência ou honradez da Igreja — texto 3.

Essa configuração não exclui a relevância das expressões atitudinais para o *afeto* e o *juízo*, todavia conduz a uma inclinação aos aspectos menos humanos, no sentido de que as avaliações das emoções de si e do comportamento de outros têm a ver mais com pessoas do que necessariamente com objetos.

O desenho que disso se faz para a compreensão do que acontece n'*A Resposta da Igreja* é esclarecedor sob o seguinte aspecto: a necessidade de se evidenciar as ações e, principalmente, os éditos em vigência para a inibição e controle de atos de pedofilia (*apreciação*) é uma preocupação maior do que a exposição de condolências que afirmem os pesares sobre os delitos já reconhecidos (*afeto*) e do que o reconhecimento público da ausência de virtudes teológicas em parte do corpo clerical que compõe a instituição Igreja Católica (*juízo*).

Como a *apreciação* faz uma avaliação descritiva das coisas, gramaticalmente sua realização efetua-se, em geral, mais por epítetos do que por formas oracionais em que o *processo* aciona o posicionamento

atitudinal. As formas oracionais para a *atitude* consistem na avaliação que se faz por meio do *processo* em si, podendo este estar expressamente associado aos *participantes* — grupos nominais que podem realizar a ação ou serem, de algum modo, afetados por ela —, e às *circunstâncias*, ou seja, grupos adverbiais que dão noções de tempo, modo, causa, lugar, entre outros.

Os epítetos, por sua vez, indicam alguma qualidade do objeto avaliado. Essa qualidade pode representar, conforme Halliday (1994, p.184), uma propriedade objetiva do objeto em si — epítetos experienciais —, ou, ainda, uma expressão da subjetividade do avaliador em relação ao objeto avaliado — epítetos atitudinais.

O critério que permite distinguir mais claramente esses modos de epítetos, avaliativos independentemente, é o grau de compromisso afirmado entre o escritor e suas escolhas linguísticas para a avaliação. O significado interpessoal e comprometedor de um modo de pensar, de entender e avaliar as coisas não pode facilmente ser expresso, ainda que admissível no modo experiencial, com a configuração de elementos discretos (HALLIDAY, 1979, p.66).

Os excertos que se apresentam em (I) e (II), emblemáticos na relação que se levanta com os itens atitudinais identificados no Anexo B, situam respectivamente as formas avaliativas de *apreciação/valorção* em negrito quando gramaticalmente realizadas por epíteto experiencial e atitudinal. Tais formas são próprias do texto 3, no qual o diretor da sala de imprensa da Santa Sé — Federico Lombardi — faz nota sobre as novas normas aplicativas e processuais da Igreja lançadas em 2010.

- I. A **ampla** ressonância pública dada nos anos recentes a este último tipo de delito [pedofilia] chamou muito a atenção e desenvolveu um intenso debate sobre as normas e procedimentos aplicados pela Igreja para o julgamento e a punição dos mesmos. (nota)
- II. Em 2001 o Santo Padre João Paulo II promulgava um documento de grande importância, o *Motu Proprio Sacramentum sanctitatis tutela* que atribuía à Congregação para a Doutrina da Fé a competência para tratar e julgar no âmbito do ordenamento canónico uma série de delitos particularmente **graves**, cuja competência era precedentemente atribuída também a outros Organismos ou não era totalmente clara. [sic] (nota)

A aparência ou efeito de factualidade que alicerça a relação que se produz entre o epíteto experiencial “*ampla*” e o objeto que se aprecia

“ressonância pública” em (I) pode ser teorizada e compreendida mais facilmente a partir de algumas observações semântico-morfológicas que melhor explicam o aspecto de neutralidade e indubitabilidade da postura que se reconhece do escritor.

O feixe de propriedades semânticas que define epítetos experienciais de dimensionamento, a exemplo de “curto”, “grande”, “ampla”, “miúdo”, “vasto” e “longínquo” costuma obedecer a sistemas vetoriais ou escalares susceptíveis de mensuração e comprovação, o que os tornam — os epítetos experienciais — menos subjetivos, ou seja, seus significados são mais estabilizados e dependem menos, não que não dependam de pontos de vista mais particulares, isto é, aqueles potencialmente menos consensuais.

Além disso, os *processos* que referenciam o grupo nominal que constitui o epíteto experiencial, quais sejam, “dada”, “chamou” e “desenvolveu”, agem funcionalmente, dado o pressuposto da existência de um fato concebido associado à forma nominal *particípio* e às categorias de *modo* e *tempo* do que se tem chamado, do ponto de vista da gramática tradicional, *pretérito perfeito simples*, para subsidiar uma factualidade que independe de quaisquer perspectivas subjetivas.

As categorias *modo* e *tempo*, do ponto de vista da gramática tradicional, não estão apenas morfológicamente amalgamadas no português; relacionam-se estruturalmente do ponto de vista semântico. *Tempo* é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre o momento da fala, do evento e da referência. *Modo* traduz uma apreciação qualitativa em relação ao enunciado, uma tomada de posição do sujeito falante, ou a manifestação da certeza e da vontade, sentimentos ou julgamento desse sujeito (BARBOSA; LONGO, 2003, p.8).

Assim, Corôa (1985, p.53) propõe, a fim de demonstrar a finidade do fato ocorrido que tende à impessoalidade, e certeza de uma ação ou fato pressuposto, a seguinte equação para o pretérito perfeito simples em que a vírgula indica simultaneidade e o hífen, anterioridade: ME (momento do evento)-MR (momento da referência), MF(momento da fala)⁸.

Em suma, o grau de estabilização maior do significado dos qualificadores de dimensionamento e o pressuposto de um fato ocorrido e finalizado, recuperado por meio da forma nominal *particípio* e das categorias de tempo e modo demonstrativos do pretérito perfeito simples, são o que produz e formaliza o efeito de impessoalidade do

⁸ Os elementos considerados para a equação ME-MR,MF são articulados partindo do seguinte: o momento do evento (ME) é o momento da ocorrência do processo ou ação; o momento da fala (MF) é o momento da enunciação, isto é, o instante de uso ou proferimento; e o momento de referência (MR) é o sistema temporal fixo sobre o qual se definem a anterioridade, simultaneidade e posterioridade.

epíteto experiencial “ampla”, e, conseqüentemente, a evidência da ocorrência de uma “ampla ressonância pública”.

Diferentemente, em (II) o epíteto atitudinal “graves”, conquanto passível de uma escala semântica que considera o grau de dano ou prejuízo de infrações específicas, não satisfaz a nenhum sistema empiricamente observável e mensurável. Destarte, pode variar mais facilmente numa *cline* que presencia, por exemplo, variantes entre “aceitável” e “grave”, dependendo da perspectiva sob a qual se posicionam as pessoas que avaliam a série de delitos.

A configuração funcional do epíteto experiencial “ampla” em (I), assim como do epíteto atitudinal “graves” em (II), permite reconhecer a relação estrutural entre as formas de avaliação do tipo *apreciação/valoração* na condição de epíteto e o objeto avaliado a que se direciona uma qualidade. Essa relação denomina-se hipotaxe.

A hipotaxe é, segundo Halliday (1994, p.221), “a ligação de elementos de estado desigual. O elemento dominante é livre, mas o elemento dependente não é”⁹. Assim, “ampla” e “graves” caracterizam-se, a partir dessa assunção legitimada pela orientação funcionalista de análise, como elementos estruturalmente condicionados, dentro do grupo nominal de que fazem parte, aos objetos avaliados “ressonância pública” e “delitos” respectivamente.

Seja um pré-modificador — a exemplo de (I) —, seja um pós-modificador — a exemplo de (II), os epítetos experienciais e atitudinais constituem o elemento subordinado na estruturação textual da *apreciação/valoração*.

Sob a ótica da criação de diferentes significados a partir dessa relação estrutural, as escolhas linguísticas que definem o objeto avaliado e o epíteto característico do objeto são significativas, na medida em que propiciam diferentes interpretações da realidade e criam diferentes visões de mundo (DOWNING, 2000, p.68). De acordo com Ridington (1991, p.249), uma “visão de mundo não pode ser entendida fora da língua. Ela [a visão de mundo] é fundamentalmente produzida pelo pensamento humano linguisticamente mediado”¹⁰.

Segundo Halliday (1994, p. xix), quando se faz uma escolha, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas. O resultado dessas escolhas é o texto, que surge assim como uma instanciação do sistema, já que este, o sistema, é instanciado sob a forma de textos

⁹ Tradução de: “Hypotaxis is the binding of elements of unequal status. The dominant element is free, but the dependent element is not”.

¹⁰ Tradução de: “(...) world view cannot be understood without language. It is fundamentally produced by linguistically mediated human thought”.

(HALLIDAY, 1994, p. xxii).

Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p.50) sugerem, pressuposta a análise que considera a relação texto ou, especificamente, o que significam as escolhas avaliativas, e sistema, isto é, o que essas escolhas, se diferentes, potencialmente poderiam significar, “um movimento [em termos de metodologia para investigação] que sai da instância (texto) para o potencial (o sistema)”¹¹.

Compreender a língua em uso nessa perspectiva significa, destarte, atentar para o dito na relação com o que poderia estar no lugar. Halliday (1978, p.52) é instrutivo quando trata essa questão:

Como podemos tentar compreender a língua em uso? Olhando para o que o falante diz na relação com o que poderia ter dito, mas não disse, como uma atualização na envolvimento de um potencial. Daí a envolvimento ser definida paradigmaticamente: usar a língua significa fazer escolhas na envolvimento de outras escolhas.¹²

Nesse sentido, o exame da relevância das escolhas que definem a *atitude*, em especial a *apreciação/valorização* em seu contexto de uso, pode ser feita com base também nas formas de intensificação ou mitigação dos significados construídos, ou seja, assume-se a existência de um sistema que opera através de modos que implicam uma avaliação escalar, uma força avaliativa capaz de imprimir um grau mais, ou menos, elevado de positividade ou negatividade.

Pomerantz (1986, p.219) argumenta que, quando as pessoas são chamadas a justificar, acusar ou avaliar alguma coisa em favor de interesses específicos e institucionais, elas frequentemente escolhem formulações cuja força avaliativa envolve graus extremos, pouco circunspectos, que intensificam ou suavizam aspectos sobre os quais se fala ou escreve.

Essa força avaliativa tende à mitigação e à negatividade nos casos em que o objeto avaliado comunica, consoante o excerto (III), o envolvimento clerical em situações de pedofilia, e à intensificação e positividade nos casos em que o objeto avaliado é independente na relação hipotática assume, a exemplo do excerto (IV), um ato/reação da Igreja.

¹¹ Tradução de: “(...) a move along the cline of instantiation from instance (text) towards potential (system). This is the analysis process”.

¹² Tradução de: “How do we try to understand language in use? By looking at what the speaker say against the background of what he might have said but did not, as an actual in the environment of a potential. Hence the environment is defined paradigmatically: using language means making choices in the environment of other choices”.

- III. Os sacerdotes devem ser informados sobre o dano provocado por um clérigo à vítima de abuso sexual e sobre a própria responsabilidade diante da legislação canônica e civil, como também a reconhecer os sinais de **eventuais abusos** perpetrados contra menores; (carta)
- IV. Tornamo-nos muito conscientes da necessidade de proteger os jovens e vós [grupo de profissionais e voluntários responsáveis pela proteção dos jovens nos ambientes eclesiais] constituís uma parte importante da **ampla resposta** da Igreja a este problema. (nota)

Os graus intermediários para a usualidade entre os polos sim e não, sob os quais se dá a mitigação no grupo nominal destacado em (III), correspondem a um parecer do escritor textual sobre o que é indesejável ou mau, uma vez que se associam ao uso errado, excessivo ou injusto, previsto na escolha do elemento estruturalmente independente “abusos”. A tais graus Halliday (1994, p.356) refere-se como *modalidade*¹³.

A orientação dessa *modalidade* para um *continuum* impreciso de frequência, a partir da indeterminação deflagrada pela escolha da forma avaliativa “eventuais”, coloca em suspeição a factual existência do ato de pedofilia, e conseqüentemente a participação clerical nas infrações delatadas, ou, ao menos, apropinqua essa escolha de um campo semântico cuja fortuidade e imprevisão fazem parte.

Essa aproximação sinonímica que aciona a imprevisão e a fortuidade como implicaturas de uma escolha linguística sugere o procedimento analítico que considera igualmente o conjunto ou rol de opções léxico-gramaticais disponíveis, todavia não selecionadas.

A partir desse ponto de vista, a importância da escolha do item “eventuais” só parece significativa se se considerar que “acidental”, por exemplo, enquanto possibilidade linguística na envolvimento de um potencial de escolhas contextualmente relevantes, não funcionaria em favor de certos efeitos pretendidos, já que não satisfaria certas necessidades reconhecidas.

Sem embargo, é possível especular, no sentido de examinar com atenção, essa possibilidade desconsiderada. Assim, “acidentais delitos” ou “delitos acidentais” incorreria o encargo de se justificar o envolvimento clerical em atos de pedofilia, enquanto ação não deliberada, possivelmente instintual, essencialmente humana, logo inevitável.

¹³ Tradução de: “Modality refers to the area of meaning that lies between yes and no – the intermediate ground between positive and negative polarity”.

Por outro lado, a acentuação e certificação com as quais se define a polaridade positiva, ou seja, a inclinação à aprovação dos objetos avaliados, quando estes aduzem uma reação da Igreja às acusações, chama a atenção. As escolhas que modificam esse objeto, a exemplo de (IV), em que “ampla” dimensiona para mais e melhor “resposta”, são conferidas em grupos nominais como “contributo vital” — texto 1 — “medidas adequadas” — texto 2 — “texto jurídico oficial atualizado” — texto 3 —, entre outros.

A propensão à avaliação positiva dos objetos concretos e abstratos nesses casos, ou seja, quando o que se aprecia indica um movimento de reação da Igreja, tende a considerar como fazendo parte de um conjunto maior e mais amplo *juízos* que conservam o consentimento, aprovação ou adesão dos escritores/falantes. Essa lógica parte de um princípio ou assunção dos estudos da *avaliatividade* que defende que “avaliações positivas e negativas de alguma coisa [logo, *apreciações*] implicam julgamentos positivos e negativos da capacidade de alguém criar ou realizar”¹⁴ (MARTIN; WHITE, 2005, p.58).

Os excertos (V) — retirado do texto 1 — e (VI) — texto 2 — ajudam a esclarecer essa assunção e confirmam a permanência da positividade, nos julgamentos implicados com a *apreciação/valorização*:

V. Embora não existam motivos para nos sentirmos alegres, é preciso divulgar o que foi realizado: os **esforços** da Igreja, neste país [Inglaterra] e noutros lugares, especialmente nos últimos dez anos para garantir a segurança das crianças e dos jovens e para lhes mostrar todo o respeito durante o seu crescimento rumo à maturidade, devem ser reconhecidos. (proferição)

VI. Dentre as importantes responsabilidades do Bispo diocesano para **assegurar** o bem comum dos fiéis e, especialmente das crianças e dos jovens, existe o dever de dar uma resposta adequada aos eventuais casos de abuso sexual contra menores, cometidos por clérigos na própria diocese. (carta)

Em (V) o afincamento ou contumácia para agir bem das pessoas ligadas à Igreja presencia na forma da *apreciação/valorização* “esforços”, cujo pressuposto de animosidade e mobilidade de vigor está assumido, a aprovação do que já tem sido arduamente realizado em termos de ações e intervenções que afirmem a segurança de crianças e jovens, e, portanto, o julgamento de tenacidade.

¹⁴ Tradução de: “(...) positive and negative valuations of something imply positive and negative judgments of the capacity of someone to create or perform”.

A *tenacidade*, que representa 4,34% das formas atitudinais diretamente expressas nos textos d'*A Resposta da Igreja*, enquanto uma subcategoria para o trabalho de sistematização das avaliações do comportamento verbal, mental e físico humanos, informa sobre a resolução das pessoas, ou seja, o quanto decididas e inclinadas são ou agem para propósitos específicos (MARTIN; WHITE, 2005, p.54). Por essa razão, em (V), a avaliação das ações da Igreja, estas enquanto objeto avaliado a partir da *apreciação/valorização* “esforços”, faz supor o julgamento favorável ao comportamento de pessoas ligadas à Igreja em realizar, de modo animoso e tenaz, uma atividade.

Similarmente, porém com implicações de *julgamento* de *capacidade*, em (VI), o *processo* “assegurar” que sugere e avalia a importância da manutenção do bem comum dos fiéis, especialmente das crianças e jovens, indica a habilidade estimada que alguém, especificamente o bispo diocesano, possui para a produção e gerência desse ambiente propício.

O *julgamento* de *capacidade*, que representa 6,51% das formas atitudinais diretamente expressas nos textos d'*A Resposta da Igreja*, envolve, como parte da *estima social*, admiração e crítica sem implicações legais, e se define com base no critério de competência dos indivíduos, isto é, o quanto preparados são ou se encontram para a consecução de deveres ou objetivos determinados (MARTIN, 2003, p.156).

Assim, a avaliação positiva sobre a ação dos bispos em oferecer ou permitir de modo certo ou seguro o bem comum de crianças e jovens faz conjecturar a capacidade de realização destes prelados diocesanos nessa responsabilidade, marcada no início da formulação em que se encontra o *processo* “assegurar” como importante.

Essa capacidade, sob a feição de uma virtude que destaca socialmente um grupo, parece ser, de acordo com Squizzato (2011, p. 9), a confirmação, n'*A Resposta da Igreja*, de uma práxis em que os sacerdotes são comumente avaliados positivamente.

As formas nominalizadas definidas para a indicação dos objetos independentes podem ser, por si, avaliativas, se envolvem a exemplo de (III) muito mais do que um potencial para referir, mas um potencial para expandir, isto é, “para transformar o fluxo de experiência dentro de configurações de categorias semióticas, e para construir tais configurações dentro de sequências de um argumento fundamentado”¹⁵ (HALLIDAY, 1998, p.197).

¹⁵ Tradução de: “When a figure (congruently construed as a clause) is reworded, by grammatical metaphor, in a nominalized form, a considerable amount of energy [a subjetividade, a perspectiva do falante/escritor] is released, in terms of two semantic potentials mentioned above: the potential for referring, and the potential for expanding – that is, for transforming the flux of experience into configurations of semiotic categories, and for building up such configurations into sequences of a reasoned argument”.

Dito de outra maneira, esse processo semântico para a transformação do fluxo de experiência e construção de configurações de categorias semióticas, podendo ser também chamado de *metáfora ideacional*, significa uma variação na expressão mais típica de um dado significado, ou seja, ao invés de “X abusa de Y” — excerto (III) — ou “X responde a Y” — excerto (IV) — prefere-se o uso de formas mais abstratas como “abusos” e “resposta” respectivamente. As formas mais abstratas são constituídas, nesses casos, pela indeterminação dos *participantes* sob os quais se legitimam os *processos* “abusar” e “responder”, uma vez que por estes estão previstos.

Potter (2005, p.182) explica que “a nominalização é uma técnica para categorizar ações e processos que permite que o falante ou escritor evite endossar a responsabilidade [agência] por uma história particular”¹⁶. Essa técnica, para o autor, pode ter um papel ideológico importante em ações que questionam a legitimidade ou veracidade de pressupostos dominantes ou que estejam sendo ativados.

O potencial de expansão por uma categoria semiótica, em termos avaliativos, pode ser articulado através da referência a algum intertexto e possibilita, por conseguinte, a inferência do julgamento que pela categoria se faz (MARTIN, 2000, p. 155). Nesse sentido, a *metáfora ideacional* tende a configurar-se, nos casos em que a referência a algum intertexto se evidencia mais claramente, como uma avaliação implícita ou também chamada indireta, ou seja, como *tokens* de atitude.

Macken-Horarik (2003, p.299), ao tratar os *tokens* de atitude enquanto avaliações evocadas, nota-os a partir de mecanismos pelos quais o texto oferece possibilidades interpretativas, uma vez que a *atitude*, isto é, a opinião do escritor, necessita, nesses casos, ser recuperada pelo leitor. O excerto (VII) do texto 1 facilita a inferência, isto é, a atividade discursiva de inserção contextual, do julgamento admissível para a escolha em negrito da categoria semiótica, sob a qual o fluxo de experiência é transformado.

VII. Ele [o trabalho do grupo de profissionais e voluntários responsáveis pela proteção dos jovens nos ambientes eclesiais] ajuda a garantir que as medidas preventivas postas em ação sejam eficazes, seguidas com atenção, e que qualquer **acusação** de abuso seja tratada com rapidez e justiça. (*sic*) (proferição)

¹⁶ Tradução de: “Nominalization is a technique for categorizing actions and processes that allows the speaker or writer to avoid endorsing a particular story about responsibility”.

O potencial de expansão da categoria ou forma avaliativa em **negrito** se satisfaz pela particularização do significado institucionalmente mais comprometido, possível no contexto religioso judaico-cristão. Esse significado considera a definição etimológica do latim, para a qual estão previstas acepções que sinalizam a impropriedade daquele que acusa, ao pressupô-lo falacioso e passional (DICIONÁRIOS ACADÉMICOS, 2005, p.29).

A tal pressuposição, relaciona-se, via cotejamento etimológico, *diaballein* — atacar falsamente —, *diabolus* — caluniador, espírito da mentira —, no grego *diabolos* — acusar com paixão (SARAIVA, 1993, p. 369). Esse cotejamento, de que faz parte fundamentalmente *accusationis* e *diabolus* e que redimensiona em termos semânticos o primeiro em função do segundo, aciona abstrações de experiências religiosamente validadas e negativamente ajuizadas, uma vez que possibilita, de maneira indireta e intertextual, o *juízo de propriedade* sobre aquele que acusa — o acusador.

O *juízo de propriedade*, que representa 9,23% das formas atitudinais diretamente expressas nos textos d'*A Resposta da Igreja*, sustenta, segundo White (2004, p.188), o dever cívico e a obediência religiosa e está calcado em convicções éticas que perfilam o caráter das pessoas avaliadas. De acordo com Lincoln (2006, p.54), as convicções sobre a ética são definidas com base na “moralidade formalizada por princípios abstratos, práticas concretas e avaliações casuísticas sobre comportamentos específicos executados por certas categorias de pessoas”¹⁷.

Sendo assim, ao antever, pela forma nominalizada em **negrito** de (VII), a suspeita ou conjectura desfavorável acerca da probidade ou imparcialidade dos que sinalizam o envolvimento de clérigos em casos de pedofilia, o que se afirma é a ilegitimidade moral dos delatores, sob suas diversas instâncias, ou seja, paroquianos, debatedores, canais de imprensa — que provocam a ampla ressonância pública —, entre outros.

¹⁷ Tradução de: “(...) Ethics, on the other hand, concerns itself with “morality” in the form of abstract tenets, concrete practice, and casuistic evaluations regarding specific behaviors performed by (and upon) specific categories of person”.

MODOS DE INTERAÇÃO SEGUNDO OS QUAIS FIGURA O DISCURSO COMO UM MOMENTO DE UMA PRÁTICA SOCIAL

MODOS DE AGIR E INTERAGIR

O ideário de análise não focalizada simples e unicamente no funcionamento linguístico — resguardada a importância da análise textual e do conhecimento de língua, enquanto “parte do, e no mesmo plano epistemológico tomado como, conhecimento cultural”¹ (KEESING, 1979, p.15) — e sim na relação que o produtor textual e esse funcionamento estabelecem reciprocamente e com outras pessoas a partir de condições de produção e interpretação específicas faz estender os limites e pretensões da investigação em curso.

Ademais, o papel desempenhado pelos textos linguísticos nas relações de poder e na transformação e mediação da estrutura social, sobre a qual se entendem as “regras e recursos [como, por exemplo, as crenças e as convenções] envolvidos recursivamente na reprodução social”² (GIDDENS, 1986, p. xxxi) passa, então, a ser considerado.

Fairclough (1989, p.34) define relações de poder como sendo “sempre relações de *conflito*, usando o termo num sentido técnico para se referir ao processo pelo qual grupos sociais de interesses distintos interagem entre si”³. Disso, pode-se postular que conflitos sociais ocorram por diversas razões entre diferentes grupos em inúmeras interações.

Em acordo, Carmo (2012a, p.126) entende que os diferentes jeitos de se compreender o mundo, de se adjudicar feições com valor, ou representações, aos diversos fenômenos sociais sobretudo, faz com que

¹ Tradução de: “(...) part of, and on the same epistemological plane as, cultural knowledge”. A igualdade, em termos de validade, dos planos epistemológicos assumidos nessa citação significa, em outros termos, a possibilidade, defendida pelo antropólogo e autor, de se tratar questões culturais por meio da abordagem ou conhecimento linguístico.

² Tradução de: “In structuration theory ‘structure’ is regarded as rules and resources recursively implicated in social reproduction”.

³ Tradução de: “Power relations are always relations of *struggle*, using the term in a technical to refer to the process whereby social group with different interests engage with one another”.

os conflitos sejam inevitáveis e se deem em todos os níveis, sejam em grupos ou em comunidades, vistas como um pouco mais estendidas.

A inevitabilidade dos conflitos, a partir das diferentes feições adjudicadas aos diversos fenômenos sociais, torna razoável e oportuna, conforme Bakhtin (1997), a compreensão de língua enquanto uma “arena” dentro e por meio da qual posições são defendidas, negociadas ou acometidas.

Essas posições, adotadas em situações reais de interação, perpetram funções pragmáticas diretivas (força ilocutória). Dito de outra maneira, quando se define uma postura de defendimento ou impugnação, essa postura empreende, no bojo das diferentes configurações genéricas, certas ações, tais como críticas, refutações, conselhos, recomendações, entre outras, orientadas por essas configurações, ou seja, pelos gêneros de discurso socialmente admitidos e reconhecidos (DIJK, 2010, p.52).

Para Fairclough (2003, p.65), “gêneros são especificamente aspectos discursivos das formas de agir e interagir no curso dos eventos sociais”⁴. Essas formas caracterizam-se por um “conjunto [relativamente] estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.61).

Ao tomar o conjunto de atividades, ou sistema de atividades, junto ao conjunto relativamente estável de convenções, ou sistema de gêneros, o que se focaliza é “**o que as pessoas estão fazendo e como os textos** [enquanto plano material de realização dos gêneros e dos discursos] **as ajudam nisso**, e não os textos com fins em si mesmos”⁵ (BAZERMAN, 2004, p. 319, grifo nosso).

Essa lógica, para a qual os textos materializam modos de ação e interação, obedece a uma assunção segundo a qual os gêneros realizam uma tarefa-chave na organização e funcionamento de sistemas sociais através de artefatos materiais-semióticos, ou seja, textos.

O foco que ressaí as interações por meio dos textos postula, segundo Carvalho (2005, p.136), que os sujeitos utentes da língua estabelecem propósitos comunicativos e cuidam para que sejam alcançados, dando-lhes forma segundo a percepção de semelhança entre a situação atual e outras situações que julgam análogas. Esse processo de tipificação baseado em recorrência explica, de acordo com a autora, a natureza convencional do discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

As articulações linguísticas comumente reconhecidas nessas

⁴ Tradução de: “Genres are the specifically discursive aspect of ways of acting and interacting in the course of social events”.

⁵ Tradução de: “Considering the activity system in addition to the genre system puts a focus on what people are doing and how texts help people do it, rather than on texts as ends in themselves”.

regularidades formais, a exemplo das escolhas linguístico-avaliativas para a *atitude*, não são gratuitas. Elas sugerem “como as pessoas usam os textos para criar novas realidades de significado, relação e conhecimento”⁶ (BAZERMAN, 2004, p.309).

Isso significa, dado o exposto, que a observação de que o que se configura n’*A resposta da Igreja*, em termos da *atitude*, relaciona-se à forma, à convenção, à aparência e ao valor de objetos concretos e abstratos, em detrimento de uma análise normativa do comportamento humano e de avaliações pautadas nos sentimentos dos escritores textuais necessita ser complementada, a partir de uma abordagem discursiva com base em gêneros, para que se compreenda mais amplamente a ação social dos textos linguísticos.

Os aspectos discursivos das formas de agir e, por conseguinte, interagir n’*A resposta da Igreja* identificam-se como carta circular, nota e proferição⁷. Quais sejam as funções pragmáticas diretivas estabelecidas nesses gêneros de discurso, elas realizam uma *ação conjunta*.

Uma “ação conjunta é aquela produzida por um grupo de pessoas que agem coordenadamente”⁸ (CLARK, 1996, p.3). Isso não denota necessariamente que as ações individuais não possam se diferenciar — às vezes isso é imprescindível para certos objetivos — e em certas circunstâncias, até mesmo se contestar.

A possibilidade de uma ação individual gerar uma tensão ou contestar outra que tem sido produzida junta significa, de acordo com Clark (1996, p.19), que os participantes geralmente realizam muitas ações individuais diferentes e a harmonia, ou seja, a voluntariedade entre as ações, não é, nessa perspectiva, condição necessária à ação conjunta⁹.

Não obstante, quando as ações individuais funcionam sem quaisquer embargos que dificultam a harmonia, se desejada, de uma ação conjunta, elas desempenham ligadamente uma *prática social*. Uma prática social consiste em “modos habituais, ligados a perspectivas temporais e espaciais específicas, em que os indivíduos aplicam

⁶ Tradução de: “(...) how people using text create new realities of meaning, relation, and knowledge”.

⁷ A escolha pelo termo “proferição” em detrimento de “proferimento” ou “discurso” obedece a um critério arrazoado de clareza e distinção do gênero e do que se pretende dizer sobre ele. O termo “proferimento” é também comumente usado na área dos estudos da pragmática, enquanto uma unidade pragmática da fala. Já o termo “discurso”, como declarado no primeiro capítulo, é bastante polissêmico nos estudos de linguagem, podendo, por exemplo, ser compreendido como um tipo de semiose no âmbito da língua ou como uma forma particular de representar parte do mundo.

⁸ Tradução de: “A joint action is one that is carried out by an ensemble of people acting in coordination with each other”.

⁹ Numa conversação espontânea, por exemplo, em que duas pessoas falam sobre algum assunto e realizam, segundo Clark (1996), uma ação conjunta, a discordância dos participantes em relação ao tópico ou tema sobre o qual se discute, ou a tentativa de assalto a turnos, isto é, quando um participante tenta tomar o turno no momento que o outro está falando, culminando na sobreposição de vozes, exemplificariam essa não voluntariedade possível entre as ações individuais.

recursos (materiais ou simbólicos) **para agir em conjunto no mundo**¹⁰ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, grifo nosso).

A carta circular, enquanto um gênero discursivo que, conforme Bazerman (2004, p.310), ajuda as pessoas a agirem no mundo de certas maneiras ao criar fatos sociais que afetam as ações, direitos e obrigações de outras pessoas ocorre, de acordo com Silva (2002, p.69), essencialmente no domínio das práticas da burocracia das instituições sociais. O domínio, ao qual a autora se refere, abrange, por exemplo, departamentos, núcleos, seções e secretarias de empresas, de Estados e de estabelecimentos religiosos.

A nota, por sua vez, caracteriza-se pela “apresentação de um posicionamento diante de um fato, através da expressão de opinião, conclusão ou suposição” (FIGUEIREDO, 2003, p.52). Essas três expressões levam em consideração as necessidades identificadas em situações específicas pelo sujeito que se posiciona diante do fato ou tema em foco.

Por fim, a proferição consiste na expressão oral — podendo ser publicada — em que se busca por meio de técnicas linguísticas e paralinguísticas a divulgação de um parecer formal (MATOS, 2011, p.48). A formalidade significa em geral o cumprimento de certas normas discriminadas para o ato que oficializa a divulgação do parecer. Já a publicação desse gênero discursivo, caracterizadamente oral, restringe-se ao elemento linguístico, porém, na sua forma escrita¹¹.

Ao considerar as ações específicas ou individuais em cada gênero desses e suas relações, a partir das especificidades contextuais sob as quais se legitimam, são possíveis algumas observações.

O domínio de circulação da carta circular, determinado, de acordo com Silva (2002), pelos espaços internos das instituições sociais, especificamente da Igreja Católica, demonstra o caráter restrito dos participantes das interações que por meio do gênero se constroem.

Dito de outra maneira, o rol de pessoas com acesso a uma carta circular é bastante limitado, já que a esfera ou locais onde exclusivamente ela se dá pertence a grupos específicos de pessoas. Essa é uma característica ou ação potencial porque a limitação ou acesso restrito à carta é o que se espera, é o que antecede a interação real e concreta, dentro da qual o gênero é recorrido.

O rompimento com essa prática — haja vista a acessibilidade irrestrita à carta circular n’*A Resposta da Igreja* — chama a atenção

¹⁰ Tradução de: “(...) habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material or symbolic) to act together in the world”.

¹¹ A opção pela forma escrita, ou seja, pela proferição publicada no site da Santa Sé obedece ao critério de acessibilidade, porquanto só se teve acesso ao site, e padronização, já que os outros gêneros d’ *A Resposta da Igreja* são também escritos.

às funções pragmáticas diretivas preponderantes, uma vez que tais funções deverão considerar, em suas maneiras, o redimensionamento para mais do público-alvo.

Isso quer dizer que, ao instruir as conferências episcopais sobre as diretrizes vinculadas ao tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos, em carta circular, o prefeito do Vaticano — aquiescido À Resposta da Igreja, enquanto evento social e ação conjunta — contrapõe, de maneira pública, possíveis afirmações de incúria contra as autoridades eclesiais em tratar e deliberar as acusações recebidas. Essa contraposição, considerando o acesso ilimitado à carta onde ela ocorre, é uma ação significativa, uma vez que responde a uma necessidade particular, concreta e reconhecida na situação imediata das afirmações de incúria.

Essa interpretação é admissível porquanto a função pragmática diretiva instrução, sob circunstâncias distintas e propósitos diversos, geralmente pressupõe uma série de pré-movimentos ou etapas como, por exemplo, a compreensão, a avaliação e a preparação de preceitos que contrariam a ideia mais comum do que seja uma postura negligente.

Tais preceitos, sob a feição de propriedades estruturadoras de um pensamento moral, isto é, de uma orientação sobre o que é responsável, válido, certo e justo a partir de uma perspectiva caracterizadamente temporal e espacial, não apenas restringem, mas também capacitam e permitem a ação humana.

Essa capacitação que reconhece, principalmente por meio das implicações de *juízo* decorrentes das avaliações de *apreciação*, a competência e habilidade dos prelados diocesanos para a consecução das instruções elaboradas mobiliza e reforça, uma vez mais, esse contraponto às sinalizações de negligência.

Para Rendina (2012, p.176), a impressão de impunidade que reforça a ideia, segundo o historiador mais comum na imprensa, de incúria ou desídia por parte das autoridades eclesiais ocorre já que essas mesmas autoridades conseguem “esconder os casos que são verificados, resolvendo-os em grande segredo, até no século XX, quando o poder da imprensa deu destaque a certos casos que chegaram depois nas salas dos tribunais”.

Na mesma linha de raciocínio do escritor e historiador, e com uma opinião semelhante, a pesquisadora italiana em ciência criminológica e investigativa, Alessandra Squizzato é afirmativa quando diz sobre o modo como a Igreja conduziu o processamento das informações que indiciaram clérigos católicos:

O escândalo que nos últimos anos tem envolvido a Igreja Católica em um redemoinho de acusações relativas a sacerdotes pedófilos e que foram cobertos pela hierarquia superior [da Igreja] tem criado um alarme social e despertado a atenção para a questão. **Um dos aspectos relativos ao fenômeno que mais chocam a opinião pública é que os bispos, arcebispos e dioceses têm mantido uma atitude de silêncio teimoso ao não denunciar e expor os casos de pedofilia que têm tido conhecimento**¹² (SQUIZZATO, 2011, p.4, grifo nosso).

O destaque dado pela imprensa e reconhecido por Rendina (2012) é avaliado na nota do diretor da sala de imprensa da Santa Sé, como mostrou o excerto (I). A nota, que esclarece e avalia as novas normas sobre os delitos mais graves orienta-se, com base nas formas “ressonância pública”, “facilitar a orientação de quem quer que se deva ocupar destas matérias”, e principalmente “esclarecimento — sobretudo para uso dos jornalistas”, para responder, especialmente, à imprensa que debate o envolvimento clerical em atos de pedofilia.

Segundo Alsina (1993, p.81), a produção de uma nota, enquanto uma variante dos gêneros que informam, mas, ainda mais, opinam, é um processo que se inicia com um acontecimento. Os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos exteriores ao sujeito a partir dos quais ele mesmo vai recorrer e construir.

Para Gomes (2010, p.293), pode-se dizer que os acontecimentos tornam-se fatos semióticos quando “selecionados, contextualizados, tematizados e avaliados por sujeitos posicionados sócio-historicamente em instâncias socioculturais específicas”.

Assim, a nota do diretor da sala de imprensa da Santa Sé sobre as novas normas aplicativas e processuais do ordenamento canônico formaliza duas funções pragmáticas diretivas específicas e fundamentais que esteiam ações em favor da manutenção de uma estrutura hierárquica de ordem e poder eclesiástico.

A primeira diz respeito a qualificar a ação que atualiza a legislação vigente, enquanto ação ou acontecimento responsivo, no sentido de que responde a uma necessidade assumida (de atualização), enquanto a segunda diz respeito a instituir a maneira, ou o significado, segundo o qual se deve orientar a interpretação dessa atualização.

A aprovação do ato da Igreja que atualiza a legislação vigente pode ser demonstrada com o excerto (VIII) retirado da própria nota:

¹² Tradução de: “Lo scandalo che negli ultimi anni ha coinvolto la chiesa cattolica in vortice di accuse relative a preti pedofili e alla copertura che l’alta gerarchia gli ha fornito, ha creato un allarme sociale risvegliando l’attenzione sul tema. Uno degli aspetti relativi al fenomeno che può há sconvolto l’opinione pubblica è che vescovi, arcivescovi e diocesi abbiano mantenuto un atteggiamento di ostinato silenzio atto a non denunciare e sverlare i casi di pedofilia di cui erano venuti a conoscenza”.

- I. A actual publicação das Normas dá uma **grande contribuição** à clareza do direito num campo no qual a Igreja está em grande medida comprometida hoje a **proceder com rigor e transparência**, a fim de responder plenamente às justas expectativas de tutela da coerência moral e da santidade evangélica que os fiéis e a opinião pública sentem em relação a ela, e que o Santo Padre reafirmou de modo contínuo. (*sic*, grifo nosso) (nota)

Já a instituição do significado da publicação das novas normas, reconhecida com o título da nota — *O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”* — funciona de acordo com o que Léger (2005, p.91) considera a normatização do acreditável.

A normatização do acreditável garante, segundo a socióloga, a possibilidade de que seja imposto socialmente um dispositivo autoritário, no caso a nota, que assumindo uma postura que assegure a verdade, isto é, “o” significado e não “um” significado, de algo que se acredite, seja criado para controlar ao mesmo tempo as enunciações e os conceitos enunciados.

Esse dispositivo convalida, a partir de uma heteropraxia historicamente observável, segundo Squizzato (2011, p. 9), a sustentação de um sistema de relações baseadas na construção e controle dos fatos sociais que coloca de um lado os padres, de outro, os leigos. Para a mesma autora, tal sistema visa implementar “uma lógica social para a qual os sacerdotes seriam uma classe social à parte, em termos sociológicos: a classe dominante ou uma casta”¹³ (SQUIZZATO, 2011, p.10).

O controle das enunciações e dos conceitos enunciados está instanciado também na proferição de Bento XVI, cujas funções pragmáticas diretivas mais evidentes caracterizam-se pela oficialização das impressões e sentimentos que a Igreja diz possuir sobre o envolvimento de seus prelados em casos de pedofilia, como faz o excerto (IX), e pela divulgação e estimação do trabalho de assistência aos jovens de modo geral nos ambientes eclesiais.

- II. É **deplorável** que, num contraste tão marcante com a longa tradição da Igreja no cuidado aos jovens, eles tenham sofrido abusos e maus tratos por obra de alguns sacerdotes e religiosos. (grifo nosso) (proferição)

A discriminação, realizada no final do capítulo 2, do significado possível para o uso da metáfora ideacional “acusação” — presente

¹³ Tradução de: “Questo sistema di relazioni tra gli esseri umani divisi in due categorie, i sacerdoti da un lato e i laici dall’altro, mette in atto una logica sociale per la quale i sacerdoti costituiscono di fatto un ceto sociale a parte, in termini sociologici: una classe dirigente o una casta”.

na proferição — enquanto um conceito enunciado permite identificar uma instância textual que certifica a maneira segundo a qual as pessoas responsáveis pelas denúncias que indiciaram clérigos em atos de pedofilia são representadas. Uma investigação desse tipo sugere, conforme Thompson (1984, p.40), que relações de poder, sobretudo assimétricas, estão ideologicamente sustentadas por formas de significados historicamente específicas.

Nesse sentido, a próxima seção deste capítulo apresenta, ainda sob a égide de uma compreensão mais ampla da ação social dos textos linguísticos, uma análise de como os significados atitudinais — articulados, como já visto, em funções pragmáticas diretivas e estabelecidos sob os aspectos discursivos das formas de agir e interagir — contribuem para a construção e funcionamento ideológico de representações, quer dizer, para o modo de operacionalização ideológica junto à estratégia de construção simbólica típica, e para os modos de ser da Igreja e dos prelados que assinam a carta circular, a nota e a proferição.

MODOS DE REPRESENTAR E SER

As escolhas e disposição das formas ou expressões que asseguram a *atitude* num discurso efetiva, a partir da abordagem construcionista do significado na língua¹⁴, representações de como as coisas são e têm sido, bem como imaginários, entendidos como projeções de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser. Essa asserção assenta-se na própria contribuição do significado atitudinal num discurso, qual seja, tencionar de um dado prisma a valia ou qualidade mais prazível que se não parece ser, pretende-se fazer.

Isso quer dizer que o discurso, sobre o qual, nesse momento, se entende uma forma particular de representar parte do mundo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26), considerando os aspectos textualmente observáveis e inferíveis da *atitude*, depende não somente da qualidade material do signo avaliativo, ou seja, das letras, sons e palavras que caracterizam essa forma particular de representação, mas, sobretudo,

¹⁴ Segundo Hall (1997, p.18-19) são três as abordagens que tratam do funcionamento da representação de significados a partir da linguagem: reflexiva, intencional e construcionista ou construtivista. Na primeira, pensa-se que o significado esteja no objeto, no evento ou pessoa do mundo real, e que a linguagem funcione como um espelho a refletir o verdadeiro significado, por este já existir no mundo. A segunda sustenta que é o falante que impõe ao mundo através da linguagem seu significado único. Por fim, a abordagem construcionista, adotada neste trabalho, reconhece a característica social da linguagem. Nesse sentido, as coisas não significam por si próprias; são, sobretudo, construídas por meio de sistemas de representação, isto é, conceitos e signos.

da função simbólica que esse signo adquire dentro de um evento social como é *A Resposta da Igreja*.

A função simbólica de uma expressão atitudinal do tipo *afeto*, *juízo* ou *apreciação* está em sua conveniência e capacidade de servir a uma prática e a uma situação em que a avaliação de objetos, sentimentos e comportamentos envolve-se como um modo eficiente de demonstrar uma possibilidade ou um ponto de vista sobre algum tópico dessa situação ou área da vida social.

Ademais, quais sejam esses pontos de vistas, sob a perspectiva construcionista do significado na língua, eles não surgem do nada, quer dizer, as pessoas “não começam do zero a cada relato que fazem. Usam formas, métodos e ideias que algum grupo social, grande ou pequeno, já tem à sua disposição como maneira de fazer esse trabalho” (BECKER, 2009, p.27).

Fairclough (2003, p.129) acredita que “nós podemos pensar o discurso como (a) representando alguma parte particular do mundo, e (b) representando-a de uma perspectiva particular”¹⁵. Em razão disso, ele sugere, a fim de se atentar para os modos de representar em discursos, dois movimentos ou maneiras de se atuar metodologicamente diante disso.

O primeiro consiste em “identificar as partes principais do mundo (incluindo áreas da vida social) que são representadas – os temas principais”¹⁶ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129). Cada tema identificado, em princípio, está aberto, segundo o autor, a uma variedade de diferentes posições, diferentes representações e diferentes discursos.

O segundo movimento, contíguo ao primeiro, diz respeito a “identificar a perspectiva ou ângulo particular ou ponto de vista pelos quais eles [os temas] são representados”¹⁷ (FAIRCLOUGH, 2003, p.129). A possibilidade desses ângulos particulares, nem sempre facilmente perceptíveis, somente afirma as diferentes facetas que um tema ou área da vida social pode adquirir no discurso.

Ao ponderar esses dois movimentos, é provável a observação não apenas de panoramas do mundo físico, normas, valores e símbolos do mundo social, como relativos aos modos de representar, mas também de expectativas que as pessoas lançam sobre si mesmas como atores de um evento social (CELANI; MAGALHÃES, 2002, p. 321).

Essas expectativas consentem, associado aos modos de representar, o exame dos modos de ser. Segundo Fairclough (2003,

¹⁵ Tradução de: “We can think of a discourse as (a) representing some particular part of the world, and (b) representing it from a particular perspective”.

¹⁶ Tradução de: “(1) identify the main parts of the world (including areas of social life) which are represented – the main themes”.

¹⁷ Tradução de: “(2) identify the particular perspective or angle or point of view from which they are represented”.

p. 157-164), a identificação dos sujeitos na linguagem, ou os modos de ser, é tanto uma questão individual como coletiva, no sentido de pertencimento a grupos sociais ou comunidades, e o foco nos estilos, enquanto elemento importante para a identificação de um “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas”¹⁸ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.63), envolve o interesse de uma série de aspectos linguísticos, dentro dos quais está a avaliação.

Quer individual, quer coletiva, a identificação dos sujeitos na linguagem dispõe que as pessoas “podem afirmar suas particularidades e individualidades e estabelecer identidades distintas para si mesmas em face das práticas de linguagem que crescentemente são homogeneizadas e inevitáveis”¹⁹ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.13).

Sem embargo, Castells (2006, p.6) julga que a identificação dos sujeitos na linguagem é conferida por meio de um processo de individualização. Em outras palavras, as identidades somente são reconhecidas “quando se atores sociais as internalizarem, e construirão seus significados em volta dessa internalização”²⁰ (CASTELLS, 2006, p.7). Os significados, para o autor, são demonstrações simbólicas de um propósito de ação de um ator social.

Assim, assumindo a conjugação dos modos de representar e ser em formas particulares de seleção, contextualização, tematização e avaliação dos fatos que se constroem discursivamente, o excerto (X) do texto 2 dá continuidade, sob a égide de um entendimento mais amplo da ação social dos textos linguísticos no evento social *A Resposta da Igreja*, à investigação em curso.

III. O clérigo acusado goza da presunção de inocência até prova contrária, mesmo se o Bispo, com cautela, pode limitar o exercício do ministério, enquanto espera que se esclareçam as acusações. Em caso de inocência, não se poupem esforços para reabilitar a boa fama do clérigo acusado injustamente. (carta)

O princípio da não-culpabilidade ou presunção de inocência em (X) habilita indicar o Direito como tema ou, mais precisamente, a área da vida social representada. Esse princípio, próprio do discurso jurídico,

¹⁸ Tradução de: “(...) for the sort of language used by a particular category of people”.

¹⁹ Tradução de: “(...) can assert their particularity and individuality and establish distinctive identities for themselves in the face of language practices which are increasingly homogenized and increasingly unavoidable”.

²⁰ Tradução de: “Identities can also be originated from dominant institutions, they become identities only when and if social actors internalize them, and construct their meaning around this internalization. (...) I define meaning as the symbolic identification by a social actor of the purpose of her/his action”.

isto é, característico de um jeito particular da jurisdição em representar e construir o procedimento legal em situações determinadas, é legítimo para um modo de ser jurisconsulto, uma vez que não delibera a causa, mas demonstra conhecê-la, e indiciador de um ponto de vista da boa essência ou natureza humana, visto que, diante da suspeição sobre o cometimento do delito, privilegia a inocência em detrimento da culpa.

A interpretação sobre o ponto de vista identificado possui sustentáculos materiais, quer dizer, formas linguístico-avaliativas bastante sugestivas. O primeiro desses sustentáculos, reportado no próprio excerto, diz respeito ao uso do epíteto “boa” que qualifica e, ao mesmo tempo, define um estado natural de conduta cotidiana irrepreensível e reconhecida no clérigo anterior a qualquer acusação.

O segundo, mencionado no capítulo 2 e relacionado especificamente aos clérigos acusados, tem a ver com a orientação da expressão modal e avaliativa “eventuais” para um contínuo impreciso de frequência que coloca em questão a factual existência do ato de pedofilia e consequentemente a participação clerical nas infrações delatadas.

A partir dessas observações, parece razoável, pelo menos no que se restringe ao evento social *A Resposta da Igreja*, a lógica social mencionada por Squizzato (2011), segundo a qual os sacerdotes têm-se creditado com a tentativa de controle do que se acredita sobre os fatos sociais, inclusive sobre si mesmos, uma classe à parte, dominante e prestigiada, quer dizer, uma casta.

Essa pretensão não parece, segundo Jenkins (1996, p.168), corresponder às visões sobre o prestígio sacerdotal surgidas mais peremptoriamente a partir da década de noventa do século vinte e um. Para o historiador, esse prestígio tem se desgastado ao longo dos anos:

O selvagem anti-catolicismo do século XIX e início do século XX não impediu a Igreja [Católica] de manter o alto prestígio popular ou, de fato, de recrutar um grande número de padres em perspectiva. Até nesse momento, porém, a situação obscura da Igreja era apenas resultante de uma competição [com os protestantes], uma vez que não era compartilhada pelos próprios católicos. O ambiente da década de 1990 é diferente em muitos aspectos, e o número de vocações sacerdotais atingiu uma baixa histórica, mesmo antes da crise atual [referente principalmente aos casos de pedofilia]. Que a situação vai piorar num curto prazo parece inevitável. O prestígio sacerdotal foi severamente danificado, e até mesmo em comunidades católicas tradicionalmente leais, há evidências de uma intensa oposição das famílias em

permitir a entrada de meninos no seminário e até mesmo de se tornarem coroinhas²¹ (JENKINS, 1996, p.168).

Paralelo e simultaneamente, o excerto (X) oferece, com implicações ideológicas mais efetivas, outra leitura a partir dos movimentos sugeridos por Fairclough (2003), sem prejuízo da que serve e identifica o discurso jurídico, já que demonstra notáveis similaridades. Nessa alternativa, o discurso bíblico é evocado para definir o tema justiça divina, o ponto de vista cristão e um modo de ser juiz, porquanto delibera, pelo que conta o uso da metáfora ideacional “acusação” no conjunto de conhecimentos judaico-cristãos, a inocência do réu.

Essa leitura possui implicações ideológicas mais efetivas porque a ação da ideologia, sobre o que se entende “construções de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, dilemas e antagonismos, de acordo com os interesses e projetos de dominação”²² (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.26), é menos visível, já que só se reconhece por um *token de atitude*²³.

De acordo com Fairclough (1989, p. 85), se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum, ou não tão comum assim, como por exemplo, a alusão ao mal relacionada ao acusador, sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, “aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente”²⁴.

A compreensão sobre o funcionamento ideológico – possível nos excertos (VII) e (X), em que se define com a metáfora ideacional “acusação”, sob o ponto de vista cristão, a defesa dos clérigos denunciados – exige que se considere mais profundamente o modo de operacionalização da ideologia e a estratégia de construção simbólica típica para o uso.

²¹ Tradução de: “The savage anti-Catholicism of the nineteenth and early twentieth centuries did not prevent the church from maintaining high popular prestige or indeed from recruiting large numbers of prospective priests. At that point, however, the dark picture of the church was only one competing reality, which was not shared by Catholics themselves. The environment of the 1990s is different in many ways, and the number of priestly vocations stood at a historic low even before the present crisis. That the situation will grow worse in the short term appears inevitable. Priestly prestige has been severely damaged, and even in traditionally loyal catholic communities there is evidence of intense family opposition to boy’s entering seminary or even becoming altar boys”.

²² Tradução de: “Ideologies are constructions of practices from particular perspectives which “iron out” the contradictions, dilemmas and antagonisms of practices in ways which accord with the interests and projects of domination”.

²³ Facilita rever, como consta primeiramente no capítulo 1, que um *token de atitude* é um mecanismo textual capaz de recuperar, por meio da atividade discursiva de inserção contextual, quer dizer, de uma inferência, um posicionamento pouco patente.

²⁴ Tradução de: “Ideology is most effective when its workings are least visible. If one becomes aware that a particular aspect of common sense is sustaining power inequalities at one’s own expense, it ceases to be common sense, and may cease to have the capacity to sustain power inequalities, i.e. to function ideologically”.

O *modus operandi* da ideologia nesses casos pode ser identificado como *dissimulação*. O que se realiza na *dissimulação* é o ato de ocultar, negar ou obscurecer um acontecimento ou uma relação de dominação representando-os de uma forma que “desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes” (THOMPSON, 1995, p.83).

Assim, o *julgamento de propriedade* que coloca em suspeição, por meio da metáfora ideacional “acusação”, a probidade ou imparcialidade dos que sinalizam o envolvimento clerical em casos de pedofilia – a imprensa mais notavelmente – desvia o foco da possível infração cometida pelo clérigo para o caráter e comportamento dos acusadores, especialmente dos jornalistas que promovem os debates sobre o assunto.

Esse caráter, avaliado depreciativamente, contribui para que a estratégia de construção simbólica seja reconhecida como *expurgo do outro*. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, assim como o diabo é representado no conjunto de conhecimentos judaico-cristãos, “que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos [pressupõem-se os fiéis católicos, sobretudo] são chamados a resistir coletivamente ou a expurga-lo” (THOMPSON, 1995, p.87).

A resistência coletiva evocada nessa estratégia de construção simbólica apresenta uma “elaboração demonológica de uma cristandade [o diabo, belzebu, satanás] que inclui crenças populares com certa conotação negativa” (LIRA, 2011, p.90). Quais sejam essas crenças, no conhecimento judaico-cristão, elas ativam uma entidade antagonista cuja natureza é a mentira e uma representação estritamente maléfica (LIRA, 2011, p.91).

Na dicotomia bem e mal, em que o mal representa especialmente a imprensa, cuja qualidade de falaz é dada a conhecer, a atuação episcopal, enquanto índice da Igreja, significa, de acordo com o excerto (XI) do texto 2, assistir as vítimas e os seus familiares tanto no âmbito espiritual quanto no psicológico:

- IV. A Igreja, na pessoa do Bispo ou de um seu delegado, deve se mostrar pronta para ouvir as vítimas e os seus familiares e para se empenhar na sua assistência espiritual e psicológica. No decorrer das suas viagens apostólicas, o Santo Padre Bento XVI deu um exemplo particularmente importante com a sua disposição para encontrar e ouvir as vítimas de abuso sexual. Por ocasião destes encontros, o Santo Padre quis se dirigir às vítimas com palavras de compaixão e de apoio, como aquelas que se encontram na sua *Carta Pastoral aos Católicos da*

Irlanda (n.6): “Sofrestes tremendamente e por isto sinto profundo desgosto. Sei que nada pode cancelar o mal que suportastes. Foi traída a vossa confiança e violada a vossa dignidade”. (carta)

O infinitivo impessoal dos verbos no início do excerto, precedido pelo auxiliar deôntico “deve”, capaz de funcionalmente inculcar uma orientação sentimental ao desejo ou obrigação de consecução de uma prática a ser assumida, ajuda a definir em (XI) um modo de ser fiscalizador.

Esse modo de ser fiscalizador age sobre o tema assistência social segundo o ponto de vista da medicina terapêutica, já que preceitua, dentro da competência determinada ao bispo ou a um delegado seu, certos procedimentos ou conselhos como, por exemplo, ouvir e oralmente intervir, mais próprios desse ponto de vista.

Esse ponto de vista identificado contempla o processo formativo sacerdotal que, segundo Benelli (2008, p.204) contém “orientações teológicas relativas ao presbiterado e seus desdobramentos pedagógicos, **psicológicos** e espirituais” (grifo nosso). Para o doutor em Psicologia Social, o possível estranhamento com o aspecto psicológico na formação sacerdotal parece consistir no “desconhecimento da ação, das práticas institucionais cotidianas realizadas pelos diversos atores implicados na produção dessa realidade social específica” (BENELLI, 2008, p.210).

Assim, a produção dessa realidade social específica – a que se associam os programas de engajamento e assistência social apoiados na formação e atuação sacerdotal – funciona n’ *A Resposta da Igreja*, com base na relação entre os excertos (III) e (XI) (ambos do texto 2), de maneira a reforçar o processo de reabilitação das crianças e jovens prejudicados – representados como vítimas mentalmente desorganizadas²⁵ – sem avigorar, quer dizer, mitigando, a recorrência dos abusos.

Tal processo está equacionado para a resolução do que se considera e representa como uma crise. O excerto (XII) do texto 3 é próprio para instruir essa possibilidade interpretativa, uma vez que constrói uma postura pesarosa diante do tema “momento atual”, sobre o qual a Igreja se propõe a dizer:

- V. Será outro passo crucial no caminho para que a Igreja ponha em prática permanente e em consciência contínua os frutos dos ensinamentos e das reflexões amadurecidos no decorrer da **dolorosa vicissitude da “crise”** devida aos abusos sexuais da parte de membros do clero (grifo nosso). (nota)

²⁵ O termo “mentalmente desorganizado” é próprio à psicologia clínica, cujo trabalho, entre outras coisas, está em realizar psicodiagnósticos, aconselhamento psicológico e orientação familiar.

Enquanto fase difícil, normalmente indesejada, que sobrevém no curso da evolução das coisas, dos sentimentos, dos fatos, a crise, nesse excerto, indicia, haja vista a ideia de “passo crucial no caminho”, um modo de ser alguém que cresce, evolui com as dificuldades. Além disso, supõe de antemão uma temporariedade que não se estende por todo o tempo. Relacionada a uma série de fatos indesejáveis, de possível interesse coletivo, a crise é usualmente mais reconhecida e representada do ponto de vista econômico.

Desse ponto de vista, a crise é a representação do desequilíbrio da forma de controle da produção reificada que adquiriu, a partir de um viés capitalista, o poder de aglutinar os indivíduos num padrão de produção hierárquico, estrutural e funcional possuindo uma lógica de reprodução (MARANHÃO, 2009, p.629).

Nesse sentido, basicamente dois são os efeitos n’A *Resposta da Igreja* da representação construída para o momento atual a partir do que se entende por crise: (1) a admissão do desequilíbrio da forma de controle sobre a ação clerical, o que contraria a inocência afirmada e advogada a partir da representação deflagrada com o uso da metáfora ideacional “acusação”; (2) o caráter provisório, isto é, finito, desse desequilíbrio ou descontrole.

A interinidade do descontrole pode ser vista, atentando para a impossibilidade de se assegurar com preciso grau de exatidão a finitude do que se representa discursivamente como crise, como uma estratégia típica de construção simbólica caracterizadamente eufêmica, ou seja, uma *eufemização*.

Para Thompson (1995, p.84), a *eufemização*, enquanto um estratagema, isto é, uma forma de dissimulação, denota que “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva”. Entretanto o que se realiza n’A *Resposta da Igreja*, segundo o excerto (XII), não é tanto a efetuação de uma valoração positiva do momento em que a Igreja vivencia, mas sim o ato de minorar o aspecto negativo desse momento, creditando-o determinado no tempo. É nesse sentido que se dá a *eufemização*.

CRÍTICA CULTURAL

uma proposta nos moldes da Análise Crítica do Discurso

O materialismo histórico-geográfico, sob o olhar de Harvey (1996)¹, defende que o discurso, tratado no capítulo 3 de acordo com Fairclough (2003) segundo os modos de agir e interagir, representar e ser n' *A Resposta da Igreja*, é apenas um momento da vida social e que sua relação com outros cinco momentos, demonstrados na figura 4, é uma questão para se avaliar.



Figura 4 - Momentos do social de acordo com Harvey (1996)

O processo social, da maneira como concebido por Harvey (1996, p.79), acontece por meio e ao redor desses seis momentos e as ações dos indivíduos na sociedade considera todos eles de forma simultânea. Isso significa que cada momento interioriza os outros, num processo de *internalização*, sem ser redutível a nenhum deles.

¹ O materialismo histórico-geográfico, enquanto corrente de pensamento assumida por Harvey (1996), visa transpassar a paisagem para chegar à lógica organizativa do espaço geográfico, “trabalhando, concomitantemente e dialeticamente, com a interesclaridade das relações do local-regional-nacional-global, compreendendo as redes horizontais e verticais de poder político-econômico-territorial” (RIBEIRO, 2006, p.113).

A avaliação que Chouliaraki e Fairclough (1999) fazem disso considera que essas ações, atuando em associação e em modos habituais sob o nome de *prática social*, compõem-se do discurso, das relações sociais (luta hegemônica pela manutenção ou transformação das relações de poder), da atividade material e do fenômeno mental, isto é, as crenças, os valores e desejos humanos. Esses momentos da *prática social* se entrecruzam pela *internalização*, assim como defendido por Harvey (1996), e pela *articulação*.

A *articulação* implica a visão dos elementos do social como estando, primeiro, em relações instáveis uns com os outros, conquanto capazes de serem estabilizados dentro de permanências mais ou menos relativas à medida que “são articulados juntos como momentos dentro de práticas, e, segundo, transformados no processo de serem postos em novas combinações uns com os outros”² (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.21).

Se se creditar como razoável, isto é, conforme a razão, a *articulação* e *internalização* dos momentos de uma prática no discurso, parece consequencial, considerando, sobretudo, o ajuste do fenômeno mental, a observação do que Gee (1999, p.60) considera teorias, esquematizações coletivas enraizadas em ações costumeiramente atribuídas a grupos de pessoas socioculturalmente definidas, ou seja, a observação de *modelos culturais*.

De acordo com Holland e Quinn (1987, p.11), é provável que as teorias e esquematizações coletivas sobre os aspectos mais gerais da vida em sociedade estejam associadas, quer dizer, sejam criações e orientações de grupos que, se não são, buscam ser hegemônicos no tempo e espaço em que se analisa. Para as antropólogas cognitivas, quando as pessoas observam o que acontece em seus redores, elas encontram a confirmação para as suas próprias vidas nas “crenças e ações de outras pessoas; modelos culturais que têm força para nós, como indivíduos, são muitas vezes os modelos historicamente dominantes da época”³.

Essa força que incide sobre os modelos culturais, vista pelo antropólogo social D’Andrade (1984, p.98) como “uma força diretiva experienciada pelas pessoas como necessidades e obrigações de se fazer

² Tradução de: “Articulation implies the view of elements of the social as first, in shifting relationships with each other, though capable of being stabilized into more or less relative permanencies as they are articulated together as moments within practices, and as second, transformed in the process of being brought into new combinations with each other”.

³ Tradução de: “When we look around us, we find confirmation for our own lives in the beliefs and actions of other people; cultural models that have force for us as individuals are often the historically dominant models of the time”.

algo”⁴, ainda que este fazer signifique também acreditar em algo, pode ser configurada com diferentes matizes em diferentes culturas, “tornando-se [ou fazendo com que os modelos se tornem] a fonte mais geral de guia, orientação e direção num sistema”⁵ (HOLLAND; QUINN, 1987, p.12).

A universalidade que caracteriza, nos termos de geral, global ou macro, os modelos culturais, estes enquanto conhecimentos/teorias que, nessa perspectiva, melhor dizem sobre os aspectos culturais, é o ponto fulcral, conforme Carmo (2012b, p.71), para a própria ideia de cultura no interior da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) – operacionalizada para dar origem aos três modos de interação propostos por Fairclough (2003) e abordados no capítulo 3.

Segundo o pesquisador, “cultura como podemos perceber nos autores que fundamentam a LSF tem caráter universalista, global, em contraposição ao caráter mais restrito/localizado com que se trabalha o elemento social” (CARMO, 2012b, p.72).

O caráter mais restrito/localizado com que se trabalha o elemento social cinge, de forma mais imediata, mais confinante, determinadas necessidades identificadas ou criadas pelo homem e que constituirão, de acordo com Malinowski (1944, p.36) – expoente da Escola Funcionalista da Antropologia e que influenciou a LSF – o todo integral ou vasto aparato que define a cultura⁶. Essas necessidades, para o antropólogo, precisam ser satisfeitas e nisso reside a produção da cultura.

Em razão de todas essas considerações, a proposta que se faz projeta, sob a orientação da Análise Crítica do Discurso, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), uma possibilidade para um fazer crítica da cultura, com foco nos modelos culturais, de acordo com D’Andrade (1984), Holland e Quinn (1987), e Gee (1999)⁷.

⁴ Tradução de: “(...) a force directive is experienced by person as needs or obligations to do something”.

⁵ Tradução de: “Cultural models – the most general source of guidance, orientation, and direction in the system”

⁶ Para Malinowski (1944, p.36), cultura é em última análise “um vasto aparato, parcialmente material, parcialmente humano, e parcialmente espiritual [uma vez que dela fazem parte as crenças, os rituais, por exemplo], através do qual o homem é capaz de competir com o concreto, [isto é] problemas específicos [quer dizer, necessidades] com os quais se defronta”. O caráter parcialmente humano da cultura se dá em virtude de que esse aparato deve satisfazer primariamente ao sistema biológico de necessidades, como ditadas pelo metabolismo, reprodução e condições fisiológicas de temperatura. Tradução de: “It is a vast apparatus, partly material, partly human and partly spiritual, by which man is able to cope with the concrete, specific problems that face him”.

⁷ Essa proposta credita como fundamental, em virtude de se partir deste, o conceito apresentado por Carmo (2012a, p.141), segundo o qual Crítica da Cultura “seria feita fundamentalmente partindo da análise de padrões de linguagem que puderem ser considerados, em alguma medida, mais universais e, ao mesmo tempo, representantes e representativos de visões e porções do mundo (parcialidades), sob um ponto de vista que os considere e relativize em relação a especificidades apreensíveis nos textos quando do engendramento dos códigos e recursos semióticos, simulando essa universalidade dentro das perspectivas sociais dos grupos que representam a realidade no interior das culturas”. A releitura que se faz busca ampliar as possibilidades de compreensão dos fenômenos culturais, uma vez que o foco de Carmo (2012a) está muito mais no linguístico e no papel da cultura dentro da abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional.

Assim, crítica da cultura, de forma bastante particular nos moldes teóricos aqui tratados, seria feita fundamentalmente partindo da análise de teorias, esquematizações coletivas, enraizadas em práticas de grupos de pessoas socioculturalmente definidas, isto é, modelos culturais, que puderem ser considerados, em alguma medida, no momento do discurso e de outros elementos da vida social discursivamente internalizados e articulados, mais universais e, ao mesmo tempo, representantes e representativos de visões e porções do mundo (parcialidades), sob um ponto de vista que os considere e relativize em relação a especificidades apreensíveis nos textos quando do engendramento dos códigos e recursos semióticos, simulando essa universalidade dentro das perspectivas sociais dos grupos que representam a realidade no interior das culturas.

As questões que se colocam para o cumprimento da análise que está prevista nessa proposta giram em torno da lógica social, segundo a qual os sacerdotes seriam uma classe social à parte. Essa lógica torna patente, considerando, segundo Squizzato (2011), um conjunto de práxis, do ponto de vista histórico, associado às ações costumeiramente atribuídas à Igreja Católica, um modelo cultural, que, instanciado na lógica identificada, legítima, como que permitindo ou subsidiando, do ponto de vista sociológico, a normatização do acreditável.

Outros pontos para essa discussão se fazem pertinentes: o que, no âmbito conjuntural, ponderando não somente as especificações do evento social *A Resposta da Igreja*, impeliria a necessidade de se afirmar a castidade clerical atualmente? Como, ou até que ponto, as acusações de envolvimento em casos de pedofilia constroem tal modelo?

Para colocar esses pontos em pauta, cumpre inicialmente reaver o excerto (X), agora com nova numeração — (XIII) —, e o título que nomeia a nota do Padre Federico Lombardi — Diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé — já tratados com não pouco vagar no capítulo 3 segundo o prisma dos modos de agir e interagir, representar e ser.

- I. O clérigo acusado goza da presunção de inocência até prova contrária, mesmo se o Bispo, com cautela, pode limitar o exercício do ministério, enquanto espera que se esclareçam as acusações. Em caso de inocência, não se poupem esforços para reabilitar a boa fama do clérigo acusado injustamente. (carta)
- II. O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (nota)

O modelo cultural assumido com a interiorização do desejo de uma reputação clerical estimável no modo particular de representar a índole dos acusados, através do engendramento do grupo nominal “boa fama” no excerto (XIII), parece ser a orientação mais condizente e permissiva à restrição, conforme o excerto (XIV), do espaço dos comportamentos e sentidos projetados na vida dos fiéis e dos homens em geral para a interpretação da publicação das novas normas.

A maior contradição que se apresenta com essa tentativa atualmente é que essa restrição dos sentidos não é, conforme Léger (2005, p.92), “aceitável em um universo onde prevalecem maciçamente os direitos da subjetividade individual” — inclusive dos fiéis, ou dos homens em geral que tomem conhecimento das novas normas, homologadas pela Igreja, sobre os delitos mais graves.

A articulação linguística que assegura essa restrição dos sentidos na prática de normatização do acreditável, isto é, a opção pelo artigo definido, na relação com o indefinido masculino, no grupo nominal “o significado”, pode ser explicada em termos de uma postura monoglóssica, ou seja, aquela que, estrategicamente, não reconhece, na articulação do texto ou de uma parte sua, enquanto plano material do discurso, vozes ou posições alternativas àquelas que são defendidas (MARTIN; WHITE, 2005, p.100).

O não reconhecimento de outras posições ou significados alternativamente atribuídos, no caso específico, à publicação das novas normas sobre os delitos mais graves, enquanto uma postura possível a partir do pressuposto de uma condição ético-moral associada à teoria ou força diretiva que considera privilegiado, segundo a importância, o caráter, e o poder, o grupo que age segundo essa postura, tem servido nos dias atuais, de acordo com Léger (2005, p.92), e conforme a figura 5, para, além da afirmação de um poder e prestígio que têm sido, especialmente nos dias atuais, contestados, a resolução de dois fenômenos sociais correlatos e indesejáveis do ponto de vista da unidade eclesial: a proliferação dos fenômenos neocomunitários no próprio seio da instituição e o processo de individualização da fé — ambos requerendo, do ponto de vista da Igreja, a padronização das referências oferecidas.

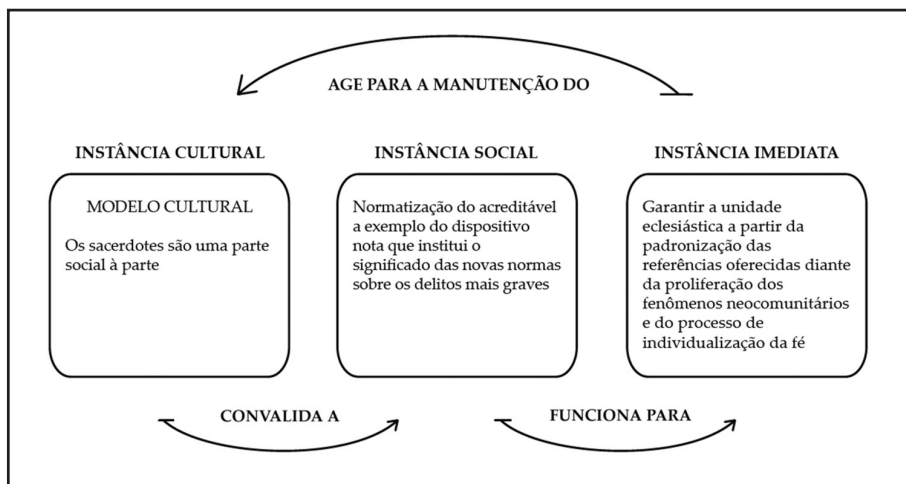


Figura 5 - Relação cíclica e possível das instâncias cultural, social e imediata a partir d'A Resposta da Igreja

Essa pretensa unidade da Igreja, tentando conter principalmente tensões internas decorrentes da proliferação dos fenômenos neocomunitários — ocasionados, por vezes, devido à disparidade das configurações eclesiais nacionais — é, de acordo com Hick (1998, p.19), imprescindível à relativa manutenção da ordem e da convicção da decisiva “superioridade da doutrina católico-romana que [sobretudo entre a era medieval e meados do século XIX] infundiu na expansão do Ocidente um poderoso ímpeto moral e uma validação religiosa efetiva”.

Para o pesquisador na área de filosofia da religião, esse ímpeto moral da Igreja que se houve no Ocidente⁸, e que, por conseguinte, tornou mais comum, quer dizer, mais provável ou convincente a teoria de uma singularidade entre as classes ou grupos sociais, está fundamentado na ideia de que a verdade salvífica que é desconhecida pelos leigos, “é conhecida da Igreja [Católica, portanto, dos sacerdotes], que é o instrumento de Deus para tornar a redenção [necessária aos fiéis e leigos de modo geral] conhecida” (HICK, 1998, p.23).

Outro fator que contribui, segundo o autor, para a inclinação a considerar-se distinto, isto é, elevadamente à parte de outros grupos socialmente constituídos, está no que Léger (2005, p.88) nomeia *memória de classe*⁹, que no contexto religioso católico romano recorda os

⁸ Reconhecendo a dificuldade de determinar espacialmente os limites entre possíveis culturas, em razão da ordem subjetiva relacionada às questões que se associam e dos fenômenos do que se tem chamado de globalização, adota-se, em virtude dessa afirmação da Igreja Católica no Ocidente, esse espaço como referência.

⁹ Memória de classe, para a socióloga, remete aos significados construídos sobre o passado e que se encontram embutidos nas estruturas, na organização, na linguagem e nas práticas cotidianas de uma classe.

sacerdotes dessa Igreja como grupo fundado e separado na Terra pelo próprio Deus em pessoa.

Segundo essa *memória de classe*, ratificada no recente documento emitido pela *Congregação para a Doutrina da Fé*¹⁰, onde se respondem questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a instituição, a Igreja Católica Apostólica Romana é a única a reunir todos os requisitos da comunidade fundada originalmente por Deus e seus apóstolos. De acordo com o documento, essa comunidade, “enquanto sociedade constituída e organizada neste mundo, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2007, s/p).

Esse preceito de originalidade, com o qual se baliza a afirmação de um direito e *status* divinamente concedidos, quer dizer, por Deus determinados, faz menção, como que outorgando, junto ao conhecimento de uma verdade salvífica e à instrumentalidade para a redenção humana, ao modelo cultural em discussão. Basicamente sobre esses esteios equilibra com certa dificuldade nos dias atuais a teoria da superioridade sacerdotal, enquanto grupo social.

Tal teoria, na feição de um ato político, isto é, “uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social” (BHABHA, 2003, p.48), serve a uma visão ou porção do mundo que, a contrapelo de outras visões conjunturalmente sobrepostas, razão pela qual se reivindica a transformação — especificamente a retomada do modelo cultural defendido — quer-se, em alguma medida, numa virtual escala de naturalidade que pondera a construção de uma verdade, mais verdadeira, quer dizer, mais universal.

Algumas das razões segundo as quais tal modelo encontra resistência nos dias atuais podem ser entendidas como: a série de escândalos de vários tipos recentemente havidos na Igreja¹¹, entre os quais está o envolvimento de clérigos em casos de pedofilia, e o processo, segundo Taylor (2006, p.282), “pelo qual as pessoas são persuadidas, empurradas, intimidadas ou arregimentadas em novas formas de associação social e religiosa”¹².

Essas novas formas de associação, definidas pelo mesmo autor e filósofo como *mobilização*, no domínio das práticas religiosas caracteriza-se, sob o nome de *secularização*, como “o processo que desestabilizou

¹⁰ A Congregação para a Doutrina da Fé é um dos órgãos da Santa Sé, cuja razão de ser está em promover e salvaguardar a doutrina sobre a Fé, do ponto de vista da Igreja Católica Apostólica Romana.

¹¹ Além das denúncias de pedofilia, a declaração de alguns clérigos na Espanha principalmente que se disseram homossexuais, e as irregularidades no *Instituto para Obras Religiosas*, mais conhecido como Banco do Vaticano têm agravado o que a própria Igreja, conforme o excerto (XII), tem considerado uma crise.

¹² Tradução de: “process whereby people are persuaded, pushed, dragooned or bullied into new forms of social and religious association”.

[a exemplo do que se tem chamado de individualização da fé] e marginalizou formas anteriores de religião”¹³ (TAYLOR, 2006, p.281).

A desestabilização e marginalização das formas ou práticas habituais de religião¹⁴ estão hodiernamente relacionadas ao modelo cultural, segundo o qual os indivíduos e grupos são capazes de elaborar, a despeito das instituições atualmente desacreditadas, razão para que se afirme a castidade clerical, “os sistemas de significados que são necessários — na ausência [ou desgaste] de algum código global de significado herdado da tradição — para ajustar-se a um universo complexo e em constante mudança”¹⁵ (LÉGER, 1998, p.19), universo este que tem produzido novos modos de se vivenciar a espiritualidade¹⁶, sem necessariamente estarem ligados à religião, enquanto instituição.

Se se considerar o caráter emergente desse modelo cultural, isto é, que se tem firmado como uma orientação comportamental intersubjetivamente compartilhada nesta época por não somente um grupo social, mas por vários desses, é razoável interpretá-lo como um *zeitgeist*.

A palavra alemã *zeitgeist* é a justaposição de duas outras: *zeit* que significa “tempo” e *geist* que significa “espírito”. A palavra, então, denota, conforme Simonton (2004, p.10), o espírito ou os sinais indicativos de uma época particular.

Nesse sentido, esse modelo emergente que privilegia a capacidade individual em detrimento da institucional-religiosa para dar sentido e explicação razoável à complexidade das transformações na vida social significa, de acordo com Léger (1998, p.19), que os significados arranjados pelas instituições ligadas à religião, em grande parte e em muitas delas, já não dão conta ou respondem convincentemente às demandas dessa época em que se vive, a exemplo das questões relacionadas à homoafetividade, à fecundação artificial, ao aborto e à igualdade de gêneros.

¹³ Tradução de: “What we call secularization is a process that destabilized and marginalized earlier forms of religion”.

¹⁴ Segundo Lincoln (2006, p.5), uma definição apropriada de religião deve, em função das particularidades dos grupos religiosos institucionalmente organizados, ser politética, no sentido de que se reconhecem muitas, mas nem todas as propriedades em comum, e flexível, permitindo variações e atentando, no mínimo, e isso é o que se tenta, e o que se assume conceitualmente neste trabalho, para estes quatro domínios: discurso, prática, comunidade e, no caso específico principalmente, instituição.

¹⁵ Tradução de: “This tension concerns the conditions according to which individuals and groups are able to elaborate the meaning systems that are necessary – in the absence of any global code of meaning inherited from tradition – to adjust themselves to a complex and continually changing universe”.

¹⁶ Segundo Koenig, McCullough e Larson (2001, p.18), a “espiritualidade é a busca pessoal para entender as respostas às perguntas fundamentais sobre a vida, sobre o significado e sobre a relação com o sagrado ou transcendente, que pode (ou não) levar ao, ou partir do desenvolvimento de rituais religiosos e a formação de comunidade”. Tradução de: “Spirituality is the personal quest for understanding answer to ultimate questions about life, about meaning, and about relationship to the sacred or transcendent, which may (or may not) lead to or arise from the development of religious rituals and the formation of community”.

Assim, é possível que a reflexão sobre as recentes e diferentes maneiras de se vivenciar a espiritualidade¹⁷ permita que se postule que a proliferação dos fenômenos neocomunitários no próprio seio das instituições religiosas, especialmente da Igreja Católica, coloca em cheque, como que inquirindo e, por vezes confrontando, as práticas e explicações habituais para a relação com o sagrado e com os temas considerados emergentes e polêmicos nos dias atuais.

A procura por significados que melhor satisfaçam as questões relacionadas à vida humana e social e sua ligação com o sagrado ou transcendente, admitida a partir da criação de novas formas de se praticar e entender a espiritualidade, faz ver, a despeito de uma intensa preocupação com a satisfação material — talvez em nenhum outro tempo isso fosse tão impetuoso, em virtude do veemente avanço das novas tecnologias e do modo como são apresentadas como necessidades — uma vontade de fé no próprio bojo da secularização.

Segundo Tacey (2004, p.12), “o que estamos vendo nas chamadas sociedades seculares ou mundanas [geralmente associadas ao Ocidente] é um retorno [se é que um dia se foi] do impulso espiritual”¹⁸. Para o pesquisador australiano, esse impulso espiritual ou vontade de fé pode causar uma grande quantidade de equívocos, como, por exemplo, a impressão da retomada da confiança nas instituições religiosas, se não for conscientemente integrado à nova realidade social que atualmente se desenha (TACEY, 2004, p.12-13).

A teóloga americana Sandra Schneiders ao discutir o que ela considera uma questão essencialmente contemporânea e especial e espacialmente ocidental, a saber, a possibilidade de uma espiritualidade sem vínculo necessário com a religião, afirma que se a última tem encontrado muitas dificuldades, a primeira está em ascendência. De acordo com a teóloga, essa situação provoca “perplexidade e ansiedade nos estabelecimentos religiosos, escrutínio entre teólogos, e justificação entre aqueles que têm trocado a religião de seus passados

¹⁷ Um exemplo para que se entendam melhor essas novas maneiras de praticar a espiritualidade e que podem, conforme Koenig, McCullough e Larson (2001, p.18), culminar na formação de uma comunidade pode ser dado, tomando como base a participação pouco efetiva das mulheres nas atividades religiosas, com a *Leadership Conference of Women Religious* (doravante LCWR). A LCWR ou *Conferência das Superiores Religiosas* é uma associação de líderes de congregações de mulheres religiosas que se professam católicas nos Estados Unidos. Essa conferência, sem a permissão institucional para isso, ou seja, não tem apoio nem vínculo com a religião Católica, inclusive se diz discriminada por essa Igreja, possui encontros regulares, regimento específico, discussões sobre a fé cristã e sobre as orientações bíblicas, além de realizar periodicamente *workshops* para a qualificação profissional de seus membros. Nesses encontros, essas mulheres avaliam as tendências e questões consideradas significativas na sociedade para a elaboração e consecução de estratégias — executadas pelas próprias mulheres — que visam à defesa e evangelização das pessoas, geralmente mulheres, que sofrem qualquer forma de violência ou opressão (LEADERSHIP CONFERENCE OF WOMEN RELIGIOUS, 2013, s/p).

¹⁸ Tradução de: “What we are seeing in so-called secular or worldly societies is a return of spiritual impulse”.

pela espiritualidade de seus presentes”¹⁹ (SCHNEIDERS, 2000, p.2).

Enfim, o que se tem relatado como mundo secular inclui, nas palavras de Tacey (2004, p.177), “uma tradição de fé estabelecida e contínua que não morreu, e que, por isso, não sente a necessidade de renascer”²⁰. A secularização, do ponto de vista da religião, enquanto instituição, representa indesejavelmente o declínio do interesse pelas maneiras tradicionais de se viver a fé, o que não significa que o parcialmente material do vasto aparato que, conforme Malinowski (1944, p. 36), define a cultura tenha, nos dias atuais, desintegrado o parcialmente espiritual, que, indiferente a qualquer explicação lógica e racional sobre o mundo, sempre fez parte do homem em qualquer tempo, porém agora num formato diferente.

¹⁹ Tradução de: “In short, if religion is in trouble, spirituality is in ascendance and the irony of this situation evokes puzzlement and anxiety in the religious establishment, scrutiny among theologians, and justification among those who have traded the religion of their past for the spirituality of their present”.

²⁰ Tradução de: “The secular world represents an established and continuous faith tradition that has not died, and therefore it does not see the need to be reborn”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o conhecimento social é inevitavelmente parcial, em virtude da abrangência desse objeto, dos diferentes quadros teórico-epistemológicos que o definem e da dinamicidade com que se dão as articulações em constante variação dos elementos que o constituem, a análise sociodiscursiva textualmente orientada é inevitavelmente seletiva, no sentido de que se escolheu responder, sem quaisquer afirmações definitivas, determinadas questões sobre um evento social e textos nele envolvidos e com isso abriu-se mão de outras questões possíveis, o que não quer dizer que sejam menos importantes. A escolha das questões respondidas denuncia necessariamente os objetivos particulares da análise, visto que deles derivam.

Além disso, quais sejam essas respostas ou leituras que os dados permitem fazer, elas são em última análise produções de um sentido que se quer coerentes mediante uma elaboração de um conjunto de relações que atua de maneira a construir uma possibilidade interpretativa, mas que nessa condição de produção/construção não deixa de ser somente uma possibilidade entre outras possíveis. Consequentemente, todo o empreendimento analítico que se houve é também uma representação, o que não depõe contra seu valor.

Nesse empreendimento, as razões teórica, metodológica, histórica e política que advogam a importância do texto e de seu exame confessam a natureza linguisticamente inclinada do objetivo aduzido no primeiro capítulo de análise: identificar a maneira e o campo atitudinal mais acionados responsáveis pela expressão das avaliações positivas e negativas construídas nos textos que compõem *A Resposta da Igreja*, a fim de perceber o que acontece de modo geral nesse evento.

Os resultados aos quais se chegam satisfazem tanto a compreensão do campo atitudinal quanto dos modos que explícita ou implicitamente processam a opinião nos textos. Sobre o campo, entre o que expressa a emoção (*afeto*), o que julga o caráter das pessoas (*juízo*), e o que atribui valor às coisas (*apreciação*), prevalece com certa margem o último.

O desenho que disso se faz para a compreensão do que acontece n' *A Resposta da Igreja* é esclarecedor sob o seguinte aspecto: a necessidade de se evidenciar as ações e, principalmente, os éditos em vigência ou a ser previsivelmente tomados para a inibição e controle de atos de pedofilia é uma preocupação maior do que a exposição de condolências que afirmem os pesares sobre os delitos já reconhecidos e do que o reconhecimento público da ausência de virtudes teológicas em parte do corpo clerical que compõe a instituição Igreja Católica.

Sobre os modos, as escolhas formais para a construção da opinião dos escritores textuais configuram-se mais por epítetos experienciais e atitudinais e menos por processos e nominalizações. Isso significa que a feição mais típica e objetiva, no sentido de econômica, para a opinião, a saber, o formato adjetival, mantém-se nesse evento, ainda que os outros formatos contribuam decisivamente para o ponto de vista criado sobre principalmente os éditos que deliberam sobre a participação de clérigos em casos de pedofilia.

Esses mecanismos formais codificam, do ponto de vista da ACD segundo Fairclough (2003), os modos de ação e interação — instruindo ou desaconselhando, criticando ou recomendando — os modos de representação — partindo da assunção de um tema ou área da vida social e de um ponto de vista sobre esse tema — e os modos de identificação dos sujeitos utentes da língua.

Nesse sentido, a pertinência de se compreender como, no sentido de a que se recorre em termos de gêneros, e o que as pessoas estão fazendo, quer dizer, a ação social dos textos, enquanto plano material de realização das formas de agir e interagir no curso d' *A Resposta da Igreja*, é considerada na primeira seção do segundo capítulo de análise.

Os aspectos discursivos das formas de agir e interagir através da ação social dos textos linguísticos em que se articulam, segundo Bazerman (2004, p.309), novas realidades de significado, relação e conhecimento são identificados n' *A Resposta da Igreja* como carta circular, nota e proferição.

Mediante a carta circular, cuja ação potencial está em criar fatos sociais que afetam as atividades, direitos e obrigações de outras pessoas, o que se procede de modo significativo, quer dizer, ponderando o conjunto de certos fatores contextuais especificamente associados ao evento social discutido, é a contraposição às afirmações de negligência por parte das pessoas ligadas à Igreja em tratar e decidir juridicamente as acusações de envolvimento de clérigos em casos de pedofilia. Essa contraposição possui como ponto fulcral a instrução que se realiza,

enquanto função pragmática diretiva que pressupõe uma série de pré-movimentos, impróprios e irreconhecíveis numa postura negligente.

Ao se utilizar a nota e a proferição, fundamentalmente duas são as ações significativas em cada uma delas. Na primeira, aprovação do ato que atualiza a legislação canônica anteriormente em vigor, e instituição do significado segundo o qual se deve orientar a interpretação das alterações consequentes da atualização. Essa última ação evidencia o que Léger (2005) considera uma prática recorrente da Igreja Católica de normatização do acreditável. Na segunda, demonstração dos sentimentos pesarosos que a Igreja, na pessoa do atual pontífice emérito, diz sentir, e divulgação do trabalho de assistência aos jovens em geral.

Todas essas ações não surgem do vácuo, são motivadas, isto é, as pessoas agem no curso dos eventos sociais a partir do modo como descrevem os fatos, da maneira como percebem o mundo, a cosmologia social ou como deveria ou poderia ser, os envolvidos no acontecimento; agem em função do que esperam de si próprios, quer dizer, a imagem que lançam sobre si na interação com o outro.

Por isso mesmo a segunda parte do segundo capítulo de análise discute os modos de representar e ser, atentando para a construção e funcionamento ideológico das representações no discurso, entendido a partir da abordagem dada por Fairclough (2003) como uma forma particular de representar parte do mundo.

Os modos de representar n' *A Resposta da Igreja* procedem à construção de um ponto de vista sobre basicamente o tempo presente às acusações, os sacerdotes de modo geral, as crianças e jovens sexualmente molestados, e os acusadores, de que fazem parte especialmente os jornalistas. Estes últimos são representados como o mal contra quem os indivíduos são chamados a resistir coletivamente, o que denota desacreditar a acusação que perpetram. A estratégia típica de construção simbólica nesse caso, a partir dos modos de operacionalização da ideologia, pode ser definida como *expurgo do outro*.

Se, a partir das dicotomias que normalmente caracterizam as religiões monoteístas, o mal são os acusadores; os sacerdotes, nessa construção, são o bem, capazes de assistir psicológica e espiritualmente as crianças e jovens sexualmente molestados e representados como vítimas mentalmente desorganizadas. Essa representação dos sacerdotes, reconhecida também no excerto (X) deste trabalho por meio do epíteto atitudinal “boa”, posposto ao processo “reabilitar” e anteposto a “fama do clérigo acusado injustamente”, evidencia a lógica

social segundo a qual os sacerdotes, enquanto identidade coletiva, seriam uma classe social à parte, quer dizer, uma casta.

Contíguo a essa representação, a maneira particular de portar-se jurisconsulto, juiz e fiscalizador, por exemplo — identificada a partir da perspectiva dos modos de ser — em nada contraria a lógica social que se supõe ou se pretende. Pelo contrário, os tipos de linguagem usados por essas categorias de pessoas tendem mais ao prestígio e ao poder do que ao desvalor ou desprestígio.

Contudo, não parece carecer de argumentos muito elaborados a ideia de que a série de acusações a que a Igreja se dispõe a responder no evento social em discussão afeta não só a credibilidade dos sacerdotes, mas de toda a Igreja, enquanto instituição. A própria representação de uma crise para o momento atual, enquanto uma estratégia típica de construção simbólica caracterizada pela *eufemização*, uma vez que se afiança a provisoriedade de um desequilíbrio admitido, confirma essa ideia.

O reconhecimento dessa estratégia típica de construção simbólica no segundo capítulo de análise chama à atenção não só para o *modus operandi* de atenuação de um aspecto negativo no nível textual, *modus* este que confirma a hipótese levantada na introdução, mas para a investigação e percepção num nível mais abrangente de algo que não se deseja ou não se admite, razão para que se eufemize, aparentemente se ignore, se sonegue, se impeça.

Esse nível mais abrangente é avaliado a partir do terceiro capítulo de análise em que se propõe com base nos modelos culturais, entendido como a fonte mais geral de guia, orientação e direção num sistema, uma maneira de se fazer crítica da cultura, considerando a internalização e articulação dos elementos do social no discurso.

O objetivo com essa proposta nesse capítulo é discutir por meio d' *A Resposta da Igreja* a construção de teorias, esquematizações coletivas, enraizadas em práticas de grupos de pessoas socioculturalmente definidas, o que traz a vantagem de uma compreensão mais apurada da relação entre Igreja Católica, enquanto índice das práticas religiosas, e sociedade atualmente.

Nesse sentido, ponderando as especificidades apreensíveis nos textos quando do engendramento dos códigos e recursos semióticos, a teoria ou esquematização coletiva assumida com a interiorização do desejo de uma reputação clerical estimável no modo particular de representar a índole dos acusados, é, então, reconhecida. Essa teoria, qual seja, os sacerdotes seriam uma classe social à parte, orienta, como

que justificando, o que do ponto de vista sociológico, tem sido chamado de normatização do acreditável.

Fundamentalmente três são os pontos fulcrais identificados para a razão de ser dessa teoria ou modelo cultural: (1) a verdade salvífica que é desconhecida pelos leigos é conhecida da Igreja, portanto dos sacerdotes; (2) os sacerdotes são os instrumentos de Deus para tornar a redenção, necessária aos fiéis e leigos de modo geral, conhecida; (3) os sacerdotes católicos são os únicos a reunir todos os requisitos da comunidade fundada originalmente por Deus e seus apóstolos.

Ainda que esses pontos reforcem e, da perspectiva daqueles que por ele se orientam, justifiquem o modelo cultural reconhecido nos textos que compõem *A Resposta da Igreja*, a desestabilização e marginalização das formas ou práticas habituais de religião, dentro do processo de *mobilização*, age no sentido de desqualificá-los em favor do modelo cultural associado a um *zeitgeist*, segundo o qual os indivíduos e grupos são capazes de elaborar, a despeito das instituições atualmente desacreditadas, os sistemas de significados que são necessários — na ausência ou desgaste de algum código global de significado herdado da tradição — para ajustar-se a um universo complexo e em constante mudança, em que as questões relacionadas à homoafetividade, à fecundação artificial, ao aborto e à igualdade de gêneros fazem parte mais do que em outros tempos.

O que parece surpreender nesse processo caracterizado pela procura por significados que melhor satisfaçam as questões relacionadas à vida humana e social e sua ligação com o sagrado ou transcendente, admitida a partir da criação de novas formas de se praticar e entender a espiritualidade, isto é, a partir do que se tem chamado de *secularização*, é que, a despeito de uma intensa preocupação com a satisfação material, é possível observar uma vontade de fé com essas novas formas no próprio bojo da secularização.

Enfim, se é conforme a razão a ideia de que a secularização dentro do processo de mobilização representa o declínio do interesse pelas maneiras tradicionais de se viver a espiritualidade, é igualmente razoável a coexistência de uma vontade de fé manifestada em formatos pouco habituais às tradições religiosas, o que é diferente de dizer que essa vontade não há.

REFERÊNCIAS

- ACUSAÇÃO. In: **Dicionários acadêmicos**. São Paulo: Porto Ed., 2005. p. 29
- ALMEIDA, Fabíola. **A avaliação na linguagem**: os elementos de atitude no discurso do professor. São Carlos, SP: Pedro & João Ed., 2010. 139p.
- ALSINA, Miguel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1993. 378p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 415p.
- BARBOSA, Juliana; LONGO, Beatriz. Um estudo do pretérito perfeito simples e composto no português brasileiro. **Letras e Letras**, Uberlândia, v.19, n.1, p.7-19, jan./jun. 2003.
- BAZERMAN, Charles. Speech acts, genres, and activity systems: how texts organize activity and people. In: _____ ; PRIOR, Paul. **What writing does and how it does it**: an introduction to analyzing texts and textual practices. London: Erlbaum, 2004. v.1, pte II, p. 309-341.
- BECKER, Howard. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 312p.
- BENELLI, Sílvio. Estudo psicossocial de um seminário teológico: a formação do clero católico em análise. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v.13, n.3, p.203-211, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2008000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/09/2012.
- BERGER, Peter. **The sacred canopy**: elements of a sociological theory of religion. New York: Doubleday, 1967. 229p.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 2.ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003. 395p.

CARMO, Cláudio. Cultura no interior da linguística sistêmico-funcional: uma análise exploratória. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. esp., p.67-98, 2012b.

_____. **Dos aspectos antropológicos à compreensão dos recursos multimodais da linguagem:** uma análise da relação entre linguística, semiótica e cultura — a dança de Oxossi. 2012. 247f. Relatório Pós-doutoral (Antropologia Social) - USP/Fac.Filos.Ciênc.Letras, São Paulo, 2012a.

CARVALHO, Gisele. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, José; BONINI, Adair ; MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábolas, 2005, p.130-149.

_____. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.6, n.2, p.179-198, 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/search/authors/view?firstName=Gisele%20de&middleName=&lastName=Carvalho&affiliation=&country=>. Acesso em: 04/05/2012.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. 2.ed. Malden: Blackwell, 2006. 537p.

CELANI, Maria; MAGALHÃES, Maria. Representações de professores de inglês como língua estrangeira sobre suas identidades profissionais: uma proposta de reconstrução. In: MOITA LOPES, Luiz; BASTOS, Liliane. **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p.319-338.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity:** rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. 166p.

CLARK, Herbert. **Using language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 432p.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja. 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20070629_responsa-quaestiones_po.html#_ftnref7>. Acesso em: 26/02/2013.

CORÔA, Maria. **O tempo nos verbos do português:** uma introdução a sua interpretação semântica. Brasília: Thesaurus, 1985. 96p.

D'ANDRADE, Roy. Cultural meaning systems. In: SHWEDER, Richard; LE VINE, Robert. (eds.) **Culture Theory: essays on mind, self, and emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.88-119.

DIABOLOS. In: SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**. 10. ed. Rio de Janeiro: Gamier, 1993. p.369.

DIJK, Teun. **Discurso e poder**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. 281p.

DOWNING, Laura. Text world creation in advertising discourse. **Revista Alicantina de Estudos Ingleses**, Rioja, n. 13, 2000, p. 67-88. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/5332/1/RAEI_13_06.pdf>. Acesso em: 20/07/2012.

EGGINS, Suzzane; SLADE, Diana. **Analysing casual conversation**. London: Cassell, 1997. 333p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003. 270p.

_____. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, Lancaster, v.9, n. 9, p.739-763, 1985. Disponível em: <http://openlibrary.org/books/OL14798731M/Critical_and_descriptive_goals_in_discourse_analysis> Acesso em: 21/10/2012.

_____. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995. 263p.

_____. The dialectics of discourse. **Textus**, Genova, v.2, p.231-242, 2001b.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed.UnB, 2001a. 316p.

_____. **Language and power**. New York: Longman, 1989. 226p.

FIGUEIREDO, Lisette. **A nota jornalística no jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal**. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado Língua Portuguesa) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/69879_Lisette.pdf>. Acesso em: 19/09/2012.

FIRTH, John. **The tongues of men**. London: Watts & Co., 1937. 221p.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD,

Carmen; COULTHARD, Malcolm. **Texts and practices: readings in critical discourse analysis**. London: Routledge, 1996. p. 3-14.

FRANÇA, Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina. **Manual de normalização de publicação técnico-científicas**. 8.ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2011. 258p.

GEE, James. **An introduction to discourse analysis: theory and method**. London: Routledge, 1999. 176p.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra; GOUTSOS, Dionysis. **Discourse analysis: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997. 215p.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. California: University of California Press, 1986. 402p.

GOMES, Maria. Ação social midiaticizada: analisando a recontextualização de um evento social. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, v.10, p.293- 313, 2010. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/1002/03.htm>>. Acesso em: 18/01/2013.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representation and signifying practices**. London: Sage, 1997. 400p.

HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**. 2.ed. London: Melbourne Auckland, 1994. 689p.

_____. Context of situation. In: HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya. **Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective**. Geelong: Deakin University Press, 1985, p.3-14.

_____. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978. 256p.

_____. Modes of meaning and modes of expression: types of grammatical structure, and their determination by different semantic functions. In: ALLERTON, D.J; CARNEY, Edward; HOLDCROFT, David. **Function and context in linguistic analysis: essays offers to William Haas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p.57-79.

_____. Thinks and relations: regrammaticising experience as technical knowledge. In: MARTIN, Jim; VELL, Robert. **Reading science: critical and functional perspectives on discourse of sciences**. London: Routledge, 1998. p.185-235.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. London: Blackwell, 1996. 468p.

HICK, John. O caráter não-absoluto do cristianismo. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v.1, p.11-44, 1998. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/numen/article/view/896>>. Acesso em: 08/06/2013.

HOLLAND, Dorothy; QUINN, Naomi. **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 400p.

HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoff. **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003. 238p.

IEDEMA, Rick; FEEZ, Susan; WHITE, Peter. **Media literacy**. Sydney: Metropolitan East Region's Disadvantaged Schools Program, 1994. 271p.

IKEDA, Sumiko. A crypo-argumentação e construção do discurso estratégico. **Estudos Linguísticos**, Araraquara, n.35, p.1877-1886, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/69.pdf>>. Acesso em: 08/06/2013.

JENKINS, Philip. **Pedophiles and priests: anatomy of a contemporary crisis**. New York: Oxford University Press, 1996. 224p.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method**. London: Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2002. 230p.

KEESING, Roger. Linguistic knowledge and cultural knowledge: some doubts and speculations. **American Anthropologist**, Arlington, v.81, p.14-36, 1979. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/aman.1979.81.issue-1/issuetoc>>. Acesso em: 08/06/2013.

KOENIG, Harold; MCCULLOUGH, Michael; LARSON, David. **Handbook of religion and health**. New York: Oxford University Press, 2001. 712p.

LEADERSHIP CONFERENCE OF WOMEN RELIGIOUS. Disponível em: <<https://www.lcwr.org/>>. Acesso em: 03/03/2013. (Apresenta informações gerais sobre a natureza da conferência e sobre as atividades desenvolvidas nos últimos meses).

LÉGER, Danièle. Secularization and religious modernity in Western Europe. In: SHUPE, Anson; MISZTAL, Bronislaw. **Religion, mobilization and social action**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1998. p.15-31.

_____. Catolicismo: a configuração da memória. **Revista de estudos da religião**, São Paulo, n.2, p.87-107, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_leger.pdf>. Acesso em: 08/06/2013.

LEMKE, Jay. Resources for attitudinal meanings: evaluative orientations in text semantics. **Functions of language**. New York, v.5, p.33-56, 1998. Disponível em: <<http://www.jaylemke.com/storage/Resources-for-Attitudinal-Meaning.pdf>>. Acesso em: 08/06/2013.

LINCOLN, Bruce. **Holy terrors: thinking about religion after September 11**. Chicago: University of Chicago Press, 2006. 190p.

LIRA, David. A demonologia no ambiente do Novo Testamento: uma análise ideológico-conceitual da palavra daimon no Corpus Hermeticum. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v.25, p. 87-98, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/viewFile/147/197>>. Acesso em: 20/10/2012.

MACKEN-HORARIK, Mary. Appraisal and special instructiveness of narrative. **Text – Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, Sydney, v.23, p.285-312, 2003. Disponível em: <<http://grammatics.com/appraisal/textSpecial/macken-horarik-narrative.pdf>>. Acesso em: 08/06/2013.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.21, p.1-11, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502005000300002>. Acesso em: 08/06/2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. The problem of meaning in primitive languages. In: OGDEN, Charles; RICHARDS, Ivor. **The meaning of meaning: a study of influence of language upon thought and of the science of symbolism**. New York: Harcourt, 1923, p.146-152.

_____. **A scientific theory of culture and other essays by Bronislaw Malinowski**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944. 228p.

MARANHÃO, César Henrique (resenha). A crise estrutural do capital de Istvan Meszaros. **Revista trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v.7, n.3, p. 629-633, nov.2009/fev2010. Disponível em: <<http://www.revista>>.

epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=NumeroAnterior&Num=36>. Acesso em: 24/10/2012.

MARTIN, Jim. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUSTON, Susan; THOMPSON, Geoff. **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2003, p. 142-175.

_____ ; ROSE, David. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. New York: Continuum, 2003. 293p.

_____ ; WHITE, Peter. **The language of evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave Macmillan, 2005. 256p.

MATOS, Ana. **Estratégias de produção e proferição do discurso argumentativo: uma intervenção didáctica para o ensino secundário**. 2011. Dissertação (Mestrado de Ensino de português e Línguas clássicas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <www.repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5161/1/ulfpie039736_tm.pdf>. Acesso em: 20/10/2012.

MATTHIESSEN, Christian; TERUYA, Kazuhiro; LAM, Marvin. **Key terms in systemic functional linguistics**. London/New York: Continuum, 2010. 308p.

MOSCOVICI, Serge. **Social influence and social change**. London: Academic Press, 1976. 239p.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404p.

POMERANTZ, Anita. Extreme case formulations: a new way of legitimating claims. **Human Studies: a journal for philosophy and social sciences**, Berlin, v.9, p.219-229, 1986. Disponível em: <http://www.academia.edu/808267/Extreme_case_formulations_A_way_of_legitimizing_claims>. Acesso em: 08/06/2013.

POTTER, Jonathan. **Representing reality: discourse, rhetoric and social representation**. London: Sage, 2005. 253p.

RENDINA, Cláudio. **Os pecados do Vaticano**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012. 352p.

RESENDE, Viviane. Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Ciência Social Crítica. In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33.,

2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, 2006. p.1069-1081.

RIBEIRO, Júlio. **A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico**. 2006. Tese (Doutorado em Ordenamento Territorial) – UFF, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/julio/doutorado.pdf>>. Acesso em: 02/02/2012.

RIDINGTON, Robin. On the language of Benjamin Lee Whorf. In: BRADY, Ivan. **Anthropological poetics**. Savage: Rowman and Littlefield, 1991. p.241-261.

RYAN, Michael. **Literary theory: a practical introduction**. Oxford: Blackwell, 1999. 161p.

SCHNEIDERS, Sandra. Religion and spirituality: strangers, rivals, or partners? **The Santa Clara lectures**, Berkeley, v.6, n.2, p.1-26, 2000. Disponível em: <http://liturgy.co.nz/spirituality/reflections_assets/schneiders.pdf>. Acesso em: 14/03/2013.

SIMONTON, Dean. **Creativity in science: change, logic, genius and zeitgeist**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 217p.

SQUIZZATO, Alessandra. Il fenomeno della pedofilia all'interno della chiesa cattolica. **Rivista di psicodinamica criminale**, Padova, n.4, p.3-38, 2011. Disponível em: <<http://digilander.libero.it/rivista.criminale/>>. Acesso em: 21/03/2012.

SILVA, Jane. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos**. 2002. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/tese_listagem.asp>. Acesso em: 18/09/2012.

TACEY, David. **The spirituality revolution: the emergence of contemporary spirituality**. New York: Brunner-Routledge, 2004. 250p.

TAYLOR, Charles. Religious mobilizations. **Public culture**, New York, v.18, n.2, p.281-300, 2006. Disponível em: <<http://publicculture.dukejournals.org/content/18/2/281.citation>>. Acesso em: 21/03/2013.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 427p.

mass communication. Cambridge: Polity Press, 1990. 362p.

_____. **Studies in the theory of ideology**. Los Angeles: University of California Press, 1984. 347p.

VALA, Jorge. Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: _____ ; MONTEIRO, Maria. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.353-367.

VIAN JUNIOR, Orlando. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.25, p.99-129, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502009000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 08/06/2013.

WHITE, Peter. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso: análise crítica do discurso**, Tubarão, v.4, n. esp., p.177-295, 2004. Disponível em:<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295>. Acesso em: 08/06/2013.

WHORF, Benjamin. **Language, thought, and reality**. Cambridge: Mit Press, 1956. 288p.

MATERIAL DE ANÁLISE:

A SANTA SÉ. Abuso de menores - a resposta da Igreja. Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos. Disponível em: <http://www.vatican.va/resources/index_po.htm>. Acesso em: 14/11/2011.

A SANTA SÉ. Abuso de menores - a resposta da Igreja. O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”. Disponível em: <http://www.vatican.va/resources/index_po.htm>. Acesso em: 14/11/2011.

A SANTA SÉ. Abuso de menores - a resposta da Igreja. Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude. Disponível em: <http://www.vatican.va/resources/index_po.htm>. Acesso em: 14/11/2011.

ANEXO A

Documentos complementares¹

TEXTO 1



UM CONTRIBUTO VITAL PARA A PROMOÇÃO DE AMBIENTES SEGUROS EM PROL DA JUVENTUDE

Durante a visita à casa de repouso para idosos St. Peter's Residence em Londres, na tarde de sábado, 18 de setembro, o Papa encontrou-se com um grupo de profissionais responsáveis pela protecção dos jovens nos ambientes eclesiais, aos quais dirigiu as seguintes palavras.

Queridos amigos!

Estou feliz por poder saudar-vos, vós que representais os numerosos profissionais e voluntários responsáveis pela protecção dos jovens nos ambientes eclesiais. A Igreja tem uma longa tradição de assistência aos jovens, desde os primeiros anos de vida até à idade adulta, seguindo o exemplo de afecto de Cristo que abençoava as crianças que se aproximavam dele e ensinava aos seus discípulos que o Reino dos Céus pertence a quem for como elas.

O vosso trabalho, levado a cabo com o apoio das recomendações elaboradas numa primeira fase pelo <<Nola Report>> e depois pela Comissão <<Cumberlege>>, ofereceu um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude. Ele ajuda a garantir que as medidas preventivas postas em acção sejam eficazes,

¹ Os textos que integram esta parte encontram-se conforme sua disposição original. Isso significa, considerado o fato de que foram escritos em português de Portugal, que apresentam grafia que o leitor brasileiro pode estranhar. Outros equívocos, não pertencentes a essa diferenciação da escrita do português brasileiro e do de Portugal, foram mantidos em virtude da não intervenção de ordem alguma no objeto de análise.

seguidas com atenção, e que qualquer acusação de abuso seja tratada com rapidez e justiça. Em nome dos muitos jovens que servis e dos seus pais, gostaria de vos agradecer o bom trabalho que fizestes e continuais a fazer neste sector.

É deplorável que, num contraste tão marcante com a longa tradição da Igreja no cuidado aos jovens, eles tenham sofrido abusos e maus-tratos por obra de alguns sacerdotes e religiosos. Tornamo-nos muito conscientes da necessidade de proteger os jovens e vós constituís uma parte importante da ampla resposta da Igreja a este problema.

Embora não existam motivos para nos sentirmos alegres, é preciso divulgar o que foi realizado: os esforços da Igreja, neste país e noutros lugares, especialmente nos últimos dez anos, para garantir a segurança das crianças e dos jovens e para lhes mostrar todo o respeito durante o seu crescimento rumo à maturidade, devem ser reconhecidos. Rezo a fim de que o vosso serviço generoso ajude a consolidar uma atmosfera de confiança e de empenho renovado para o bem-estar dos jovens, que são um dom de Deus tão precioso.

Deus torne fecundo o vosso trabalho e derrame a sua benção sobre todos vós.

TEXTO 2



CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ

CARTA CIRCULAR
PARA AJUDAR AS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS
NA PREPARAÇÃO DE LINHAS DIRETRIZES
NO TRATAMENTO DOS CASOS DE ABUSO SEXUAL
CONTRA MENORES
POR PARTE DE CLÉRIGOS

Dentre as importantes responsabilidades do Bispo diocesano para assegurar o bem comum dos fiéis e, especialmente das crianças e dos jovens, existe o dever de dar uma resposta adequada aos eventuais casos de abuso sexual contra menores, cometidos por clérigos na própria diocese. Tal resposta implica a instituição de procedimentos capazes de dar assistência às vítimas de tais abusos, bem como a formação da comunidade eclesial com vistas à proteção dos menores. Tal resposta deverá prover à aplicação do direito canônico neste campo, e, ao mesmo tempo, levar em consideração as disposições das leis civis.

I.
ASPECTOS GERAIS

A) AS VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL:

A Igreja, na pessoa do Bispo ou de um seu delegado, deve se mostrar pronta para ouvir as vítimas e os seus familiares e para se empenhar na sua assistência espiritual e psicológica. No decorrer das suas viagens apostólicas, o Santo Padre Bento XVI deu um exemplo particularmente importante com a sua disposição para encontrar e ouvir as vítimas de abuso sexual. Por ocasião destes encontros, o Santo Padre quis se dirigir às vítimas com palavras de compaixão e de apoio, como aquelas que se encontram na sua *Carta Pastoral aos Católicos da Irlanda* (n. 6): “Sofrestes tremendamente e por isto sinto profundo desgosto. Sei que nada pode cancelar o mal que suportastes. Foi traída a vossa confiança e violada a vossa dignidade.”

B) A PROTEÇÃO DOS MENORES:

Em algumas nações foram lançados, em âmbito eclesiástico, programas educativos de prevenção, a fim de assegurar “ambientes seguros” para os menores. Tais programas tentam ajudar os pais, e também os operadores pastorais ou escolásticos, a reconhecer os sinais do abuso sexual e a adotar as medidas adequadas. Os supracitados programas mereceram amiúde um reconhecimento como modelos na luta para eliminar os casos de abuso sexual contra menores nas sociedades hodiernas.

C) A FORMAÇÃO DOS FUTUROS SACERDOTES E RELIGIOSOS

O Papa João Paulo II dizia no ano de 2002: “No sacerdócio e na vida religiosa não existe lugar para quem poderia fazer mal aos jovens” (n. 3, *Discurso aos Cardeais americanos*, 23 de abril de 2002). Estas palavras chamam à atenção para a responsabilidade específica dos Bispos, dos Superiores Maiores e daqueles que são responsáveis pelos futuros sacerdotes e religiosos. As indicações dadas na Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*, bem como as instruções dos Dicastérios competentes da Santa Sé, possuem uma importância sempre crescente com vistas a um correto discernimento vocacional e a uma formação humana e espiritual sadia dos candidatos. Em particular façam-se esforços de sorte que os candidatos apreciem a castidade, o celibato e a paternidade espiritual do clérigo e que possam aprofundar o conhecimento da disciplina da Igreja sobre o assunto. Indicações mais específicas podem ser integradas nos programas formativos dos seminários e das casas de formação previstas na respectiva *Ratio Institutionis Sacerdotalis* de cada nação e Instituto de Vida Consagrada e Sociedade de Vida Apostólica.

Uma diligência especial deve ser ademais reservada à indispensável troca de informações acerca daqueles candidatos ao sacerdócio ou à vida religiosa que são transferidos de um seminário a outro, de uma a outra Diocese ou de Institutos religiosos a Dioceses.

D) O ACOMPANHAMENTO DOS SACERDOTES

1. O Bispo tem o dever de tratar a todos os seus sacerdotes como pai e irmão. Além disso, o Bispo deve providenciar com atenção especial à formação permanente do clero, sobretudo nos primeiros anos seguintes à sagrada Ordenação, valorizando a importância da oração e do mútuo

apoio na fraternidade sacerdotal. Os sacerdotes devem ser informados sobre o dano provocado por um clérigo à vítima de abuso sexual e sobre a própria responsabilidade diante da legislação canônica e civil, como também a reconhecer os sinais de eventuais abusos perpetrados contra menores;

2. Os Bispos devem assegurar todo esforço no tratamento dos casos de eventuais abusos que porventura lhes sejam denunciados de acordo com a disciplina canônica e civil, no respeito dos direitos de todas as partes;

3. O clérigo acusado goza da presunção de inocência até prova contrária, mesmo se o Bispo, com cautela, pode limitar o exercício do ministério, enquanto espera que se esclareçam as acusações. Em caso de inocência, não se poupem esforços para reabilitar a boa fama do clérigo acusado injustamente.

E) A COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES CIVIS

O abuso sexual de menores não é só um delito canônico, mas também um crime perseguido pela autoridade civil. Se bem que as relações com as autoridades civis sejam diferentes nos diversos países, é contudo importante cooperar com elas no âmbito das respectivas competências. Em particular se seguirão sempre as prescrições das leis civis no que toca o remeter os crimes às autoridades competentes, sem prejudicar o foro interno sacramental. É evidente que esta colaboração não se refere só aos casos de abuso cometidos por clérigos, mas diz respeito também aos casos de abuso que implicam o pessoal religioso ou leigo que trabalha nas estruturas eclesiais.

II.

BREVE RELATÓRIO DA LEGISLAÇÃO CANÔNICA EM VIGOR RELATIVA AO DELITO DE ABUSO SEXUAL DE MENORES PERPETRADO POR UM CLÉRIGO

No dia 30 de abril de 2001, o Papa João Paulo II promulgou o Motu Próprio *Sacramentorum Sanctitatis Tutela* (SST), com o qual se inseriu o abuso sexual de um menor perpetrado por um clérigo no elenco de *delicta graviora*, reservado à Congregação para a Doutrina da Fé (CDF). A prescrição de um tal delito foi fixada em 10 anos a partir do 18º aniversário da vítima. A legislação do Motu Próprio vale tanto para

os clérigos latinos quanto para os clérigos orientais, igualmente para o clero diocesano como para o religioso.

Em 2003, o então Prefeito da CDF, o Cardeal Ratzinger, obteve de João Paulo II a concessão de algumas faculdades especiais para oferecer maior flexibilidade nos processos penais para os casos de *delicta graviora*, dentre os quais o uso do processo penal administrativo e o pedido da demissão *ex officio* nos casos mais graves. Estas faculdades foram integradas na revisão do Motu Próprio aprovada pelo Santo Padre Bento XVI aos 21 de maio de 2010. Segundo as novas normas a prescrição é de 20 anos, os quais nos casos de abuso de menores se calculam a partir do 18º aniversário da vítima. A CDF pode eventualmente derogar às prescrições em casos particulares. Especificou-se também o delito canônico da aquisição, detenção ou divulgação de material pedopornográfico.

A responsabilidade de tratar os casos de abuso sexual contra menores é, num primeiro momento, dos Bispos ou dos Superiores Maiores. Se a acusação parecer verossímil, o Bispo, o Superior Maior ou o seu delegado devem proceder a uma inquirição preliminar de acordo com os cân. 1717 do CIC, 1468 CCEO e o art. 16 SST.

Se a acusação for considerada crível – digna de crédito, pede-se que o caso seja remetido à CDF. Uma vez estudado o caso, a CDF indicará ao Bispo ou al Superior Maior os ulteriores passos a serem dados. Ao mesmo tempo, a CDF oferecerá uma diretriz para assegurar as medidas apropriadas, seja grantindo um procedimento justo aos clérigos acusados, no respeito do seu direito fundamental à defesa, seja tutelando o bem da Igreja, inclusive o bem das vítimas. É útil recordar que normalmente a imposição de uma pena perpétua, como a *dimissio* do estado clerical requer um processo penal judicial. De acordo com o Direito Canônico (cf. can. 1342 CIC) os Ordinários não podem decretar penas perpétuas por decretos extra-judiciários; para tanto devem se dirigir à CDF, à qual compete o juízo definitivo a respeito da culpabilidade e da eventual inidoneidade do clérigo para o ministério, bem como a consequente imposição da pena perpétua (SST Art. 21, § 2).

As medidas canônicas aplicadas contra um clérigo reconhecido culpado de abuso sexual de um menor são geralmente de dois tipos: 1) medidas que restringem o ministério público de modo completo ou

pelo menos excluindo os contatos com menores. Tais medidas podem ser acompanhadas por um preceito penal; 2) penas eclesiásticas, dentre as quais a mais grave é a *dimissio* do estado clerical.

Em alguns casos, prévio pedido do próprio clérigo, pode-se conceder a dispensa, pro bono Ecclesiae das obrigações inerentes ao estado clerical, inclusive do celibato.

A inquirição preliminar e todo o processo devem se desenvolver com o devido respeito a fim de proteger a discreção em torno às pessoas envolvidas, e com a devida atenção à sua reputação.

Ao menos que existam razões graves em contrário, o clérigo acusado dever ser informado da acusação apresentada, a fim de que lhe seja dada a possibilidade de responder à mesma, antes de se transmitir um caso à CDF. A prudência do Bispo ou do Superior Maior decidirá qual informação deva ser comunicada ao acusado durante a inquirição preliminar.

Compete ao Bispo ou ao Superior Maior prover ao bem comum determinando quais medidas de precaução previstas pelo cân. 1722 CIC e pelo cân. 1473 CCEO devam ser impostas. De acordo com o art. 19 SST, isto se faz depois de começada a inquirição preliminar.

Recorda-se finalmente que se alguma Conferência Episcopal, excetuado o caso de uma aprovação da Santa Sé, julgue por bem dar normas específicas, tal legislação particular dever ser considerada como um complemento à legislação universal e não como substituição desta. A legislação particular dever portanto harmonizar-se com o CIC/CCEO, bem como com o Motu Próprio *Sacramentorum Sanctitatis Tutela* (30 de abril de 2001) como foi atualizado aos 21 de maio de 2010. Se a Conferência Episcopal decidir estabelecer normas vinculantes, será necessário requerer a *recognitio* aos Dicastérios competentes da Cúria Romana.

III. INDICAÇÕES AOS ORDINÁRIOS SOBRE O MODO DE PROCEDER

As linhas diretrizes preparadas pela Conferência Episcopal deveriam fornecer orientações aos Bispos diocesanos e aos Superiores Maiores no

caso em que fossem informados de possíveis (presunti) abusos sexuais contra menores perpetrados por clérigos presentes no território da sua jurisdição. Tais linhas diretrizes devem levar em conta as seguintes considerações:

- a.) o conceito de “abuso sexual contra menores” deve coincidir com a definição do Motu Próprio SST art. 6 (“o delito contra o sexto mandamento do Decálogo cometido por um clérigo com um menor de dezoito anos”), bem como com a praxe interpretativa e a jurisprudência da Congregação para a Doutrina da Fé, levando em consideração as leis civis do País;
- b.) a pessoa que denuncia o delito dever ser tratada com respeito. Nos casos em que o abuso sexual esteja ligado com um outro delito contra a dignidade do sacramento da Penitência (SST, art. 4), o denunciante tem direito de exigir que o seu nome não seja comunicado ao sacerdote denunciado (SST, art. 24);
- c.) as autoridades eclesásticas devem se empenhar para oferecer assistência espiritual e psicológica às vítimas;
- d.) o exame das acusações seja feito com o devido respeito do princípio de *privacy* e da boa fama das pessoas;
- e.) ao menos que haja graves razões em contrário, já durante o exame prévio, o clérigo acusado seja informado das acusações para ter a possibilidade de responder às mesmas;
- f.) os órgãos consultivos de vigilância e de discernimento dos casos particulares, previstos em alguns lugares, não devem substituir o discernimento e a *potestas regiminis* dos Bispos em particular;
- g.) as linhas diretrizes devem levar em consideração a legislação do País da Conferência, especialmente no tocante à eventual obrigação de avisar as autoridades civis;
- h.) seja assegurado em todos os momentos dos processos disciplinares ou penais um sustento justo e digno ao clérigo acusado;
- i.) exclua-se o retorno o clérigo ao ministério público se o mesmo for perigoso para os menores ou escandaloso para a comunidade.

CONCLUSÃO

As linhas diretrizes preparadas pelas Conferências Episcopais entendem proteger os menores e ajudar as vítimas para encontrar assistência e reconciliação. As mesmas deverão indicar que a responsabilidade no tratamento dos delitos de abuso sexual de menores por parte dos clérigos compete em primeiro lugar ao Bispo diocesano. Por fim, as linhas diretrizes deverão levar a uma orientação comum no seio de uma Conferência Episcopal, ajudando a harmonizar do melhor modo os esforços dos Bispos em particular a fim de salvaguardar os menores.

Roma, da sede da Congregação para a Doutrina da Fé, 3 de Maio de 2011

William Cardinale Levada

Prefeito

+ Luis F. Ladaria, S.I.
Arcebispo Tit. de Thibica
Secretário

TEXTO 3



O SIGNIFICADO DA PUBLICAÇÃO DAS NOVAS “NORMAS SOBRE OS DELITOS MAIS GRAVES”

NOTA DO DIRECTOR DA SALA DE IMPRENSA DA SANTA SÉ PE. FEDERICO LOMBARDI

Em 2001 o Santo Padre João Paulo II promulgava um documento de grande importância, o *Motu Proprio Sacramentum sanctitatis tutela* que atribuía à Congregação para a Doutrina da Fé a competência para tratar e julgar no âmbito do ordenamento canónico uma série de delitos particularmente graves, cuja competência era precedentemente atribuída também a outros Organismos ou não era totalmente clara.

O *Motu Proprio* (a “lei” em sentido estrito) era acompanhado de uma série de Normas aplicativas e processuais conhecidas como *Normae de gravioribus delictis*. No decurso dos nove anos sucessivos a experiência naturalmente sugeriu a integração e a actualização de tais Normas, de maneira a poder acelerar ou simplificar os procedimentos para os tornar mais eficazes, ou ter em consideração as novas problemáticas. Isto aconteceu principalmente graças à atribuição da parte do Papa de novas “faculdades” à Congregação para a Doutrina da Fé, que contudo não tinham sido integradas organicamente nas “Normas” iniciais. Foi o que aconteceu agora, precisamente no âmbito de uma revisão sistemática de tais Normas.

Os delitos gravíssimos aos quais se referia esta normativa dizem respeito a realidades centrais para a vida da Igreja, ou seja, aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, mas também aos abusos sexuais cometidos por um clérigo com um menor de idade inferior aos 18 anos.

A ampla ressonância pública dada nos anos recentes a este último tipo de delitos chamou muito a atenção e desenvolveu um intenso debate sobre as normas e procedimentos aplicados pela Igreja para o julgamento e a punição dos mesmos.

Por conseguinte, é justo que haja plena clareza sobre a normativa hoje

em vigor neste campo e que a mesma normativa se apresente de modo orgânico, para facilitar a orientação de quem quer que se deva ocupar destas matérias.

Uma primeira contribuição de esclarecimento – sobretudo para uso dos jornalistas – foi dada há pouco tempo com a publicação no site da Santa Sé de um sintético “Guia à compreensão dos procedimentos básicos da Congregação para a Doutrina da Fé em relação às acusações de abusos sexuais”, mas a publicação das novas Normas é totalmente diferente, oferecendo-nos um texto jurídico oficial actualizado, válido para toda a Igreja.

Para facilitar a leitura por parte de um público não especialista, interessado principalmente na problemática relativa aos abusos sexuais, procuremos ressaltar alguns aspectos relevantes.

Entre as novidades introduzidas em relação às Normas precedentes devem-se ressaltar sobretudo as que se destinam a tornar mais rápidos os procedimentos, como a possibilidade de não seguir a “via processual judiciária” mas de proceder “por decreto extrajudiciário”, ou de apresentar ao Santo Padre em circunstâncias particulares os casos mais graves da demissão do estado clerical.

Outra norma destinada a simplificar problemas precedentes e a ter em consideração a evolução da situação na Igreja, refere-se à possibilidade de ter como funcionários dos tribunais, como advogados ou procuradores, não só mais sacerdotes, mas também leigos. Analogamente, para desempenhar tais funções já não é estritamente necessária a formação em direito canónico, mas a competência exigida pode ser comprovada também de outra forma, por exemplo com o título de licença.

Deve-se notar também a passagem do prazo da prescrição de dez para vinte anos, permanecendo sempre a possibilidade de derrogação também além do mesmo prazo.

São significativas a equiparação com os menores das pessoas com uso limitado de razão, e a introdução de um novo caso: a pedopornografia. Ela é definida do seguinte modo: “a aquisição, a detenção ou a divulgação” realizada por um membro do clero “de qualquer modo

e com qualquer meio, de imagens pornográficas que tenham como objecto menores de 14 anos”.

Propõe-se a normativa sobre a confidencialidade dos processos, em tutela da dignidade de todas as pessoas envolvidas.

Um aspecto que não é mencionado, e é com frequência objecto de debate nestes tempos, refere-se à colaboração com as autoridades civis. É preciso ter em consideração que as Normas agora publicadas são parte do ordenamento penal canónico, em si completo e totalmente distinto do ordenamento dos outros Estados.

A este propósito pode-se contudo fazer notar quanto já foi escrito no recordado “Guia à compreensão dos procedimentos...” publicado no site da Santa Sé. Neste “Guia”, a indicação: “Deve ser dada sempre continuidade às disposições da lei civil no que se refere à remetência de crimes às autoridades competentes”, foi inserida na Secção dedicada aos “Procedimentos preliminares”. Isto significa que na prática proposta pela Congregação para a Doutrina da Fé é necessário providenciar a tempo à obtemperação nos termos da lei em vigor nos países e não no decorrer do procedimento canónico ou sucessivamente a ele.

A actual publicação das Normas dá uma grande contribuição à clareza e à certeza do direito num campo no qual a Igreja está em grande medida comprometida hoje a proceder com rigor e transparência, a fim de responder plenamente às justas expectativas de tutela da coerência moral e da santidade evangélica que os fiéis e a opinião pública sentem em relação a ela, e que o Santo Padre reafirmou de modo contínuo.

Naturalmente são também necessárias muitas outras medidas e iniciativas, por parte de diversos organismos eclesiais.

No que diz respeito à Congregação para a Doutrina da Fé, actualmente ela está a estudar o modo como ajudar os Episcopados do mundo a formular e desenvolver de modo coerente e eficaz as indicações e directrizes necessárias para enfrentar a problemática dos abusos sexuais de menores por parte de membros do clero ou no âmbito de actividades ou instituições relacionadas com a Igreja, em relação à situação e aos problemas da sociedade na qual trabalham.

Será outro passo crucial no caminho para que a Igreja ponha em prática permanente e em consciência contínua os frutos dos ensinamentos e das reflexões amadurecidos no decorrer da dolorosa vicissitude da “crise” devida aos abusos sexuais da parte de membros do clero.

Para completar este breve sumário sobre as principais novidades contidas nas “Normas”, é bom observar também as que se referem a delitos de outra natureza. Na realidade também nestes casos não se trata tanto de determinações novas na substância, quanto da inserção de normas já em vigor, de modo a obter uma normativa global mais ordenada e orgânica sobre os “delitos mais graves” reservados à Congregação para a Doutrina da Fé.

Mais especificamente foram inseridos: os delitos contra a fé (ou seja, heresia, apostasia e cisma), para os quais normalmente são competentes os Ordinários, mas a Congregação torna-se competente em caso de apelo; o registro e divulgação realizados maliciosamente das confissões sacramentais, sobre as quais já tinha sido emitido um decreto de condenação em 1988; a tentada ordenação das mulheres, sobre a qual também já existia um decreto de 2007.

ANEXO B

Documentos comprobatórios: categorização

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (continua)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
vital	Pontífice Bento XVI	Contributo eclesialístico	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
promoção	Pontífice Bento XVI	Ambientes seguros	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
seguros	Pontífice Bento XVI	Ambientes a ser criados	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
queridos	Pontífice Bento XVI	Profissionais e voluntários responsáveis pela salvaguarda dos jovens	Julgamento/normalidade/ positivo
feliz	Pontífice Bento XVI	Pontífice Bento XVI	Afeto/felicidade/ positivo
proteção	Pontífice Bento XVI	Ação da igreja	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
longa	Pontífice Bento XVI	Tradição de assistência da igreja	Apreciação/valoração/ relevância/positivo

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
levado a cabo	Pontífice Bento XVI	Trabalho dos profissionais e voluntários	Apreciação/valoração/.../positivo com implicação de julgamento/tenacidade/positivo
vital	Pontífice Bento XVI	Contributo eclesialístico	Apreciação/valoração/relevância/positivo
promoção	Pontífice Bento XVI	Ambientes seguros	Apreciação/valoração/relevância/positivo
seguros	Pontífice Bento XVI	Ambientes a ser criados	Apreciação/valoração/relevância/positivo
eficazes	Pontífice Bento XVI	Medidas preventivas	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicação de julgamento/capacidade/positivo
com atenção	Pontífice Bento XVI	Profissionais e voluntários	Julgamento/tenacidade/positivo
acusação	Pontífice Bento XVI	Ato de delatar	Apreciação/reacção/impacto/negativo

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
abuso	Pontífice Bento XVI	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto/negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
rapidez	Pontífice Bento XVI	Deliberação eclesialística	Apreciação/valoração/relevância/positivo
justiça	Pontífice Bento XVI	Deliberação eclesialística	Apreciação/valoração/relevância/positivo
gostaria de vos agradecer	Pontífice Bento XVI	Pontífice Bento XVI	Afeto/satisfação/desiderativo/positivo
bom	Pontífice Bento XVI	Trabalho dos profissionais	Apreciação/valoração/relevância/positivo
fizestes e continuais a fazer	Pontífice Bento XVI	Profissionais e voluntários	Julgamento/tenacidade/positivo
deplorável	Pontífice Bento XVI	Sentimento do pontífice	Afeto/segurança/negativo

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
longa	Pontífice Bento XVI	Tradição da igreja no cuidado dos jovens	Apreciação/valoração/relevância/positivo
sofrido	Pontífice Bento XVI	vitimados	Julgamento/normalidade/negativo
abusos	Pontífice Bento XVI	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto/negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
maus tratos	Pontífice Bento XVI	Ação dos clérigos	Apreciação/valoração/relevância/negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
muito conscientes	Pontífice Bento XVI	Sentimento do pontífice	Julgamento/capacidade/positivo
proteger	Pontífice Bento XVI	Ação eclesial	Apreciação/valoração/relevância/positivo
parte importante	Pontífice Bento XVI	Profissionais e voluntários	Julgamento/normalidade/positivo

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
ampla	Pontífice Bento XVI	Resposta da igreja	Apreciação/valoração/relevância/positivo
é preciso	Pontífice Bento XVI	Divulgar o que foi realizado	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicação de julgamento/tenacidade/positivo
esforços	Pontífice Bento XVI	Membros da igreja	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicação de julgamento/tenacidade/positivo
devem ser reconhecidos	Pontífice Bento XVI	Esforços da igreja	Apreciação/valoração/ relevância/positivo com implicação de julgamento/tenacidade/positivo
rezo	Pontífice Bento XVI	Pontífice	Julgamento/tenacidade/positivo
generoso	Pontífice Bento XVI	Serviço dos profissionais e voluntários	Apreciação/valoração/relevância/positivo

Texto 1: Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude (conclusão)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
atmosfera de confiança	Pontífice Bento XVI	Sentimento do pontífice	Afeto/segurança/positivo
empenho renovado	Pontífice Bento XVI	Sentimento do pontífice	Afeto/segurança/positivo
dom de Deus tão precioso	Pontífice Bento XVI	Atmosfera de confiança e empenho renovado	Apreciação/valorização/relevância/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continua)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
importantes	William Cardinale Levada	Responsabilidades do bispo	Apreciação/valoração/relevância/ positivo
assegurar	William Cardinale Levada	O bem comum dos fiéis	Apreciação/valoração/relevância/ positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
dever	William Cardinale Levada	A igreja	Apreciação/valoração/relevância/ positivo com implicações de julgamento/propriedade/positivo
adequada	William Cardinale Levada	Resposta da igreja	Apreciação/valoração/relevância/ positivo
eventuais	William Cardinale Levada	Caso de abuso sexual	Apreciação/valoração/relevância/ negativo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/ impacto negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
vítima	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
deverá	William Cardinale Levada	Resposta da igreja	Apreciação/valoração/relevância/positivo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
deve-se mostrar pronta	William Cardinale Levada	A igreja	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
[deve-se] empenhar	William Cardinale Levada	A igreja	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicações de julgamento/tenacidade/positivo
particularmente importante	William Cardinale Levada	Exemplo dado por Bento XVI	Apreciação/valoração/relevância/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
disposição	William Cardinale Levada	Bento XVI	Julgamento/tenacidade/positivo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
quis se dirigir	William Cardinale Levada	Bento XVI	Julgamento/tenacidade/positivo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
compaixão	William Cardinale Levada	Bento XVI	Julgamento/normalidade/positivo
apoio	William Cardinale Levada	Bento XVI	Julgamento/normalidade/positivo
sofrestes tremendamente	Bento XVI-avaliador adicional	Menores de idades	Afeto/felicidade/negativo
profundo desgosto	Bento XVI-avaliador adicional	Bento XVI	Afeto/felicidade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
o mal	Bento XVI-avaliador adicional	Abuso sexual	Apreciação/reação/impacto negativo
suportastes	Bento XVI-avaliador adicional	Menores de idade	Julgamento/tenacidade/positivo
traída	Bento XVI-avaliador adicional	A confiança dos abusados	Apreciação/reação/impacto negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo
violada	Bento XVI-avaliador adicional	A dignidade dos abusados	Apreciação/reação/impacto negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo
proteção	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
assegurar	William Cardinale Levada	“ambientes seguros”	Apreciação/valoração/ relevância/positivo com implicações de julgamento/ capacidade/positivo
“ambientes seguros”	William Cardinale Levada	Local determinado pela igreja	Apreciação/reação/ qualidade/positivo
ajudar	William Cardinale Levada	Programas eclesiais	Apreciação/valoração/ relevância/positivo com implicações de julgamento/ propriedade/positivo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/ impacto/negativo com implicações de julgamento/ propriedade/negativo
adequadas	William Cardinale Levada	Medidas a ser tomadas com os programas	Apreciação/valoração/ relevância

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
mereceram amíúde um reconhecimento	William Cardinale Levada	Programas eclesiásticos	Apreciação/valoração/relevância positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
modelos	William Cardinale Levada	Programas eclesiásticos	Apreciação/valoração/relevância
luta	William Cardinale Levada	Processo para acabar com os abusos	Apreciação/reação/impacto/positivo com implicação de julgamento/tenacidade/positivo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
chamam à atenção	William Cardinale Levada	Palavras de João Paulo II	Apreciação/reação/impacto positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
importância sempre crescente	William Cardinale Levada	Indicações e instruções eclesiais	Apreciação/valorização/relevância/positivo
correto	William Cardinale Levada	Decisão eclesial	Apreciação/valorização/relevância com implicações de julgamento/capacidade/positivo
sadia	William Cardinale Levada	Formação dos clérigos	Apreciação/valorização/relevância/positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
esforços	William Cardinale Levada	O produtor	Afeto/desiderativo para satisfação positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
acompanhamento	William Cardinale Levada	Processo de formação dos clérigos	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
dever	William Cardinale Levada	Bispo	Julgamento/propriedade/positivo
deve providenciar	William Cardinale Levada	Bispo	Julgamento/propriedade/positivo
atenção especial	William Cardinale Levada	Bispo	Julgamento/normalidade/positivo
devem ser	William Cardinale Levada	Sacerdotes	Julgamento/propriedade/positivo
dano	William Cardinale Levada	Abuso sexual	Apreciação/reação/impacto/negativo
vítima	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
eventuais	William Cardinale Levada	Abuso sexual	Apreciação/valoração/ relevância/ negativo
devem assegurar todo o esforço	William Cardinale Levada	Bispos	Julgamento/tenacidade/ positivo
eventuais	William Cardinale Levada	Abusos sexuais	Apreciação/valoração/ relevância/ negativo
abusos	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/ impacto/negativo com implicações de julgamento/ propriedade/negativo
denunciados	William Cardinale Levada	Clérigos	Julgamento/propriedade/ negativo
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/ negativo
com cautela	William Cardinale Levada	O bispo	Julgamento/normalidade/ positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
acusações	William Cardinale Levada	Ação de “denunciar”	Apreciação/reação/ impacto/negativo
boa	William Cardinale Levada	Fama do clérigo	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/ negativo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/ impacto/negativo com implicações de julgamento/ propriedade/ negativo
importante	William Cardinale Levada	Cooperação com as autoridades civis	Apreciação/valoração/ relevância/ positivo
é evidente	William Cardinale Levada	Colaboração	Apreciação/valoração/ relevância/ positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
breve	William Cardinale Levada	Relatório da legislação canônica	Apreciação/composição/proporção/ positivo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
vítima	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/ negativo
flexibilidade	William Cardinale Levada	Processos penais	Apreciação/valorização/ relevância com implicações de julgamento/capacidade/ positivo
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
vítima	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/ negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
acusação	William Cardinale Levada	Ação de “denunciar”	Apreciação/reação/ impacto/ negativo com implicação de julgamento/ propriedade/negativo
devem proceder	William Cardinale Levada	Autoridades eclesásticas	Julgamento/propriedade/ positivo
acusação	William Cardinale Levada	Ação de denunciar	Apreciação/reação/ impacto/negativo
justo	William Cardinale Levada	Decisão eclesástica	Apreciação/valorização/ relevância/positivo com implicações de julgamento/ propriedade/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
acusados	William Cardinale Levada	Clérigos	Julgamento/propriedade/positivo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
é útil	William Cardinale Levada	Recordação do produtor	Apreciação/valoração/relevância/positivo
eventual	William Cardinale Levada	Inidoneidade do clérigo	Apreciação/valoração/relevância/negativo
abuso	William Cardinale Levada	Ação do clérigo	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
devem se desenvolver	William Cardinale Levada	Processo canônico	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicações de julgamento/propriedade/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
proteger	William Cardinale Levada	Discrição das pessoas envolvidas	Apreciação/valoração/relevância/positivo com implicações de julgamento/capacidade/positivo
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/negativo
acusação	William Cardinale Levada	Ação de denunciar	Apreciação/reação/impacto com implicações de julgamento/propriedade/negativo
prudência	William Cardinale Levada	Bispo	Julgamento/normalidade/positivo
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
deveriam	William Cardinale Levada	Linhas diretrizes	Apreciação/valoração/ relevância/negativa com implicações de julgamento/ capacidade/negativo
abusos	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ negativo
devem levar em conta	William Cardinale Levada	Linhas diretrizes	Apreciação/valoração/ relevância/positivo
abuso	William Cardinale Levada	Ação do clérigo	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/ de/negativo
deve coincidir	William Cardinale Levada	Conceito de abuso sexual	Apreciação/valoração/ relevância/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
denúncia	William Cardinale Levada	A pessoa que “acusa”	Julgamento/propriedade/negativo
abuso	William Cardinale Levada	Ação do clérigo	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
denunciante	William Cardinale Levada	A pessoa que “acusa”	Julgamento/propriedade/negativo
denunciado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/negativo
devem se empenhar	William Cardinale Levada	Autoridades eclesásticas	Julgamento/tenacidade/positivo
acusações	William Cardinale Levada	Ação de “denunciar”	Apreciação/reação/impacto/negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/negativo
acusações	William Cardinale Levada	Ação de “denunciar”	Apreciação/reação/impacto/negativo com implicações de julgamento/propriedade/negativo
acusado	William Cardinale Levada	Clérigo	Julgamento/propriedade/negativo
perigoso	William Cardinale Levada	Clérigo para os menores	Julgamento/propriedade/negativo
escandaloso	William Cardinale Levada	Clérigo para a comunidade	Julgamento/normalidade/negativo
vítimas	William Cardinale Levada	Menores de idade	Julgamento/capacidade/negativo
deverão indicar	William Cardinale Levada	Linhas diretrizes	Apreciação/valoração/relevância/positivo

Texto 2: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos (conclusão)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
abuso	William Cardinale Levada	Ação dos clérigos	Apreciação/reação/impacto negativo com implicação de julgamento/propriedade/negativo
deverão levar	William Cardinale Levada	Linhas diretrizes	Apreciação/valorização/relevância/positivo

Texto 3: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (continua)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
santo	Pe. Federico	João Paulo II	Julgamento/normalidade
grande importância	Pe. Federico	Sacramentum sanctitatis tutela	Apreciação/valoração/relevância
particularmente graves	Pe. Federico	Delitos previstos no Sacramentum sanctitatis	Apreciação/reação/impacto
não era totalmente clara	Pe. Federico	Atribuição de competência	Apreciação/composição/complexidade
mais eficazes	Pe. Federico	Procedimentos previstos no normae de graviribus	Apreciação/valoração/originalidade
graças	Pe. Federico	O próprio Pe.	Afeto/segurança
novas “faculdades”	Pe. Federico	Congregação para a Doutrina da fé	Apreciação/valoração/originalidade
abusos	Pe. Federico	Clérigos da igreja	Julgamento/propriedade
ampla	Pe. Federico	Ressonância pública	Apreciação/reação/impacto

Texto 3: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
chamou muito a atenção	Pe. Federico	Ressonância pública	Apreciação/reação/impacto
intenso	Pe. Federico	Debate sobre os delitos	Apreciação/composição/complexidade
é justo	Pe. Federico	A clareza das normas	Apreciação/valoração/relevância
modo orgânico	Pe. Federico	As “normas”	Apreciação/composição/proporção
contribuição de esclarecimento	Pe. Federico	Guia apresentado pela santa sé e que antecedeu às normas	Apreciação/valoração/relevância
totalmente diferentes	Pe. Federico	As normas	Apreciação/valoração/originalidade
atualizado	Pe. Federico	As normas	Apreciação/valoração/originalidade
devem-se ressaltar	Pe. Federico	Novidades nas normas	Apreciação/valoração/relevância
deve-se notar também	Pe. Federico	Prazo de prescrição para os delitos	Apreciação/valoração/relevância

Texto 3: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
significativas	Pe. Federico	Tratamento dado a pedopornografia	Apreciação/valoração/relevância
não é mencionado	Pe. Federico	Colaboração das autoridades civis	Apreciação/valoração/relevância
É preciso	Pe. Federico	Consideração dos leitores sobre a particularidade das normas que, agora, integram o ordenamento penal canônico	Apreciação/valoração/relevância
completo	Pe. Federico	Ordenamento penal canônico	Apreciação/composição/proporção
totalmente distinto	Pe. Federico	Ordenamento penal canônico	Apreciação/valoração/originalidade
grande contribuição	Pe. Federico	à clareza das normas	Apreciação/valoração/relevância
comprometida	Pe. Federico	Igreja – com a resolução das denúncias	Apreciação/valoração/relevância
rigor	Pe. Federico	Atitude da igreja	Apreciação/valoração/relevância

Texto 3: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (continuação)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
transparência	Pe. Federico	Atitude da igreja	Apreciação/composição/proporção
justas	Pe. Federico	Expectativas dos fiéis e da opinião pública	Apreciação/valoração/relevância
contínuo	Pe. Federico	Modo como foi expressa as normas pelo papa	Apreciação/composição/proporção
Naturalmente são também necessárias	Pe. Federico	Medidas e iniciativas dos diversos organismos eclesiais	Apreciação/valoração/relevância
coerente		Indicações e diretrizes sobre os abusos sexuais	Apreciação/composição/proporção
eficaz		Indicações e diretrizes sobre os abusos sexuais	Apreciação/valoração/relevância
problemática	Pe. Federico	Abusos sexuais	Apreciação/reação/impacto
crucial	Pe. Federico	A implantação das normas	Apreciação/valoração/relevância
permanente	Pe. Federico	Prática sobre as acusações	Apreciação/valoração/relevância

Texto 3: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves” (conclusão)

Item avaliativo	Avaliador	Elemento avaliado	Tipo de avaliação
contínua	Pe. Federico	Consciência da igreja	Apreciação/composição/proporção
amadurecidos	Pe. Federico	Frutos dos ensinamentos com as acusações e delitos	Apreciação/reação/qualidade
dolorosa	Pe. Federico	Vicissitude- tempo de acusações	Afeto/insegurança
“crise”	Pe. Federico	Tempo em que ocorreram os abusos sexuais por parte de membros do clero	Apreciação/reação/impacto
breve	Pe. Federico	Nota que faz	Apreciação/composição/proporção
é bom	Pe. Federico	Observar certas deliberações nas normas	Apreciação/valoração/relevância
mais ordenada	Pe. Federico	Normas	Apreciação/composição/complexidade
orgânica	Pe. Federico	normas	Apreciação/composição/proporção



Papel Supremo 250g/m² com laminação fosca(capa)
Offset 90g/m² (miolo)

Tipologia (capa e miolo) Perpetua Titling MT Bold
Perpetua
Palatino Linotype

Formato 17 x 24 cm (com orelhas de 7 cm)

Tiragem 500

Impressão Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.
Tel.: (31) 3198 1100